

cadernos do terceiro mundo

cadernos do
terceiro
mundo

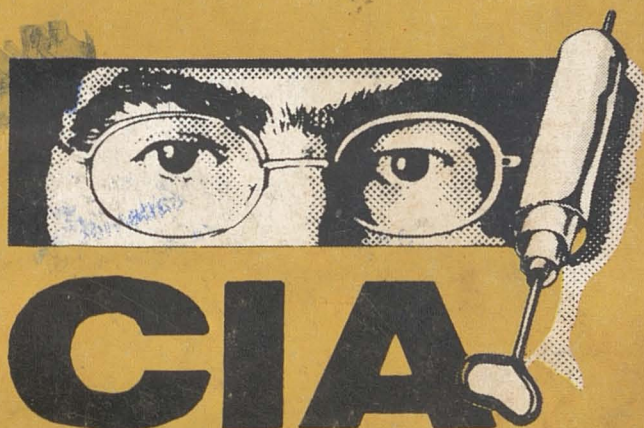
Rua da Lapa, 180 - SLA
CEP 20.021 - Tel. 242-1987

APÂ MACIAS
pai assassino

junho 1979 40\$00K2 40,00 ESC. 40\$00 PG 40,00 — Ano II N.º 15

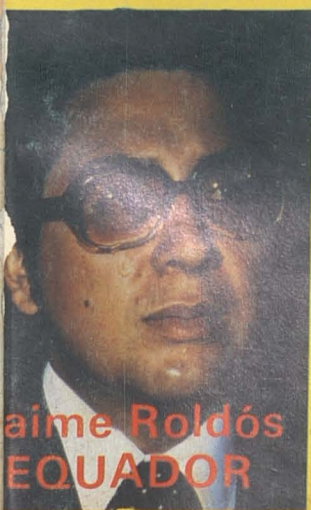
DEPOIS DO IRÃ

OR ONDE
NDA A



CIA

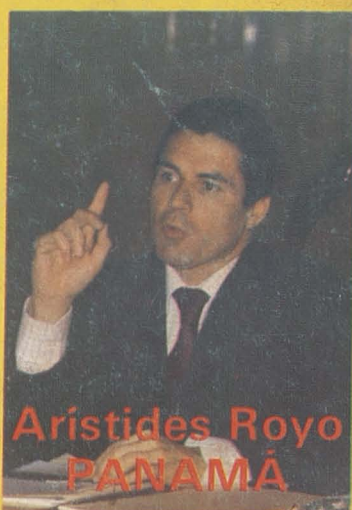
AGORA?



Jaime Roldós
EQUADOR

EXCLUSIVO:

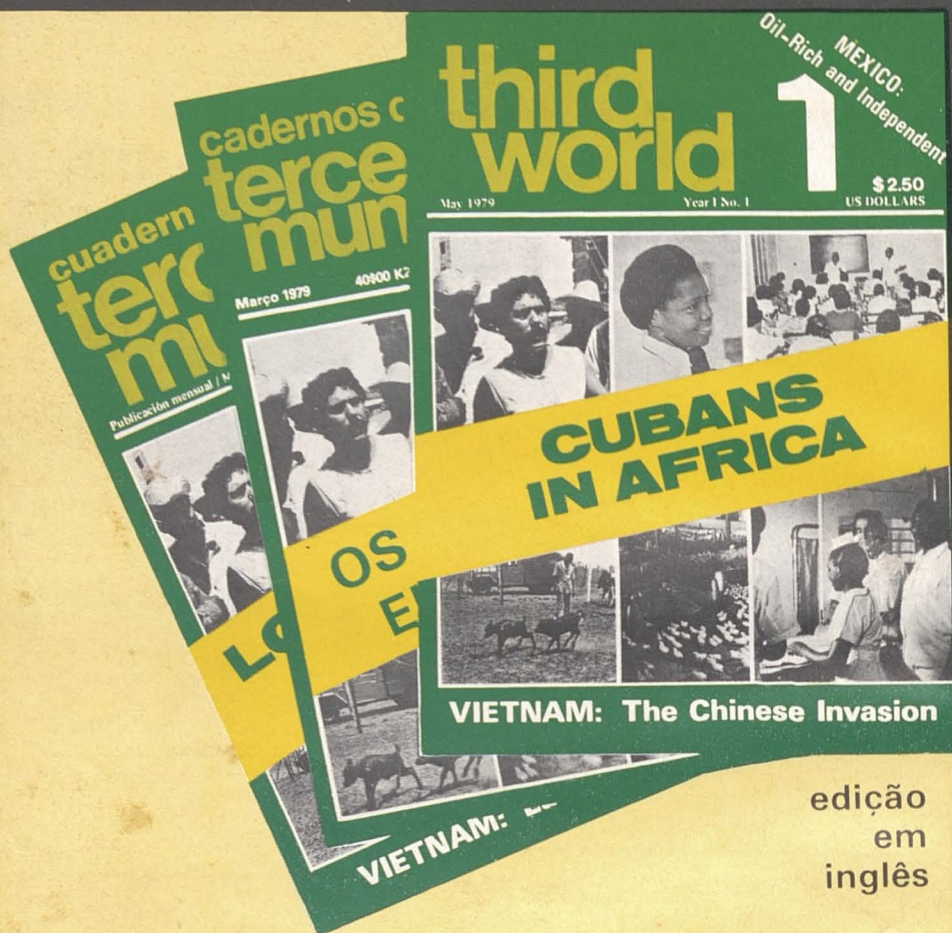
A OPINIÃO
DOS
NOVOS
PRESIDENTES
LATINO
AMERICANOS



Aristides Royo
PANAMÁ

final

pág. 1



a língua
não constitui
para nós
uma barreira

nesta edição

cadernos do terceiro mundo

cadernos do
terceiro mundo

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

- 4 editorial
- 7 dossier CIA
- ÁFRICA**
- 35 Guiné Equatorial — Papá Macias mata os seus filhos — Carlos Domit
- 41 Guiné-Bissau — Uma experiência de economia planificada
- 45 Mauritânia — O Governo na encruzilhada — Mohamed Salen
- AMÉRICA LATINA**
- 48 Nicarágua — A ofensiva final — Roberto Remo
- 52 Bolívia — Pela revolução nacional e anti-imperialismo — Renato Andrade
- 60 Brasil — Ressurgimento do PTB — Mário Osava
- 66 Equador — «Garantir um Governo popular» — José Steinsleger
- 72 Panamá — Entrevista com Aristides Royo — Renato Cannabrava Filho
- MÉDIO ORIENTE**
- 79 Iraque — Alfabetização massiva — Roberto Remo
- 83 **MUNDO**
- 95 **PANORAMA**
- 100 **CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
- 101 **HISTÓRIA**
- 110 **INFORMAÇÃO**
- 117 **CULTURA**
- 123 **ALMANAQUE**



foto do mês

nicarágua: a ofensiva final



cuadernos del
**tercer
mundo**

**third
world**

cadernos do
**terceiro
mundo**

Publicação Mensal — N.º 15 — Julho 1979

Edição em Português dos «Cuadernos del Tercer Mundo»
e «Third World»

Director: Pablo Piacentini

Editor Internacional: Neiva Moreira

Editora Adjunta: Beatriz Bissio

Redactor-Chefe: Roberto Remo

Apartado Postal 20-572 — México 20, D. F.

Edição em Espanhol — Ano III — n.º 31

Periodistas del Tercer Mundo, A. C.

San Lorenzo 153, Desp. 406

México 12, D. F. — Tel. 559-3013

Editor: Gerónimo Cardoso

Edição em Inglês — Ano I — n.º 2

Edição em Inglês — Ano I — n.º 2

Editor: Fernando Molina

Edição em Português — Ano II — n.º 15

Propriedade

Tricontinental Editora, Lda.

Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º, Dt.º — Telef. 56 13 30

Lisboa-1000 — Portugal

Redacção e Administração:

Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º, Dt.º

Editor: Altair L. Campos

Administração: Ernesto Pádua

Redacção: Baptista da Silva, Leonel Moura, Mário Osava

Colaboram neste número: Gregório Selser, Kamba Maish, Mohamed Salem, Renato Andrade, Carlos Pinto dos Santos, José Stainsleger, Paulo Cannabrava Filho, Adérito Lopes, Leonor Santos, Maurice Jacques, Ladislau, Vasco.

Os Cadernos do Terceiro Mundo utilizam os serviços de:

Agência de Informação Moçambicana (AIM), Angola Press (ANGOP), Inter Press Service (IPS), Irakian National Agency (INA), SHIHATA (Tanzânia), Nipon Agency News (NAN), e Prensa Latina (PL). Mantém intercâmbio editorial com as revistas Nuevas (Equador), Tempo (Moçambique) e Novembro (Angola).

Distribuição: Dijornal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda. — Rua Joaquim António de Aguiar, 64, 2.º, Dt.º — Lisboa.

Composição e Impressão: Empresa do Jornal do Comércio — Rua Dr. Luís de Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa 1200 — Portugal.

ASSINATURAS

Portugal

Anual (12 números) . . .
Semestral (6 números)

Esc. 380\$00

Esc. 220\$00

Estrangeiro

Angola, Moçambique,
Cabo Verde, Guiné-
-Bissau e S. Tomé e
Príncipe
(12 números, via aérea)
Esc. 600\$00
ou US\$ 14.00

Restantes países
US\$ 17,00

distribuição

ANGOLA: Empresa Nacional de Apoio Técnico do DEPI/MPLA/PT. Praceta Farinha Leitão, 27, Luanda. BELICE: Cathedral Book Center, Belize City. CABO VERDE: Instituto Caboverdiano do Livro, Rua 5 de Julho, cidade da Praia. COSTA RICA: Libreria Tercer Mundo, S.A., Contiguo Palacio Municipal, San Pedro Montes de Oca. ECUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601 y Mendiburo, Guay aquil, Ecuador. Libreria Siglo XX, Garcia 420 y 6 de diciembre, Quito. EL SALVADOR: Libreria Tercer Mundo, Primera calle Poniente No. 1030. ESTADOS UNIDOS: Libreria Libro-Libre, 220 W. 14th St., N.Y. 10011. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 15005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e do Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Bockhandel, Spui 14-16, Amsterdam. ITÁLIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60 Roma — Feltrinelli, via del Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6 Roma — Uscita, Banchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Voceadores de Periódicos, Humboldt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Say Rois de Publicaciones, S.A. Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librerías de Cristal, y 100 librerías en todo el país. MOÇAMBIQUE: Instituto Nacional do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh, 103, Maputo. PANAMÁ: Libreria Cultural Panameña, S.A. Av. España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. PORTO RICO: Libreria Puerto Rico, Calle Huanacabo 1009, Río Piedras, San Juan — Libreria La Tertulia, Amalia Marin esq. ave. González, Río Piedras. REPÚBLICA DOMINICANA: Instituto Americano del Libro, Calle Arzobispo Noel 358, Santo Domingo — Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramirez, 41, Santo Domingo. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação Cultura Popular. SUÉCIA: Wenner-gren-Williams AB. S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A. Av. México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

correio

Irão e Eritreia

"Terei de salientar o valor político dos Cadernos, pois constituem um precioso arquivo de informação e relato sobre países progressistas e movimentos de Libertação do que se designa por Terceiro Mundo.

No entanto, não tenho encontrado com regularidade informações desenvolvidas sobre o Irão e a Eritreia, que gostaria saber para poder esclarecer-me com exactidão." — Ludgero V. Barroso — Castelo Branco — Portugal.

Caribe e África

"Como crítica ao vosso trabalho, gostaria que desenvolvessem artigos sobre pequenos países do Caribe e de África". — António Manuel Vicente — Benedita — Portugal

Uma aposta ganha

Para já posso dizer que a vossa "aposta" está GANHA.

A vossa coragem, o apego e o esforço (o enorme esforço) de bem informar, de desfazer mitos "terceiro-mundistas" de que a opinião pública em geral (do nosso país e não só, suponho, eu) está cheia por toda uma "informação" cujos objectivos nos vamos habituando a conhecer, toda essa coragem, todo esse esforço, dizia eu, estão sendo largamente recompensados por uma mais nítida imagem da realidade do Terceiro Mundo e (em especial) dos novos países de expressão portuguesa, sobre os quais incide um interesse especial da minha parte. E da vossa parte, claro. — João José Marques — Porto — Portugal.

CIA & C.^a

Destaque neste número para as actividades da CIA, segundo parece em fase de profunda reestruturação, motivada, em grande parte, pelo revés sofrido pelo imperialismo norte-americano no Irão.

O nosso contributo para um "dossier CIA" integra neste número um artigo sobre as novas funções que se põem à agência na hora actual; uma cronologia das principais actividades ao longo da sua já longa e sempre tenebrosa existência, bem como uma lista de importantes agentes em várias capitais africanas. E por a CIA, apesar de constituir uma estrutura coordenadora de informações, não ser a única Agência norte-americana de espionagem, fornecemos aos nossos leitores uma lista de outras agências, que, como ela, se dedicam ao mesmo sujo trabalho.

Na América Latina, e como não poderia deixar de ser, a nossa atenção vai para a Nicarágua, onde o que falta conhecer é como cairá Somoza. Siles Suazo, líder da UDP, da Bolívia, fala-nos das perspectivas eleitorais da sua organização no acto que se avizinha, e no qual Siles é seguramente o mais sério candidato à presidência do país. A realidade brasileira é já marcada pelos primeiros passos de reorganização do Partido Trabalhista Brasileiro — que num futuro próximo poderá ser determinante, (Brissola afirma-o premtoriamente) — o que nos levou a estar presentes na reunião de Lisboa de 120 militantes trabalhistas brasileiros, uns ainda no exílio, outros vindos do interior daquele grande país sul-americano. O nosso companheiro Mário Osava, diz-nos como foi.

A finalizar, e ainda na América Latina, duas entrevistas de primeiríssima ordem (e não apenas por se tratar de dois presidentes da República): a primeira com Jaime Roldós, recentemente eleito no Equador; a segunda, com o presidente do Panamá, Aristides Royo.

Na África começamos por falar de um pequeno país que poucas ou raríssimas vezes tem honras de primeira página, mas cujo povo sofre uma das mais bárbaras e sangrentas ditaduras existentes no Continente: a Guiné Equatorial. Temas africanos analisados ainda neste número são: o Orçamento da Guiné-Bissau, recentemente aprovado, base indispensável para uma experiência de planificação de que o país dá ainda os primeiros passos, a enigmática situação na Mauritânia, de "nem guerra nem paz", onde o governo do sucessor de Boueif se encontra na encruzilhada. Não podíamos, evidentemente, esquecer uma efeméride e uma figura indissociavelmente ligada à história da libertação do continente africano: o 30 de Junho, data da proclamação do Congo, e o homem que esteve na sua origem, Patrice Lumumba.

No Médio Oriente, o nosso companheiro Roberto Remo analisa em contacto directo com a população o trabalho de alfabetização de massas no Iraque — alfabetização, que constitui o mais precioso investimento que qualquer país pode realizar.

Mas desfolhe o exemplar que tem nas mãos e encontrará outros temas do seu interesse. Foi — e é sempre — essa a nossa intenção.

UNCTAD V: um fracasso previsível

Em Manila, após um mês de intensos debates, a 5.^a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD V) concluiu num fracasso. Algumas decisões não fundamentais foram aprovadas, outras postergadas, outras rejeitadas, mas o conjunto de aspirações apresentadas pelos países do Terceiro Mundo não foram aceites pelo bloco de países capitalistas avançados, que controlam os mecanismos de comércio internacional.

Ainda que em termos de conferências internacionais o termo de falhanço para as qualificar seja em geral evitado, já que se abrem normalmente ultteriores instâncias negociadoras que levam ao infinito as discussões sem chegar a soluções, o facto é que este encontro não pode ser caracterizado de outra forma.

O mecanismo da UNCTAD foi proposto em 1964, pelo economista argentino Raul Prebisch, que avançava a criação de um organismo que resolvesse o desequilíbrio económico entre o Norte e o Sul, através de negociações entre ricos e pobres, que pusessem fim às distorções do comércio internacional.

O diagnóstico que precedeu a criação da UNCTAD foi essencialmente correcto; demonstrou-se como o sistema económico mundial aprofundava a brecha entre países ricos e pobres, através da deterioração dos termos de troca, não ofereciam aos países subdesenvolvidos nenhuma perspectiva de desenvolvimento económico. Em consequência dessa constatação, propunha-se a criação de um organismo internacional destinado basicamente a «melhorar o acesso dos produtos primários aos mercados dos grandes centros industriais» e a «elevar e a estabilizar o poder de compra dos rendimentos dos países em vias de desenvolvimento». Ou seja, tratava-se de operar sobre os benefícios do comércio mundial de modo que estes revertessem a favor dos subdesenvolvidos para que estes pudessem enfrentar os seus mais dramáticos problemas e planificar o seu desenvolvimento.

Não era por certo uma fórmula revolucionária, pelo contrário,

editorial

cadernos do
terceiro
mundo

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

era uma proposta conciliadora, que significaria apenas algumas concessões por parte das nações capitalistas mais avançadas. Prova disso, é o facto de diversas potências capitalistas de dimensões intermédias terem aceite de bom grado negociar naquelas bases com o Terceiro Mundo.

Mas ao longo destas cinco conferências, as maiores potências capitalistas, Estados Unidos, Japão, Alemanha Federal, opuseram-se a toda e qualquer reforma do sistema vigente e conseguiram neutralizar todas as iniciativas para o corrigir. As grandes potências são as principais responsáveis do fracasso, mas não as únicas: o Terceiro Mundo não constitui um bloco coerente. No seu seio há governos partidários do capitalismo dependente, juntamente com outros moderadamente nacionalistas e nações que empreenderam o caminho da libertação.

Esta realidade do Terceiro Mundo, impede-o de exercer pressões firmes sobre as grandes potências, que, pelo contrário, conseguem dividir os países subdesenvolvidos quando se trata de discutir propostas concretas. Ou seja: o Terceiro Mundo, realmente unido, compenetrado de uma missão filosófica e metodológica de acção, haveria imposto diversas reivindicações ao bloco liderado pelos Estados Unidos.

Como tais condições não se dão, e se situam numa perspectiva longínqua, isso leva a que decorrerá muito tempo até que se apliquem reformas globais ao injusto sistema económico internacional. O quadro de miséria para as duas terças partes que origina esse sistema agravar-se-á nos próximos anos, não obstante as conferências que venham a ter lugar. Mas deve recordar-se que a UNCTAD, assim como a Conferência Norte-Sul e demais instâncias internacionais, constituem apenas as vias negociadoras que procuram a reforma do sistema na base do diálogo entre oprimidos e opressores.

Enquanto subsistirem as presentes relações de força à escala

editorial

mundial e dentro do Terceiro Mundo, este diálogo não poderá conduzir a resultados satisfatórios, mas tão pouco seria sensato postular o seu abandono, um encerramento de uma tribuna na qual países explorados denunciam a sua situação e expõem as suas reivindicações. Porém, o esforço maior deve concentrar-se em modificar a relação de forças em favor dos países opostos à ordem actual. Esta é a alternativa histórica, que passa necessariamente pela eliminação dos regimes partidários da dependência dentro do Terceiro Mundo e a sua substituição por forças populares e progressistas, partidárias da libertação nacional.

É um caminho lento, mas irreversível, demonstra-o num breve período o sucedido no Irão, Afeganistão, Etiópia, Vietnam, Cambodja, Laos, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Madagáscar.

Frente ao que poderia chamar-se a alternativa reformista ou conciliadora que apresenta a UNCTAD, existe a alternativa revolucionária, a aliança estratégica entre países socialistas e países libertados do Terceiro Mundo que se subtraem pelo menos em boa parte ao sistema económico dominado pelos Estados Unidos. Desde logo esta aliança não propõe a reforma do sistema mas a sua substituição por um sistema de base socialista. Acontece que cada mudança libertadora em cada país reforça as possibilidades das duas vias. Dentro da via dialogante, dá mais peso às reivindicações dos países explorados, e, ao mesmo tempo, amplia o campo dos adversários do bloco capitalista.

Dentro desta perspectiva deve ser visto o fracasso da UNCTAD. Um episódio que faz parte de um complexo processo e a longo prazo. Um êxito teria sido impossível, pois teria significado a conversão voluntária e graciosa das grandes potências, mas o quadro gera alterações, maduram novas condições, modificam-se as relações de poder e chegará o momento em que os Estados Unidos e os seus aliados serão forçados a ceder.

novas funções para a

dossier CIA



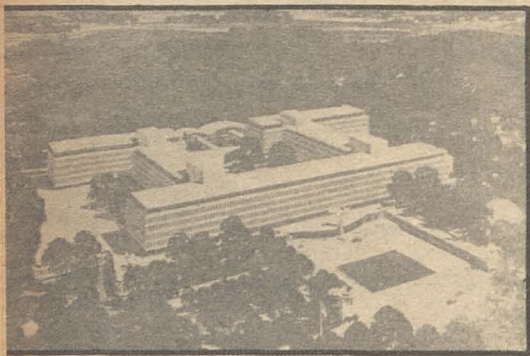
Apesar dos fracassos dos organismos de espionagem dos Estados Unidos — em particular a incapacidade em prever a revolução iraniana — e das críticas que surgem por todo o mundo às suas operações secretas, o seu labor não cessará. Tratam-se de organismos fundamentais à sobrevivência do sistema, que tem necessidade de lhes lavar a cara e torná-los mais operacionais

Gregório Selser

NA segunda metade de 1978, de forma que surpreendeu todo o mundo, o Irão deixou de ser o aparente paraíso governado por um todo-poderoso imperador para entrar na incontível ebulição revolucionária, que culminaria, na primeira fase, com a discreta fuga do Xá e da sua corte.

Não muitos meses antes, precisamente na noite de 31 de Dezembro de 1977, no palácio real de Teerão, o presidente dos Estados Unidos, James Carter, havia brindado com estas palavras em honra do seu anfitrião: "Em virtude das grandes qualidades de dirigente que distinguem o Xá, o Irão é uma ilha de estabilidade numa das mais turbulentas regiões do mundo. É uma homenagem a Vossa Excelência, Majestade, à vossa direcção, ao respeito, à admiração e ao amor que o vosso povo vos professa (...) Muito importante é que continuemos a beneficiar do vosso Juízo e dos vossos conselhos (...) a causa dos direitos do homem é profundamente compartilhada pelo nosso povo e pelos dirigentes das nossas nações (...) Nenhum outro país na Terra está mais próximo de nós no que respeita à nossa segurança militar mútua. Nem existe qualquer outro com quem mantenhamos consultas mais estreitas sobre os problemas da região que nos preocupam. Não há nenhum outro dirigente por quem sintamos uma gratidão mais profunda e uma maior amizade pessoal que por Vós (...)" (1)

Se Carter estivesse melhor informado, é muito possível que este brinde jamais tivesse sido pronunciado. Ou, pelo menos, não com este tom de comprometimento. Mas o supremo dirigente da potência que supostamente possui o serviço



O edifício da CIA: uma verdadeira monstruosidade...

de espionagem mais aperfeiçoado do mundo, sabia tanto da verdadeira situação socio-política iraniana, como o mais ignorante cidadão norte-americano, segundo o iria revelar o *New York Times* a 22 de Novembro de 1978, quando já era tarde para emendar o que fora feito, e se tornava previsível a tempestiva fuga do "rei dos reis", Mohamed Reza Pahlevi.

De acordo com as informações do *Times*, Carter teria enviado bastantes relatórios de queixa ao almirante Stansfield Turner da *Central Intelligence Agency* (CIA), ao Secretário de Estado Cyrus Vance e ao director do Conselho de Segurança, Zbigniew Brzezinski, declarando sentir-se "insatisfeito com as informações políticas" que lhe haviam fornecido sobre distintas áreas em conflito no mundo, e em especial sobre o Irão.

Meses mais tarde, foi o próprio director da CIA, o almirante Turner quem tornou pública a admissão do seu fracasso. A 4 de Fevereiro de 1979, com efeito, Turner reconheceu que a CIA não soube prever o alcance dos protestos populares no Irão, uma falha compartilhada — afirmou — pelos organismos de espionagem do resto do mundo. E, aclarou algo mais: "Evidentemente, gostaríamos de ter feito um prognóstico melhor; mas gostaria de esclarecer que prognosticar levantamentos políticos, golpes militares e resultados eleitorais, é, possivelmente, a parte mais difícil dos serviços secretos, muito mais difícil que a espionagem militar ou económica. Nenhum jornalista ou analista predisse que o Xá seria forçado a abandonar o país. Quando revimos as nossas informações dos últimos meses, vimos claramente um grande número de dissidências, políticas, religiosas, culturais e económicas. Foi como se entrassem em erupção uma série de vulcões. Mas é indubitável que parecia que nenhum iria alcançar uma efervescência tal que o governo não pudesse controlá-lo. O que não prognosticamos foi que um religioso de 78 anos de idade, que se encontrava exilado há cerca de 14 anos, iria ser o catalizador que unificaria todas essas forças dispersas. Irrompeu então, um enorme vulcão, uma verdadeira revolução nacional".

Em qualquer outro país, um fracasso desta natureza teria provocado a fulminante destituição do responsável de semelhante erro. Foi o que ocorreu no seguimento do fiasco da Baía dos Porcos,

em Abril de 1961, quando o presidente John F. Kennedy substitui o célebre monstro sagrado da contra-espionagem mundial, Allen Dulles.

MUDANÇAS NA "AGÊNCIA"

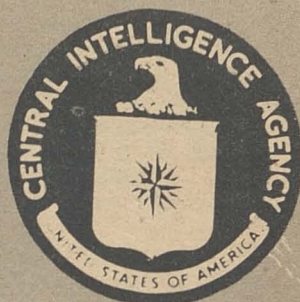
O estilo de Carter, porém, reveste-se de cordiais sorrisos e palmadinhas nas costas. Não pode desprender-se sem mais nem menos do seu amigo Turner, tendo em conta, que, por ora, não existe um candidato visível que o substitua. Por outro lado, o fracasso no Irão deve-se, entre outras razões pontuais, às alterações internas da CIA que o próprio Turner empreendeu a instâncias de Carter.

O processo de reestruturação exigiu a supressão por despedimento ou transferência de nada menos que 800 funcionários da "Agência" em fins de 1977. Tornava-se necessário um "whitewash" ou limpeza de cara, logo que as investigações no Senado e na Câmara de Representantes puseram a nú os aspectos mais repulsivos da desestabilização de governos democráticos ou populistas no mundo inteiro, e os programas — cumpridos ou frustrados — de eliminação de Chefes de Estado programados pela CIA, em ordem à sua particular visão relativamente aos modos de conduzir alguns aspectos da diplomacia internacional estado-unidense.

O próprio Carter, durante a sua campanha eleitoral para a presidência, comprometeu-se a não incorrer em "episódios tão lamentáveis" como a participação da CIA na desestabilização do governo de Salvador Allende. O então candidato Carter, mencionou especificamente o Chile.

A mais importante imprensa dos Estados Unidos difundiu amplamente as investigações da Comissão Church ou as descobertas realizadas pela Comissão Pike, filtradas nas páginas do periódico novo-iorquino *Village Voice*. Pelo menos os políticos mais informados não podiam ignorá-los. A Comissão Pike, havia-se ocupado precisamente de um facto pouco conhecido, em que tinha intervido o Secretário de Estado Henry Kissinger: a forma como os Estados Unidos haviam estado a sustentar incessantemente a rebelião kurda de Mustafá Barzani, na fronteira do Irão e do Iraque, até que, por acordo de ambas as nações, foi resolvida uma

a história da



golpes,
invasões,
assassinatos...

cadernos do
mundo

1948
Rua da Lapa, 180, 3101-901
CEP 20.002-901, Rio de Janeiro
8 de Setembro de 1949, de acordo com a
Lei de Segurança Nacional e oficialmente criada a Central Intelligence Agency (CIA) sob a direcção do almirante Roscoe H. Hillenkoetter, que pouco tempo depois é substituído pelo general Walter Bedell Smith, chefe do Estado Maior do general Dwight Eisenhower durante a Segunda Guerra Mundial. Smith chama como seu assessor directo o advogado Allen W. Dulles, ex-chefe da OSS, encarregado da contra-espionagem norte-americana na Europa.

1948-1950

A CIA vale-se da **American Federation of Labour** (Federação Norte-americana do Trabalho) para, mediante subornos, provocar operações divisionistas nas centrais operárias da Itália e da França, destinadas a impedir o triunfo dos partidos comunistas.

Emprego de fundos do Plano Marshall para financiar na Itália o Partido da Democracia Cristã e outros agrupamentos, com vista a impedir o triunfo do PCI.

Financiamento de movimentos clandestinos na Hungria, Albânia, Ucrânia e Polónia.

1949

Ao produzir-se a instauração da República Popular da China com a derrota de Chiang Kai-chek, início de raids aéreos sobre território chinês, com vista a ajudar os focos nacionalistas que ainda resistiam.

Iniciação de operações de reforço de alguns remanescentes do exército de Chiang que se internam na Birmânia.

1950

Aprovisionamento, com armas e dinheiro, do exército de Chiang em Taiwan e na Malásia. Em simultâneo com o reforço à "resistência" do Tibet, face à sua eventual captura pelo exército de Tse-tung.

Ao estalar a guerra da Coreia, a CIA fracassa naquilo que era da sua estreita competência: advertir Washington sobre a iminência do conflito, em virtude da concentração bélica em ambas as partes da Coreia.

1950-1953

Irrestrito apoio ao governo das Filipinas posto em xequê pelas guerrilhas "Huck" ou "Huckbalahaps".

Consentimento e(ou) fomento do tráfico clandestino de estupefacientes extraídos do ópio através do chamado "Triângulo de Ouro" asiático com destino ao Ocidente, em que participam aviões pertencentes a uma empresa aérea de carga e passageiros criada para o efeito pela CIA. Em terra, o tráfico circula a partir da Birmânia através do Laos (com intervenção das tribos Meo), Cambodja e Tailândia.

1951

É criado o Centro de Estudos Internacionais (CIS) do Massachusetts Institute of Technology — MIT — com fundos abundantes destinados a investigar "academicamente" países considerados "críticos" ou "estratégicos". O CIS será o protótipo para a criação de outros institutos universitários com idênticos objecti-

operação militar conjunta para "liquidar o problema". Segundo a Comissão Pike, Kissinger, que aprovou a operação, teve, de seguida, que suportar as indignadas queixas do líder Barzani, que reclamou pelo abandono a que o haviam submetido aqueles que tinham sido os seus aliados da véspera. Segundo parece, muitos kurdos teriam sido mortos; a Barzani deu-se-lhe em troca asilo nos Estados Unidos, onde morreu, algumas semanas antes de poder sentir-se feliz pela queda do Xá Reza Pahlevi. (2)

O fracasso da Cia no Irão trouxe à luz outros detalhes, que, ainda que anedóticos, fazem parte da história. Segundo parece, e de acordo com as mais elementares e comuns práticas dos serviços de espionagem do mundo inteiro, os agentes destacados em Teerão tinham contactos com elementos da oposição iraniana, cuja actuação, credo e opinião passavam a integrar os informes despachados para a sede de Langley, na Virgínia.

Como o processamento dessa informação dava conta da ebulição imperante no país, é de deduzir que funcionários autorizados do serviço exterior estaduniense na região tenham manifestado a sua inquietude ao Xá, acompanhando-a de conselhos e sugestões, por aquilo que Carter mencionava sobre a manutenção das "consultas mais estreitas sobre os problemas regionais". É de imaginar que as interessadas respostas do Xá se tenham visto acompanhadas do óbvio pedido de que os agentes da CIA não mantivessem contactos com a oposição. E que o pedido tenha sido satisfeito para não irritar a SAVAK. De onde se desprenderia a auto-eliminação da fonte informativa mais valiosa, a que poderia proporcionar dados sobre o estado pré-insurreccional do povo iraniano. E, assim, por um encadeamento de necessidades diplomáticas e descuidos profissionais da mais alta craveira, Brzezinski, Vance e Turner encontravam-se desinformados num dos aspectos mais vitais da segurança internacional na óptica estaduniense.

Da qual, o povo iraniano deverá congratular-se sempre, em revanche do que aconteceu vinte e cinco anos atrás, em 1953, quando por estarem demasiadamente informados, a CIA, o Departamento de Estado e o Conselho de Segurança Nacional, Dwight Eisenhower, John Foster Dulles e Allen W. Dulles, em conluio



Carter ao lado do Sha: mais uma vez a CIA se equivocou...

com o mesmo Xá, produziram a operação que liquidou o primeiro intento nacionalista iraniano, encarnado na figura do Primeiro-Ministro Mohamed Mossadegh.

READAPTAÇÕES DA CONTRA-ESPIONAGEM

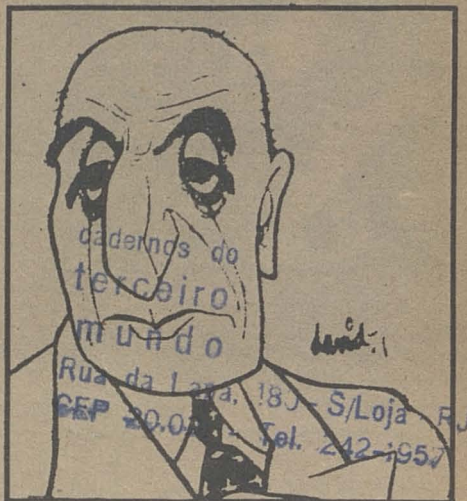
Em princípios de Janeiro do corrente ano, já Carter não ocultou a sua contrariedade. Os seus mais directos assessores proporcionaram-lhe uma adequada racionalização do fracasso da CIA em advertir — e talvez mesmo prevenir — a situação explosiva do Irão.

Durante os últimos quinze anos, os Estados Unidos repousaram num excesso de complicados aparelhos, satélites espaciais e de escuta electrónica, que espíavam as mensagens secretas de outras nações. O próprio Carter explicou que isso se cumpriu “por vezes em detrimentos dos dados que se derivam, e também dos dados recebidos dos canais políticos normais.”

Os sistemas SIGINT e RADIANT, dependentes do Departamento Nacional de Reconhecimento (satélites) e da Agência de Segurança Nacional (comunicação e interceptação de códigos), proporcionavam uma cobertura planetária da supervigilância do inimigo principal, mas descuidavam sectores conflituos de alta sensibilidade. A mesma Comissão Pike, revelou que tanto a CIA como a DIA (*Defence Intelligence Agency*) foram incapazes de detectar os preparativos da guerra árabe-israelita de 1973, tanto mediante os satélites espia, como pelos métodos de observação “normais” e menos sofisticados (também o muito eficiente serviço secreto isrealita os não conheceu); e, do mesmo modo, ignorou os preparativos bélicos da Turquia, que culminaram com a

vos, que, eventualmente, servirão de fachada para “investigadores” e “investigações” financiadas pela CIA.

Começam a funcionar as estações de rádio Europa Livre e a Voz da Liberdade, financiadas pela CIA e com programas orientados para os países do Leste europeu, cuja rebelião incitam de forma permanente.



Mossadegh

1953

Agosto. Activa participação de agentes da CIA no levantamento militar contra o primeiro-ministro Mohamed Mossadegh, no Irão, a quem destituem e aprisionam em nome do sha Reza Pahlevi. As nacionalizações da riqueza petrolífera são anuladas e redistribuídas entre as célebres “Sete Irmãs”, com participação menor de uma companhia francesa.

1954

No dia seguinte à queda de Dien-Bien-Fu em poder das forças de Giap e à consequente liquidação do império francês na ex-Indochina, os Estados Unidos substituem a França e negam-se a ratificar o Tratado de Genebra que punha fim à guerra do Vietnam. Começa então o apoio activo a um títere local, o fanático religioso direitaista Ngo Dinh Diem, seleccionado pelo MIT para governar uma parte do Vietnam e impedir a sua reunificação. A CIA desempe-

nhará um papel preponderante nesse país até se consumir a derrota dos Estados Unidos, em finais de Abril de 1975.



Jacobo Arbenz

Junho. Derrube na Guatemala do presidente Jacobo Arbenz Guzmán, após uma prévia campanha de guerra psicológica, similar à realizada no ano anterior no Irão. Os fundos da CIA são o meio para corromper chefes e oficiais do exército local, para armar um exército mercenário, instalar potentes estações radiofónicas nas Honduras e até para comprar aviões que provinham da Segunda Guerra Mundial e pagar às suas tripulações, que apoiarão a operação decisiva.

1956

Intervenção ardilosa na preparação do levantamento da Hungria.

1958

Participação nos movimentos insurreccionais contrários ao presidente da Indonésia, Ajmed Sukarno, em virtude da sua política nacionalista e não-alinhada. Os insurrectos são abastecidos com dinheiro, armas e aviões bombardeiros estacionados nas Filipinas. A CIA é denunciada com todas as letras na imprensa indonésia, pelo que suspende todas as operações.

Primeira intervenção secreta na política interna do Chile, através da contribuição de fundos na propa-

anexação de uma grande parte do sector grego da ilha de Chipre.

Fiado na tranquilidade que deparava a dispendiosa máquina bélica estacionada no Irão, Carter viu-se tão surpreendido pela "rebelião religiosa" liderada pelo ayatollah Khomeini como quando, em Outubro de 1978, no momento em que Cyrus Vance celebrava em Washington conversações com Yan Smith da Rodésia, se inteirou das desapiedadas incursões de tropas deste último país em território da Zâmbia. A explicação oficial para esta nova falha foi que "nos últimos dez ou quinze anos houve uma declinação gradual da inteligência humana, concebida como uma análise correcta, incisiva e racional dos dados".

Por outras palavras: que a interpretação das fotografias, dos satélites e de aviões a grande altura, e a decifração de códigos interceptados, consideram-se de maior confiabilidade que os informes escritos sobre temas tão aborrecidos como os da socio-economia e geopolítica de distantes países da Ásia e África. A prioridade, como se sabe, continua a repousar na verificação dos acordos SALT com a URSS e na magnitude dos envios comerciais e bélicos para Cuba. Mas, como observava David Lennon no *Financial Times*, de Londres, "as fotografias das forças soviéticas, ou as intercepções dos códigos do Pacto de Varsóvia, em geral indecifráveis, dizem algo sobre a capacidade militar dos russos, mas pouco a respeito das suas intenções".



O Almirante Turner, actual chefe da CIA

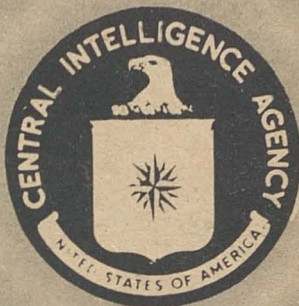
Turner chegou ao seu cargo de diretor da CIA com instruções de Carter para colocar sob controle as operações sujas da Agência (*dirty tricks*), incluindo a violência secreta, a desestabilização de governos e o assassinato de dirigentes políticos estrangeiros, por isso ser — explicou — “repugnante para a moral nacional”. Companheiro de Carter, Turner foi instruído para suavizar os horripilantes traços da CIA: “ao espiar, não devemos tratar de obter informação que possamos conseguir por intermédio de fontes públicas”.

Isto que não passa de ser uma mera expressão de desejos, começou a ser posto em prática em 1973 por James Schlesinger, nna sua breve passagem pela CIA, fundado em razões de eficácia. Turner despediu na jovialidade denominada “massacre de Halloween”, 820 agentes, que, na sua maior parte, haviam operado no Vietnã e dificilmente poderiam ser reeducados em práticas distintas dos *dirty tricks*, assassinatos e espionagem “à Dulles”.

Em Janeiro de 1979, outros 200 agentes foram convidados a apresentar as suas renúncias ou a adiantar a sua reforma, acicatados pelas vantagens de um plano de aposentação *ad hoc*. Ao comentá-lo, o *New York Times* anotava que era “algo assim como o fim de toda uma geração dentro do organismo”.

Como inesperada sequela dessas saídas impostas por Turner, estão-se a registar outras, fundadas em crises “morais”, se é que se pode empregar esta expressão sem ofender os honoráveis membros da Agência. Aparentemente, muitos deles sentiram-se feridos, em parte pelas revelações sobre os seus manejos e operativos, e mais recentemente pela ridicularização de que foram alvo devido ao seu fiasco no Irão. O aumento em número e qualidade de informações tanto para a imprensa como para a venda ao “inimigo”, determinou a implantação de medidas de segurança em Langley: bolsos e carteiras dos agentes devem ser abertos e examinados ao entrar e ao sair do edifício central, situado nas redondezas de Washington, o que é considerado uma afronta e um insulto à integridade “moral” dos assim inspeccionados. Mas como se não fosse suficiente, frequentemente são utilizados detectores de mentiras com funcionários suspeitos de permitir fugas de informação, e até finais de Fevereiro já eram

ganda adversa ao candidato popular Salvador Allende; triunfa assim o conservador Jorge Alessandri.



1959-1961

Treino e financiamento de tibetanos exilados para operações de fustigamento naquele território.

Iniciam-se as operações contra o território de Cuba revolucionária, mediante fogos postos em plantações de cana-de-açúcar por meio de aviões e avionetas com base no Estado da Flórida, com o propósito de desestabilizar o governo de Fidel Castro.



Março. Allen Dulles recebe autorização do presidente Eisenhower e do vice-presidente Nixon para preparar um exército mercenário para invadir Cuba e liquidar o processo

revolucionário naquela ilha do Caribe. É posto em execução o projecto, com participação directa de membros da CIA e a colaboração dos governos ditatoriais da Guatemala e da Nicarágua.

Maio. Ao abater no seu espaço aéreo um avião espia U-2, a União Soviética deixa mundialmente a descoberto a existência desse tipo de intervenção sobre uma nação soberana. Eisenhower assume a responsabilidade, mas Nikita Krushov nega-se a assistir em Paris a uma reunião cimeira preparada com antecipação.

1961

Abril. Estrondoso fracasso da expedição mercenária de Playa Girón, financiada, adestrada e enviada pela CIA. O presidente Kennedy assume a responsabilidade, semanas mais tarde, mas afasta o director da CIA, Allen Dulles, vista a incapacidade técnica demonstrada no episódio.

Kennedy autoriza a criação da Defense Intelligence Agency (DIA) e incrementa mais ainda a intervenção norte-americana no Sudeste asiático.



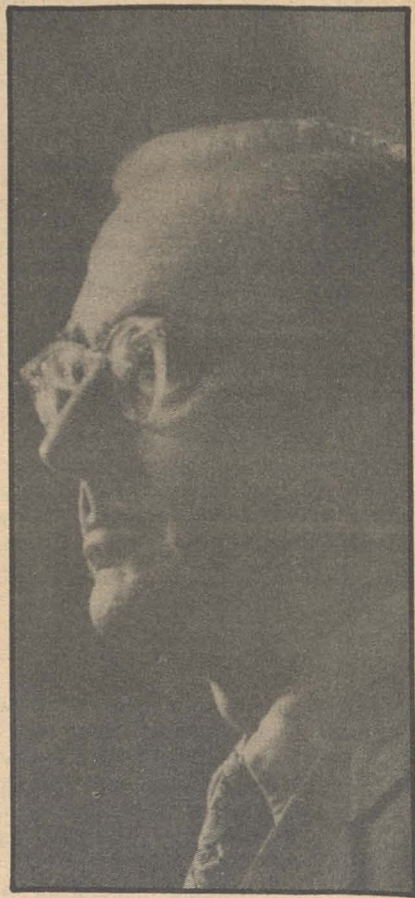
Lumumba nas mãos dos seus assassinos

A CIA, intervém, com a autorização de Kennedy, no ex-Congo belga contra o nacionalista Patrice Lumumba, a quem fez assassinar. Aviões B-26 apoiam mercenários belgas e de outras nacionalidades para fortalecer o regime pró-norte-americano de Mobutu e Adoula.

Setembro. Na Argentina, intento-

quinze os despedidos em resultado destes testes de verdade.

De modo algum isto deveria fazer supor uma intenção em dismantlar a Agência. Trata-se de correctivos e readaptações em aspectos relacionados com a eficácia e operatividade do organismo, e não uma renúncia às suas actividades e à sua natureza. Se só para "o Vietnam" havia uma rede de 820 agentes norte-americanos, agora "indesejáveis", pode-se inferir o número dos que continuam a actuar no mundo inteiro, sem contar com os de outras nacionalidades que operam nos seus respectivos países, transitória ou permanentemente.



William Colby, o ex-homem forte da CIA

A 13 de Fevereiro do corrente ano, ao falar num programa da Rede Nacional de Televisão Não Comercial dos Estados Unidos, William Colby, ex-director da CIA e um dos mais castigados funcioná-

rios por parte das comissões investigadoras do Congresso; declarou-se partidário de que a Agência continuasse a realizar operações clandestinas na América Central, para, desse modo, decidir em favor dos "sectores moderados" as crises políticas da região. Ampliou ainda este conceito em relação à África meridional (Zimbabwe, Namíbia e "outros pontos"), porque, em sua opinião, o que importava à "segurança nacional dos Estados Unidos" eram soluções políticas "equidistantes das forças extremistas".

Na opinião de Colby, a luta que se está travando em áreas de países em vias de desenvolvimento opõe tiranos a extremistas de esquerda, polos estes de que a *União* deveria manter-se afastada, optando por soluções tais como "gente honesta e moderada", e, para isso, não deve ser menosprezado apelar a táticas já provadas, como sejam as desestabilizações de governos. Como exemplo, mencionou a "solução Congo", ou seja o Zaire, no início dos anos sessenta. Explicou que aí, se defrontavam extremistas apoiados pela União Soviética e pelo Che Guevara por um lado, e os "reaccionários belgas" por outro; graças à CIA — acrescentou — chegou-se a um resultado que "se não foi o melhor do mundo, em todo o caso, foi melhor que a tomada do poder pelos extremistas". Não mencionou, porém, que semelhante resultado requereu o assassinato de Patrice Lumumba e de outros dirigentes, o sacrifício de milhares de congolezes e a instauração de um regime tirânico sustentado pelos Estados Unidos.

Nesse mesmo mês de Fevereiro, a comissão especial de peritos em espionagem, designada por Carter para traçar novos métodos de Espionagem e Segurança, recomendou que fossem adoptados os métodos de espionagem actuais e a implantação de outros que permitam medir com rapidez e eficácia "a capacidade real de grupos de oposição política e conhecer sobre as suas verdadeiras intenções, em países cujos recursos naturais ou situação geográfica têm valor estratégico para o governo dos Estados Unidos".

A comissão especial, integrada por David L. Aaron, director adjunto do Conselho de Segurança Nacional, David D. Newsom, Secretário de Estado para os Assuntos Políticos, e Frank C. Carlucci(3), director adjunto da CIA, foi criada em consequência da percepção de Carter

na de golpe contra o presidente Arturo Frondizi, previamente desestabilizado, utilizando cartas forjadas em dependências da CIA com a ajuda de opositores internos.

Novembro. O presidente populista José María Velasco Ibarra foi removido do seu cargo no Equador, a instâncias da CIA, sendo substituído pelo vice-presidente, Carlos J. Arosemena, derrubado, por sua vez, a instâncias dos serviços secretos norte-americanos em 1963.

1961

Treino e apoio permanente a exilados cubanos para acções de fustigamento e terrorismo, que incluem projectos — fracassados — de fazer assassinar Fidel Castro e outros líderes do Terceiro Mundo. Em pelo menos um caso foram contactados para o projecto membros da Mafia dos Estados Unidos.

1962

Intervenção desestabilizadora na Guiana, contra o governo de esquerda do primeiro-ministro Cheddi Jagan.

capitulos do
terceiro
mundo

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
GEP 20.021 - Tel. 242-1957



João Goulart

1962-1963

"Invasão" de mais de vinte milhões de dólares para apoiar centenas de candidatos de direita em eleições para governadores, congressistas e perfeitos brasileiros, com o propósito de impedir a consolidação política do presidente João Goulart.

1963

Setembro. Na República Dominicana, Juan Bosch é derrubado por um golpe inspirado e dirigido pela CIA.

1964

A CIA coloca o general da aviação René Barrientos como presidente da Bolívia através de um golpe militar.



Eduardo Frei

"Injecção" de mais de vinte milhões de dólares em favor do candidato democrata-cristão Eduardo Frei, no Chile, frente ao seu opositor, Salvador Allende, com a aplicação da chamada "Campanha do terror". De novo a CIA impõe no Chile o seu candidato.

Activa participação da CIA nos preliminares que antecedem o golpe de 31 de Março no Brasil, com o derrube do presidente constitucional João Goulart. Ao mesmo tempo, o presidente Johnson ordenava que certos vasos de guerra dos Estados Unidos estacionassem junto ao Rio de Janeiro, "caso fizessem falta".

Incidente no Golfo de Tonkin, que facilitará a Johnson a escalada total na guerra contra o povo do Vietnam.

Secreto apoio bélico a 35 mil "meos", tribalistas do Laos, assim como a outros 17 mil tribalistas da Tailândia na luta contra os movimentos de esquerda nos seus respectivos países e contra o Vietnam.

acerca da natureza do fracasso da CIA e da DIA no Irão.

Para uma cabal interpretação do significado da comissão e das suas recomendações, deve ter-se em conta que na linguagem convencional do funcionariado de Washington, "país estratégico" é aquele cujos recursos naturais ou a sua posição geográfica são relevantes à segurança nacional estadunidense; enquanto que "país de importância vital" é aquele não situado na vizinhança geográfica dos Estados Unidos, mas aliado deste para o aproveitamento estratégico dos seus recursos naturais (como o Irão ou a Arábia Saudita); finalmente, termos como "estudo" ou "exame" aludem a tarefas específicas realizadas por uma só agência de espionagem — neste caso a CIA — para vigiar e infiltrar.

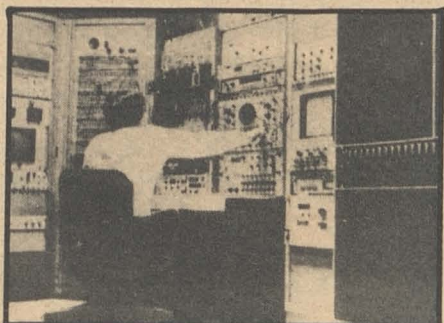


Frank Carlucci: a sua actuação no Portugal pós-25 de Abril valeu-lhe a promoção a n.º 2 da CIA

Na opinião desta comissão de peritos, a excessiva dependência dos recursos tecnológicos de alta sofisticação, dedicados a aspectos estruturais da relação internacional, produz um sobredimensionamento informativo de difícil, lento ou atrasado processamento e utilidade prática. A "tecnologia fantástica", semelhante a ciência-ficção, não é suficientemente relevante em casos conjunturais, onde o emprego do factor humano resulta mais efectivo.

A comissão observou que tanto os di-

plomatas estadunidenses como os agentes de espionagem tendem a ignorar as mudanças sociais e políticas que se gestam nos países-chave periféricos. Condiçoados pelos seus preconceitos políticos e predisposições psicológicas, concentram o seu interesse no que faz e pensa a classe dominante, desprezando o valor gestatório de alterações que emergem nos grupos sócio-económicos que funcionam abertamente ou reprimidamente fora dos contextos governamentais.



Meios tecnológicos altamente sofisticados ao serviço da CIA

Privilegiada e parcializada, assim, a fonte informativa disponível — como ocorreu no caso do Irão, em que se descansou nas interessadas referências do sha ou da SAVAK — passam pelos narizes da Espionagem as linhas de surgimento e alteração potenciais subjacentes em sectores da oposição política, religiosa, de grupos de intelectuais, de sindicalistas e até económicos. Em síntese, e entre as recomendações postuladas pela comissão, figuram a ampliação e o grau de fontes informativas em todos os estratos da vida política, económica, social e cultural dos países de importância vital ou estratégica.

Por isso, não surpreendeu que em plena realização da III Reunião do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) em Puebla, no México, se conhecesse a ordem do Presidente Carter aconselhando a CIA a intensificar as suas actividades de estudo e exame de grupos islâmicos e católicos, laicos e religiosos em diversas partes do mundo, incluindo a América Latina. E tornou-se sugestivo que da ordem emanada estivessem excluídos os grupos protestantes, judeus e budistas; o importante residia na menção “islâmicos”, objecto principal da sua preocupação.

Não é por acaso que a partir do “fenómeno” Khomeini, quase todas as publica-

1965

É incontroladamente desatada no Vietnam a política de “contrateror”, que culminará, anos depois, com a “Operação Phoenix”, que estará a cargo de um tal William Colby, mais tarde chefe-director da CIA.

Maio. Insurreição popular na República Dominicana que é liquidada pela intervenção aberta de 40 000 soldados de terra, mar e ar dos Estados Unidos. Nesse número não se contam os agentes da CIA, da DIA e do FBI, que competiram entre si para assegurar o poder a outro homem dos Estados Unidos, Joaquín Balaguer.

Setembro-Outubro. Banho de sangue na Indonésia. Os mortos e desaparecidos estimam-se em mais de um milhão, em repressão ideológico-política inspirada pelas técnicas e tácticas da CIA, que compensa, deste modo, o seu anterior fracasso de 1958. Cai, pois, Sukarno.

1966

Fevereiro. Com um golpe militar no Ghana, a CIA derruba o líder da luta anticolonialista panafricana, Kwame Nkrumah.

1967

Intervenção da CIA e das forças especiais contra-guerrilheiras dos Estados Unidos na sufocação das guerrilhas de “Che” Guevara na Bolívia.

A revista *Ramparts* e o *New York Times* competem entre si para desvendar grande parte das actividades da CIA, não só nas Universidades, sindicatos e organismos políticos norte-americanos, como no estrangeiro. Também é tornado público o apoio a revistas de fama mundial, como *Encounter* e o suborno de líderes estudantis e associativos.

Desencadeado o golpe dos coroneis na Grécia por intervenção directa de uma empresa transnacional norte-americana, a CIA proporciona reforços aos militares para a sua permanência no poder até 1974.



Chile 1973

1970

Meses antes das eleições presidenciais no Chile, a CIA fornece dinheiro a favor do candidato conservador Jorge Alessandri, como já o fizera em 1958 e 1964 contra Salvador Allende. Mas desta vez, o candidato da Unidade Popular triunfa. A CIA, com autorização do presidente Richard Nixon, emprende as operações "Track I" e "Track II", que incluem subornos, assassinatos, apoio a sectores da oposição e a jornais como o "El Mercurio", bloqueio económico em combinação com organismos financeiros internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento), greves desestabilizadoras, como as dos camionistas, até à culminação do golpe militar de Setembro de 1973, com apoio da DIA.

O general Lon Nol, agente da CIA, derruba com o apoio norte-americano o príncipe neutralista Norodon Sihanuk no Kampuchea. Estende-se a este país a guerra do Sudeste asiático, que culminaria, para Lon Nol, a 17 de Abril de 1975, quando foge para o Hawaii ante o avanço dos "khemer vermelhos".

1970

Chega a Montevideo, capital do Uruguai, Dan Mitrione, que passa a instruir a polícia política em técnicas de tortura, assassinando pelo menos três pessoas inocentes em "sessão de treino". Mitrione viria a

ções políticas especializadas da Europa dedicam amplo espaço à história e análise do conteúdo do Islão, cujo renascimento — se não nos enganamos — cobrirá possivelmente o horizonte das próximas décadas e entre mesmo na problemática do século XXI.

Mas para voltar ao nosso tema, é igualmente sintomático esta espécie de regresso às fontes por parte da CIA. A sua predecessora, a OSS (*Office of Strategic Services*) cumpriu a sua eficaz missão de contra-espionagem na Europa ocupada por Hitler, porque assentava no concurso dos agentes pertencentes na sua imensa maioria a países centro-europeus, que mesclavam a sua mística antifascista com incentivos profissionais.



Allen Dulles em plena Guerra Fria. 1948

A CIA, surgida em plena Guerra Fria, sob a direcção real de um convencido militante anticomunista, Allan Dulles, foi, nos seus anos iniciais, um organismo de avaliação e estudo, com o concurso daqueles sectores antifascistas e ao mesmo tempo anticomunistas. Só com o decorrer do tempo a CIA passou da fase "académica" à estratégico-operativa. E foi precisamente no Irão, onde Allen Dulles obteve o seu primeiro e estrondoso triun-

fo contra Mossadegh. Depois, é conhecido, seguiram-se o da Guatemala e tantos outros países do Terceiro Mundo, numa lista que constituiria um grosso volume desde 1947 até ao presente.

Na influente publicação *U. S. News & World Report* (de 7 de Maio de 1979, pág. 29), que habitualmente reflete os pontos de vista do Pentágono e do Conselho de Segurança Nacional, é referido que, além do êxito que a CIA obteve em informar quase ao minuto sobre os preliminares da invasão da China ao Vietnam, a Agência somou pontos com um informe de um perito da alta hierarquia da espionagem militar: "Quando a Argentina e o Chile disputavam as ilhas do Canal de Beagle, a Argentina estava pronta a entrar em guerra. Mas isso tinhamo-lo coberto. Passámos a informação ao Departamento de Estado, que estava em condições de tornar o Vaticano mediador para resolver a disputa. Este foi um caso onde a boa espionagem impediu a guerra".

Falsa ou certa esta jactância, pelo menos é reveladora de que, nas altas esferas do Departamento de Estado, da CIA e do Pentágono, por muitos que tenham sido os fracassos dos organismos de espionagem estadunidenses e por numerosas e justificadas as críticas de que vêm sendo objecto as suas operações secretas em todo o mundo, o certo é que o seu labor não cessará. Porque, sobretudo e antes que tudo, é um organismo fundamental para a sobrevivência do império e do seu sistema.

(1) "Ce que le President disait du Chah", in *Le Monde*, Paris, 22 de Fevereiro de 1979, pg. 5.

(2) Report of the House Select Committee on Intelligence, Ninethy-fourth Congress, January 1976. Publicação totalmente confiscada e incinerada a pedido do Secretário de Estado Henry Kissinger. O periódico *Village Voice* conseguiu obter uma cópia do jornalista Daniel Schorr e publicou-a na sua edição de 16 de Fevereiro de 1976. Schorr foi processado mas, por fim, foi absolvido.

(3) Frank C. Carlucci. Com um curriculum já longo, desempenhava as funções de embaixador dos Estados Unidos em Portugal, cargo para que foi nomeado logo a seguir à revolta vitoriosa dos capitães em 25 de Abril, antes de se tornar o n.º 2 da CIA.

ser sequestrado e executado pelo Movimento de Libertação Nacional nesse mesmo ano. No entanto, os seus ensinamentos deram frutos, e nos anos seguintes, mais de 40 mil pessoas foram torturadas no Uruguai.



Adernos do
Terceiro
Mundo
Holden Roberto e Jonas
Savimbi
Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957
1975

Apoio durante o período de transição que conduziu à independência de Angola, a Jonas Savimbi, líder da UNITA, e a Holden Roberto, da FNLA, ambos agentes da CIA, sendo o último agente desde 1958. Em Novembro, quando já o MPLA havia assumido o poder, a CIA dá apoio renovado a Savimbi e a Roberto, assim como a mercenários, apoio que só cessará quando o Congresso dos Estados Unidos ordenam o termo de autorização a operações clandestinas.

Abril. Liquidação do poder da CIA no Vietnam com a derrota completa das forças invasoras dos Estados Unidos.

1976

São denunciados na Jamaica intentos desestabilizadores da CIA contra o governo de Michael Manley.

1977-1978

Rotundo fracasso da CIA em prever os acontecimentos revolucionários no Irão.

doossier CIA a «intelligence community»

Uma dúzia de agências norte-americanas dedicam-se à espionagem.

QUANDO se fala de espionagem norte-americana pensa-se geralmente na CIA. No entanto, a *intelligence community* dos Estados Unidos compreende pelo menos doze agências, que se dedicam todas elas oficialmente a actividades de informação e espionagem tanto no interior como no estrangeiro.

Todas elas se encontram oficialmente coordenadas com a CIA. Na prática, gozam, no entanto, de suficiente autonomia para tornar impossível a qualquer comité do Congresso norte-americano o controle das suas actividades.

O seu orçamento global ronda oficialmente os seis milhões de dólares por ano. No entanto, já em 1975, o jornalista *free lance* Tad Szulc denunciava que só uma delas, a NSA, manejava nesse ano uma soma de dez milhões de dólares. As *cover actions* (operações clandestinas) não figuram, naturalmente, no orçamento. São pois estas as agências:



Central Intelligence Agency (CIA)

Criada em 1947 e dirigida actualmente pelo almirante Stansfield Turner, tem como funções coordenar as actividades de espionagem dos distintos departamentos e agências do governo norte-americano, fazer recomendações ao Conselho de Segurança Nacional — actualmente presidido por Zbigniew Brzezinski —, avaliar a informação obtida pelas suas actividades de espionagem e contra-espionagem no mundo, disseminar as informações por quem as tem de utilizar e encarregar-se das operações clandestinas no exterior.

O primeiro serviço norte-americano de espionagem foi criado em Julho de 1941 pelo coronel William

J. Donovan, por ordem do presidente Roosevelt, com o nome de *Centro de Coordenação de Informações*. No ano seguinte, seria rebaptizado com a designação de *Office of Strategic Services* (OSS). Dissolvida ao finalizar a guerra, as suas actividades foram transferidas pelo presidente Truman para a *Central Intelligence Group*, convertido, pouco tempo depois, na actual CIA.

O seu pessoal permanente é de entre 15 a 20 mil homens nos Estados Unidos, mas já em 1974 os ex-agentes Marks e Machetti informavam no seu livro "A CIA e o dos cultos serviços secretos", que mais de 150 mil pessoas estavam directa ou indirectamente vinculadas às suas actividades em todo o mundo.

Defense Intelligence Agency (DIA)

Criada por Robert McNamara, secretário da Defesa do presidente Kennedy e actual presidente do Banco Mundial, para coor-

denar a acção dos diversos serviços de informação do exército, a DIA fornece ao Pentágono as informações de carácter militar.



Segundo o *Congressional Quarterly*, em 1975 empregava cinco mil pessoas e apresentava um orçamento de 130 milhões de dólares. Estão dependentes hierarquicamente desta agência o G-2, a ONI e a AFI.



Army Intelligence (G-2)

Dedicada a obter informações de interesse para o exército, este serviço de informação, conhecido como G-2, não só se dedica a espiar os seus colegas de outros países, como durante a guerra do Vietnam investigou e infiltrou o movimento pacifista nos Estados Unidos. Estima-se que emprega umas 40 mil pessoas.

Office of Naval Intelligence (ONI)

De objectivos semelhantes ao G-2, mas especializada em temas navais, a ONI empregaria cerca de 10 mil pessoas. O seu maior fracasso foi a captura pela marinha norte-coreana em 1968 da embarcação espia "Pueblo". Outro destes navios, equipados com aparelhagem electrónica altamente sofisticada, o "Liberty", foi danificado durante a guerra árabe-israelita de 1967.



Ainda que a ONI afirme que já não possui barcos desse tipo, o que é facto é que foi comprovado a presença de um, o iate "Apollo", em Lisboa nas vésperas do golpe antiditatorial de 25 de Abril de 1974 e mais tarde na ilha da Madeira, que teve de abandonar rapidamente em virtude de ter sido atacado por grupos de populares.



Air Force Intelligence (AFI)

Paralela às anteriores, tem entre outras funções determinar os alvos de bombardeamento convencional ou atómico. Segundo o *Le Monde*, a AFI empregava cerca de 60 mil pessoas, com um orçamento de dois mil e oitocentos milhões de dólares em 1976. Nos últimos anos te-



National Security Agency (NSA)

O mais segredo dos serviços secretos, foi criado a 4 de Novembro de 1952 por decreto de Truman, mas a sua existência permaneceu ignorada até 1957, quando construiu uma sede em Fort Meade, no Maryland. Desde então que se afirma que a sua criação separada do Departamento de Estado tinha em vista realizar "funções técnicas altamente especializadas".

A primeira função que lhe é cometida — e a única oficialmente — é a de controlar as telecomunicações de outros países (rádio, telegrafo, radar, telefones e televisão), decifrar códigos e aplicar as técnicas de computadorização à espionagem.

A NSA emprega pelo menos 25 mil pessoas nos Estados Unidos e cerca de cem mil no estrangeiro.

A NSA opera ainda a partir de bases de espionagem electrónica, como as recentemente encerradas no Irão e Etiópia, possuindo ainda instalações na Turquia, junto à fronteira com a URSS.

Tad Szulc afirma que observadores aéreos da NSA interceptaram os sinais dos radio-transmissores portá-

teís da guerrilha de "Che" Guevara na Bolívia em 1967, o que permitiu a sua localização e captura pelos *rangers*. Precisamente desde esse ano que se tem envolvido em assuntos internos norte-americanos, interceptando comunicações dos opositores à guerra no Vietnam, tendo estado ligada à CIA na "operação caos" contra a esquerda americana.



Federal Bureau of Investigation (FBI)

Dependente do Departamento de Justiça, adquiriu notoriedade na luta contra a *mafia* nos anos loucos da década dos anos vinte. A sua actividade principal, no entanto, é a de contra-espionagem e espionagem de estrangeiros nos Estados Unidos. Desde a época do *macartismo* que se tem destacado na luta contra a oposição política nos Estados Unidos, infiltrando os movimentos oposicionistas. Mais recentemente, centrou a sua actividade nos Panteras Negras e sobre o movimento independentista porto-riquenho.

Ainda que os seus estatutos lhe proibam actuar no exterior — que é área da CIA — os seus próprios documentos, recentemente publicados, comprovam que pelo menos desde 1960 tem actuado no México, infiltrando o governo, os sindicatos e os partidos

políticos, incluindo, entre as suas actividades destinadas a dividir a esquerda e a evitar uma aproximação entre esta e o governo, a colocação de bombas.



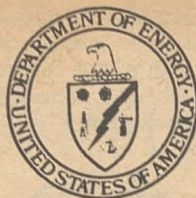
Bureau of Intelligence and Research (I & R)

Dependente do Departamento de Estado, o *Bureau of Intelligence and Research* ocupa-se de compilar e analisar informação económica, militar e política do estrangeiro para apoiar o processo de tomada de decisões.



Treasury Department

O Departamento do Tesouro (Secretaria da Fazenda do governo norte-americano) tem uma secção especial dedicada a analisar a economia dos países de todo o mundo. Este departamento controla além disso o serviço secreto encarregado da segurança do presidente.



Energy Research and Development Administration (ERDA)

Agência especial do Departamento de Energia, dedicada a detectar provas nucleares de outros países, recompilar informação sobre energia nuclear em geral, e, sobretudo, a partir da "crise do petróleo" estudar o problema energético mundial.



Drug Enforcement Administration (DEA)

Dependente do Departamento de Justiça, tal como o FBI, a DEA compila informação sobre os aspectos internos e internacionais do tráfico e consumo de drogas. Porém, para além destas funções, serve frequentemente como cobertura para a CIA, papel que herdou da sua predecessora, a *Office of Public Safety (OPS)* dissolvida em 1973.

Em 1975, o jornalista Jack Anderson revelou que pelo menos treze agentes

especializados em narcóticos, treinados pela CIA numa escola de contra-espionagem, trabalham para a DEA, tal como outros 64 ex-agentes da CIA.

Com o pretexto de combater o tráfico internacional de narcóticos, a DEA infiltra forças policiais de outros países onde realiza tarefas de espionagem por conta própria ou a cargo de outras agências.



...&

Companhia

Outros organismos norte-americanos que igualmente recolhem toda a sorte de informações e cujas fronteiras nas tarefas de espionagem não estão muito bem definidas são o Centro do Alcool, Tabaco e armas de fogo, o Internal Revenue Service, a Comunicação Federal das Comunicações, agências especializadas dos Departamentos de agricultura, comércio e do Interior, bem como a *Agency for International Development* (AID), que com o pretexto de formar quadros em países do Terceiro Mundo promove programas de "segurança pública" e treina forças "anti-subversivas". Foi com a cobertura da AID, por exemplo, que Dan Mitrione trabalhou no Uruguai como instrutor na prática de torturas. Viria a ser executado pelos Tupamaros em 1970.

Philip Agee



CovertAction A Anti-CIA

As actividades clandestinas da CIA em todo o mundo começaram a ser atacadas nos últimos anos por uma série de revelações sobre a sua natureza, seus procedimentos e nomes concretos de seus agentes e contactos.

Grande parte dessas revelações procedem de investigações do Congresso norte-americano, escandalizado pela reiterada violação pela CIA, não já de normas essenciais do direito internacional, como de violações das próprias leis americanas. Mas as denúncias mais eficazes têm sido, indubitavelmente, as provenientes de ex-agentes, muitos deles arrependidos e convencidos do dano que a CIA causa aos povos do mundo, o dos Estados Unidos incluído.

Philip Agee, autor do famoso "Diário da CIA", é um deles. O permanente labor da denúncia empreendida com esse livro é sistematizada hoje na revista *CovertAction*, especializada, como indica o seu nome, na difusão das actividades clandestinas da CIA no mundo.

Pela seriedade da sua informação, *CovertAction* converteu-se rapidamente — possui apenas quatro números publicados — numa fonte inestimável, não só para jornalistas e investigadores como, sobretudo, para as organizações populares que se encontram na mira da CIA e nela encontram uma arma de defesa.

CovertAction Information Bulletin, publicado por *Covert Action Publications*, organização sem fins lucrativos com sede em Washington. Dirigir correspondência a P.O. Box 50272, Washington, DC 20004, USA.

África

dossier CIA

os homens da cia

*Chefes de estação, agentes e encarregados
de telecomunicações em 21 países*



A revista *ConvertAction*, dedicada às actividades da CIA e de outros serviços secretos da OTAN, publicou no seu número de Maio os resultados de uma investigação sobre os espões e agentes norte-americanos em África.

Catorze chefes de estação, dois chefes de base, oito agentes de alto nível e cinco responsáveis de comunicações da CIA foram identificados em 21 países. A lista que se segue é, em síntese, a que foi publicada por seus autores "na espe-

rança de que isso ajude às justas lutas do povo africano".

CHEFES DE ESTAÇÃO

Em Cotonu, *Benin*: Stanley F. Parkhill. Trabalhou na Embaixada norte-americana em Vienciana, Laos, de meados de 1976 a meados de 1977.

Em Gaberone, *Botswana*: Robert A. Benedetti. Sob cobertura diplomática, actuou em Kinshasa, Zaire, entre 1974 e 1977, em Setembro de 1978 foi trans-

ferido para o Botswana.

Em Yaoundé, *Camarões*: James L. Corrigan. "Assistente Especial" do embaixador em Paris entre 1974 e 1977, chegou aos Camarões em Outubro desse último ano e foi promovido a chefe de estação, provavelmente em Janeiro de 1979.

Em N'Djamena, *Tchade*: James L. Atwater. Típico veterano da CIA, integrou o exército dos Estados Unidos entre 1935 e 1959. Em 1967 foi colocado pela CIA em Dakar, Senegal, sob cobertura da Embaixa-

da local. Transferido em Agosto de 1970 para a Embaixada em Cotonu, em Setembro de 1977, já é localizado como chefe de estação no Tchade, onde se supõe que opera em estreito contacto com os seus colegas do SDECE francês.

Em *Djibuti*: Jeff Corydon, outro veterano da CIA. De 1955 a 1957 foi analista político para o Departamento do Exército, um cargo que usualmente serve de cobertura a agentes da CIA. Em Maio de 1957, foi ao Vietnam, com cobertura diplomática. Depois foi transferido para Rabat, Marrocos, e em 1963 retornou à sede central. Em Agosto de 1966 aparece em Tunis como adido económico da Embaixada. Em 1973 vai aos Camarões, onde chega a chefe de estação local. Em Janeiro de 1978 está de volta aos Estados Unidos, como especialista em assuntos africanos e em Outubro desse ano é localizado em Djibuti, com a cobertura de "adido económico-social".

Em Accra, *Ghana*: John P. Horgan, que actua sob cobertura de Primeiro-Secretário da embaixada. Formado em Harvard em 1950, ingressa imediatamente na CIA como "analista político" do Departamento de Estado. Entre 1955 e 1959 opera no Japão, com cobertura diplomática. A sua carreira até 1977 é difícil de seguir, salvo uma breve reaparição "diplomática" em Tóquio em 1961 e 1962. Em Setembro de 1977 reaparece em Accra, onde actualmente é chefe de estação.

Em Bamako, *Mali*: James W. Gamble. "Assistente económico" em Karachi,

Paquistão, entre 1966 e 1969, quando voltou a Washington. Em Janeiro de 1970 aparece em Dakar, Senegal, e depois de 18 meses na Sede Central é enviado à embaixada no Zaire em Abril de 1974. As frequentes mudanças de categoria registadas na sua carreira "oficial" do Departamento de Estado indicam claramente a sua vinculação à CIA. A partir de Agosto de 1977 aparece no Mali, onde se presume dirigir a estação local.

Em Bangui, *Império Central Africano*, Jonathan F. Randall, oficial de telecomunicações na embaixada norte-americana no Zaire em 1976. Desde Janeiro do corrente ano que é funcionário da embaixada em Bangui.



Em Port Louis, *Maurícias*: William J. Clair. Outro "analista" do Departamento do Exército entre 1965 e 1967. Em Julho desse ano é destinado à Rodésia, com cobertura diplomática no Consulado norte-americano em Salisbúria. Em 1969 é transferido para a Etiópia, como vice-cônsul e adido político. Em 1973 é enviado para o Quênia e a partir de Dezembro de 1978 ao seu posto actual.

Em Pretória, *África do Sul*: Dorwin M. Wilson. Outro veterano experimentado, trabalha para a CIA

provavelmente desde 1952. Aparece com cobertura diplomática no Quênia em 1958. Na Sede Central entre 1964 e 1968, quando é transferido para a Zâmbia como Segundo-Secretário da Embaixada. "Especialista africano" na Sede Central de 1971 a Agosto de 1975, chega ao apogeu da sua carreira como chefe da importante estação de Pretória, onde foi comprovada a sua presença em Setembro de 1978. Embora não seja possível verificar se conserva esse cargo, os recentes escândalos na África do Sul e os incidentes diplomáticos nas relações com os Estados Unidos fazem presumir que este importante agente continua na região, provavelmente com coberturas mais cuidadosas.

Em Kartum, *Sudão*: Larent Maubert St. Georges. Agente da CIA desde 1950, trabalhou com coberturas privadas até 1965, quando aparece em Banguécoque, Tailândia. O seu paradeiro é ignorado de 1970 a Outubro de 1978, quando aparece na embaixada no Sudão, a esta altura da sua longa carreira seguramente como chefe de estação.

Em Dar-es-Salaam, *Tanzânia*: William L. Mosebey Jr. "Treinador" do Departamento do Exército entre 1960 e 1965, transferido para o Sudão em Dezembro deste último ano com cobertura diplomática. Em 1970 aparece na Etiópia, depois de um período em Langley, em Junho de 1973 é transferido para a embaixada em Bangui, provavelmente já como chefe de estação. Não se tem dados da sua actuação entre 1975 e Junho de 1978, quando reaparece na Tan-

zânia como chefe de estação.

Em Tunis, *Tunísia*: James A. Natsios. Em Beirute de 1969 a 1973, coberto diplomaticamente, em meados de 1976 aparece como Primeiro-Secretário da embaixada em Tunis, onde é provável que seja chefe de estação.

Em Lusaka, *Zâmbia*: Robert H. Lupton. Singapura, de 1959 a 1961, Serra Leoa de 1963 a 1966. Em Março de 1969 voltou à África, onde trabalhou com cobertura diplomática na Embaixada de Adis Abeba, Etiópia. Em Julho de 1976 reaparece na Tanzânia como Primeiro-Secretário, na realidade chefe de estação local. A partir de Outubro de 1978, opera na Zâmbia com idêntico cargo, sob a cobertura de adido comercial.



CHEFES DE BASE

Em Blantyre, *Malawi*: Kenneth L. Hurley. "Segundo-Secretário" da embaixada na Zâmbia de 1974 a 1978. Em Fevereiro desse último ano foi transferido ao Malawi, supostamente como vice-cônsul e segundo-secretário da Embaixada.

Em Kaduna, *Nigéria*: John F. McCarthy. Traba-

lhou em Saigão e Phnom Penh entre 1970 e 1976. Depois esteve em Osaka, Japão, e desde Agosto de 1978 é chefe de base em Kaduna, onde figura oficialmente como empregado do consulado norte-americano.



Em Brazzaville, *Congo*: David S. Rupp. Como antecedente no Império Central Africano, trabalha na estação local com cobertura no Consulado desde Setembro de 1978.

Em Adis Abeba, *Etiópia*: Robert E. McCall. Trabalha na Embaixada local desde Maio de 1977.

Em Nairobi, *Quênia*: William Richard Stanley. Com a cobertura de Terceiro-Secretário da Embaixada desde Outubro de 1977. Tem antecedentes em Acra, Ghana. Em Nairobi actua também Donn A. Weaver, com antecedentes na Tanzânia e cobertura diplomática.

Em Lagos, *Nigéria*: Edward J. Carroll. Com experiência em Monróvia, Libéria, aparece na embaixada em Dakar pelo menos em Setembro de 1977.

Em Lusaka, *Zâmbia*: Norman H. Gardner. Desde Outubro de 1977. Antes operou no Quênia, coberto diplomaticamente. Também em Lusaka, Frederick

B. Lundahl, que actua na Zâmbia a partir de Julho de 1976 como Segundo-Secretário da embaixada. Não está comprovado que continue nessa capital.

OFICIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES

Na agência central da CIA para as comunicações com a África, situada em Monróvia, *Libéria*, o chefe é Marvin H. Chindgren. Tem uma longa carreira na CIA como técnico e especialista em comunicações. Trabalhou em Tóquio e Vienciana, Laos. O seu imediato na Libéria é Richard B. George, engenheiro electrónico com experiência em Manila, Filipinas, a principal base de comunicações da CIA para o Extremo Oriente. Entre 1969 e 1978 actuou em completa clandestinidade. Em Setembro de 1978 reaparece em Monróvia. Um terceiro oficial importante dessa base é Alvin R. Wichterman, com passagem na Grécia de 1970 a 1973, sob cobertura diplomática. "Desaparece" em 1974 e em Agosto de 1978 reaparece publicamente na grande secção de telecomunicações da CIA em Monróvia.

Em Kartum, *Sudão*: um oficial de telecomunicações da CIA é Henry D. Hollaway. Tem antecedentes em Lima, Peru, e Katmandu, Nepal, sempre com cobertura diplomática.

Em Lusaka, *Zâmbia*: um importante oficial de telecomunicações é John F. Behrens, técnico de rádio. Tem antecedentes nas Filipinas, Síria, Índia e Nigéria. "Desaparece" em 1975 e reaparece em Julho de 1978 na Embaixada em Lusaka.

«Eu fui recrutada para a CIA»

A espionagem norte-americana utiliza universitários negros para se infiltrar em África, no Caribe, na América do Sul. Um alerta para os estudantes estrangeiros nos Estados Unidos.

Kemba Maish

KEMBA Maish é professora de psicologia na Howard University da capital norte-americana, uma instituição em que a maioria dos estudantes e docentes são negros. Ela é ainda membro da Associação de Psicólogos Negros e milita activamente nas organizações negras dos Estados Unidos desde a década de sessenta.

Kemba Maish foi contactada pela CIA, com uma proposta de trabalho para os serviços secretos norte-americanos. Além de a ter rejeitado, denunciou-a publicamente. Este seu testemunho revelador da actuação da CIA nas comunidades universitárias, é extraído de uma entrevista que concedeu à CoverAction.

Aproximadamente em Abril do ano passado, recebi uma chamada de um tal Roy Savoy. Como me encontrava fora, deixou-me vários recados. Naturalmente, quando cheguei, procurei comunicar com ele. A primeira vez que lhe telefonei, a pessoa que me atendeu respondeu: "sector de pessoal da CIA".

Quis saber porque razão o sector de pessoal da CIA me procurava, e quando finalmente falei com Savoy, estava muito nervosa mas

acalmei-me e decidi ouvir a proposta.

Afirmou-me que era negro e dirigia uma secção da CIA encargada de recrutar negros, particularmente psicólogos negros, para irem para África e aí "estudarem perfis de estrangeiros". Perguntei-lhe o que entendia por estrangeiros. Se se tratava de estudar os africanos. Disse-me que não, que só estudaria perfis de comunistas em África e não teria de espiar os africanos nem o meu próprio povo (*). Falou-me então de um salário fantástico,

que ultrapassava em muito o que auferia na Universidade.

Sem que lhe perguntasse, passou a dizer-me como tinha obtido o meu nome.

Afirmou que quem o tinha dado fora Oscar Barbarin, da Universidade de Maryland, que havia sido meu professor. De facto, Barbarin trabalhou comigo dois ou três anos e conhecia o meu interesse pelas lutas de libertação de todos os povos africanos.

Quando Savoy terminou, disse-lhe que ele era um traidor ao povo africano. Falei-lhe da conexão do FBI e da CIA, do que o FBI fez neste país com os Panteras Negras, Fred Hampton, Mark Clark, Malcolm X e Martin Luther King. Recordei-lhe como em África a CIA tinha organizado um golpe contra Kwame Nkrumah e assassinou Patrice Lumumba. Como pode você fazer isso agora?

A GRAVAÇÃO DESAPARECIDA

Desculpou-se por me ter chamado, se isso me molestava. Respondi-lhe que isso havia-me permitido dizer o que pensava. Voltou-se a desculpar, prometendo não mais me molestar.

Depois comecei a perguntar a mim própria por que me haviam contactado.

Estou "queimada". Como se atreveram? Ou não conheciam mais antecedentes, o que duvido; ou pensaram que uma psicóloga negra, que conhece a história e a política africanas e que para mais esteve envolvida em organizações políticas seria a pessoa ideal para eles.

Por que razão não me poderiam comprar? Compraram outros. Eu era mais uma. Obviamente que queria ir para África. Talvez pensassem fazer-me crer que estaria ajudando os africanos. Deste modo fazia sentido. E se eu me negava, pensavam, seguramente que me calaria. Mas eu senti que era mais importante denunciar-lo. Pois se os povos africanos souberem o que se passa, poderão defender-se; e isso é mais importante que as considerações pessoais.

De modo que, várias semanas depois, contactei a rádio da Universidade e fiz uma entrevista com eles, explicando o ocorrido e as implicações para a comunidade negra. Howard é a principal instituição negra dos Estados Unidos, o facto de a usarem como centro de recrutamento e treino devia ser conhecido pelos negros. A entrevista foi gravada e um pequeno ex-

trato foi transmitido previamente num resumo noticioso das 17.15. Às 18, quando ia ser transmitida na íntegra, a cinta não apareceu, tinha desaparecido misteriosamente. Que eu saiba, a rádio não voltou a encontrá-la.

EM BUSCA DE NEGROS PARA IR PARA ÁFRICA

Decidi, então, ir a Maryland falar com a gente que, segundo Savoy, lhe havia indicado nomes. Roy Savoy havia-se licenciado há apenas um ano nessa universidade e, quando ain-

da estudante, havia-se tornado próximo do director de um dos programas de estudos africanos.

Como pode fazer isso? — perguntei-lhe. Você sabe o que a CIA tem feito aos nossos povos. Perguntou-me, então, se eu estava a questionar o seu compromisso e eu afirmei-lhe que sim, que o que importam são os factos e não as palavras.

A sua justificação era que de todas as maneiras eles teriam obtido os nomes, que não lhes tinha dito nada que não pudesse averiguar por si mesmos. Disse-lhe que lhes estava a

«Você... a sua especialização, os seus especiais talentos... encontram uma proveitosa realização numa carreira vital com a CIA». (sic)

**You... your training,
your special talents...
find satisfying expression
in a vital career
with C.I.A.**



Whether your major interest is in International Relations, Economics, Science, Law, Research, whatever... the CIA offers you a chance to work with problems that are constantly changing, that require your utmost skill and talent. Not only is the work fascinating, its vital contribution to the nation's security is a source of personal satisfaction to those who carry it out.

The CIA has its own career training program. Each year highly qualified college graduates are enrolled in it. This training provides a valuable foundation for a professional career in intelligence and produces many of CIA's future leaders and managers.

Applications will be accepted from graduates with degrees in:

Accounting	Economics
Biology	Electrical Engineering
Business	Finance
Chemistry	Foreign Language and
Computer Science	Area Studies
Earth Sciences	Geography

History	Physics
International Relations	Police Science
Law	Political Science
Library Science	Psychology
Mathematics	Public Administration
Medicine	Sociology
Photogrammetry	Space Technology

and other specialized fields. The CIA offers liberal vacation, insurance and retirement benefits. Assignments are both in the United States and overseas. Salaries are commensurate with training and experience. The work is classified and U.S. citizenship is required.

If you are presently in military service and are about to be separated, inquire about opportunities for men with training in CIC, CID, ONI, OSI, Communications, Electronics, Logistics, Photo Interpretation, Foreign Languages, Special Forces, and other specialties who may qualify without a college degree. For further information write, enclosing résumé, to: Director of Personnel, Central Intelligence Agency, Washington, D. C. 20505.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY

fornecer informações e evitando-lhes o trabalho de recorrer aos canais oficiais onde, seguramente, não teriam uma informação tão detalhada como ele sobre os estudantes africanos. Depois de uma longa discussão afirmou-me que tinha aprendido muito e que agora se dava conta das implicações. Que não voltaria a fazê-lo.

Visitei, então, Oscar Barbarian, que tinha fornecido o meu nome e me conhecia bem. Afirmou-me que muitas agências do governo lhe pediam nomes e que ele via a CIA como mais uma. Depois de repetir-lhe o questionamento político, perguntei-lhe que critério tinham ao pedir os nomes. Disse-me que procuravam gente negra que quisesse ir para África. Não pensava que eu aceitasse, mas que talvez pudesse dar-lhes outros nomes.

O QUE IMPLICA SER ESPIA?

“Não só actua como agente da CIA — respondi-lhe — como pensa que eu poderia fazer o mesmo”. Esse é o ponto chave para mim. Muita gente não se dá conta do que faz. Complica a vida dos outros, sem saber em que os compromete. Ou fecham os olhos, pensando que se não cooperam com a CIA, isso pode prejudicar as suas bolsas, os seus programas. Enfim, as suas carreiras.

Tratei de entrar de imediato em contacto com a Associação de Psicólogos Negros. Savoy já os havia contactado. Discutimos o perigo que isso constitui para os povos africanos em todo o mundo. A CIA sabe



Universitários negros em Harvard. Alvo predilecto da CIA

que poderíamos entrar em qualquer lugar onde haja africanos — África, América do Sul, Caribe — com um pouco de estudo das línguas e costumes.

Já têm utilizado negros deste país para infiltrar os movimentos de libertação e grupos progressistas em África e no Caribe, quase sempre utilizando um grupo de africanos contra outro.

Em Agosto, quando a Associação realizou uma conferência em St. Louis, encontrei Savoy instalado num quarto, registado como membro da CIA e recrutando gente. As comunicações eram muito más e, de alguma forma, a sua presença havia-lhes escapado. Quando lhes expliquei as implicações, desfizeram-se dele, mas ele já havia contactado muita gente.

É por isso que decidi revelar tudo isto. É muito importante que os africanos compreendam o que se passa. O que fez esta gente no passado, quem são, quais as suas conexões. As grandes empresas estão ligadas com a polícia, a rede dos serviços secretos e os militares.

Muita gente vê a televi-

são e pensa que não há nada de mal em ser espia, que se leva até uma vida interessante e faz-se um serviço à pátria. As pessoas têm de compreender que não se trata de um serviço para nós, mas para as grandes empresas e para o governo norte-americano. Tudo o que a CIA e o FBI têm feito ao nosso povo é destruir as nossas organizações e matar os nossos dirigentes, aqui e em todo o mundo. E fazem-no através das nossas instituições, das organizações de negros, recrutam-nos e quando pensamos que estamos a fazer um serviço ao povo, estamos, de facto, a destruí-lo.

É importante que as pessoas compreendam e trabalhem contra este estado de coisas, que o divulguem. Pessoalmente, conheço pelo menos dez pessoas que foram contactadas e nada disseram. Há muita paranóia e suspeitas. Devemos apoiar-nos mutuamente contra as represálias.

RECRUTANDO “NACIONAIS”

Muitos psicólogos foram para África e muitos mais

querem ir. Há uma tendência generalizada para estudar a psicologia africana, e se se quer saber algo acerca disso, pois há que ir para lá. A CIA pode aparecer como um caminho para alguns. Por vezes, fazem-no muito indirectamente e a gente fica sem saber quem auspícia a sua viagem. E isto aplica-se também aos estudantes estrangeiros.

A CIA tem um programa para recrutar "nacionais" para que regressem ao seu país como agentes. Estes estudantes necessitam ser alertados. Devem saber que não trabalhariam no interesse dos seus povos, mas sim contra eles.

Este esforço de recrutamento é muito organizado e perigoso, não só para os africanos, como para todos os povos do Terceiro Mundo. Terceiro Mundo em que, em geral, e particularmente na África, as massas se levantam contra uma ordem caracterizada por séculos de colonialismo e neocolonialismo.

A CIA, por seu turno, tem uma longa história de

intervenção noutros países, esmagando revoltas populares, desestabilizando governos, destruindo organizações, planeando e financiando golpes, assassinando líderes.

No mundo africano encontram mais facilidade em fazê-lo com agentes negros. Foi um agente negro da CIA, nascido nos Estados Unidos, quem instrumentalizou o derrube de Kwame Nkrumah no Ghana em 1966 e a invasão da Guiné em 1970.

UM REINADO QUE CHEGA AO SEU FIM

Esta utilização de negros contra negros reflecte-se, também, na posição que Andrew Young ocupa como embaixador ante as Nações Unidas. Como tal viaja por todo o mundo africano, tratando de tornar mais potável a política imperialista, apresentada agora por mãos negras.

Os líderes africanos estão conscientes do estratagema

e já lhe demonstraram que não funcionará. A revolução africana não é igual à luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos nos anos sessenta. Os povos não podem ser esmagados, nem comprados.

Hoje existe uma maior consciência, não só sobre como se deram as agressões passadas, como também sobre a necessidade de vigiar os agentes potenciais da CIA. A partir do recente derrube do governo opressivo e pró-norte-americano de Eric Gairy em Granada, pode-se esperar que a CIA procure intervir nos assuntos internos do novo governo revolucionário. Mas os povos, cada vez mais, se organizam contra estas intervenções. O reino da CIA no mundo está chegando ao seu fim.

(*) A autora nasceu nos Estados Unidos, onde, como é sabido, o movimento negro norte-americano se identifica com a causa dos povos africanos. É nesse sentido que utiliza a frase "o meu próprio povo".

PUB.

TAA



LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

SEDE:

**RUA LUÍS DE CAMÕES, 123
LUANDA — ANGOLA**

DELEGAÇÃO EM LISBOA:

AVENIDA DA LIBERDADE, 259

SERVIÇOS DE CARGA:

AEROPORTO DE LISBOA — TEL. 80 35 33

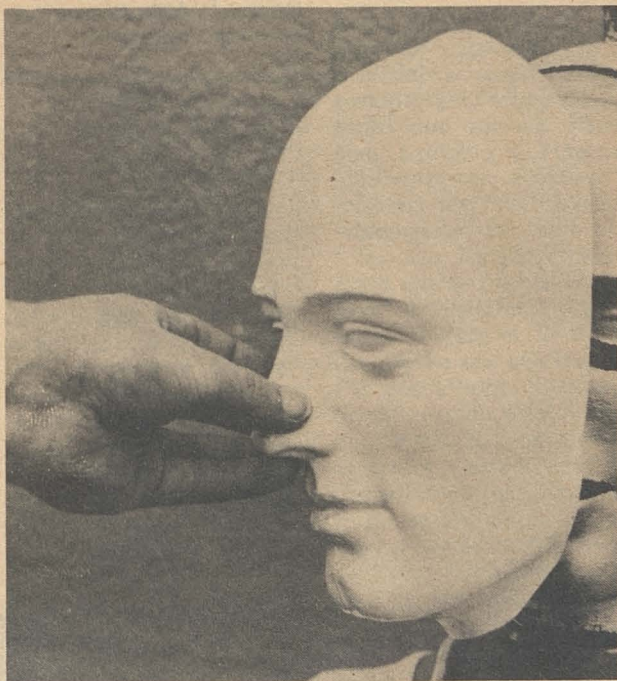
dossier CIA

Bancos de cérebros

Investigadores universitários elaboram alternativas para a política externa dos Estados Unidos em estreito contacto com os serviços de informação e espionagem norte-americanos.

NEM todas as informações que o governo norte-americano utiliza no seu processo de tomada de decisões é recolhida, elaborada e processada pela CIA e demais agências de espionagem. Grande parte dela provém dos institutos de investigação públicos e privados que, trabalhando em estreita relação com a "Intelligence community", apresentam, no entanto, uma imagem de centros académicos perfeitamente inofensivos.

Um destes centros é o *Hoover Institution on War, Revolution and Peace*, fundado nos princípios deste século pelo ex-presidente norte-americano Herbert Hoover. Em estreita relação com a espionagem norte-americana, a Hoover Institution dirigiu, por exemplo, a *Civil Communications Intelligence School* durante a Segunda Guerra Mundial. Trata-se de uma grande contribuição para a CIA já que, fundada três décadas antes, a Hoover possui arquivos muito mais completos sobre certos temas, incluindo entre outras



"preciosidades" o arquivo completo da *Okhrana*, a polícia secreta da Rússia imperial, comprado ao embaixador do Tsar em França após a Revolução de Outubro.

"O objectivo da instituição — afirmou o próprio Hoover em 1959 — será demonstrar, através das suas

investigações e publicações, os males das doutrinas de Carl Marx — sejam o comunismo, o socialismo, o materialismo económico ou o ateísmo — e proteger assim o *American way of life* destas ideologias". Os torturadores do Tsar regozijariam nas suas tumbas se soubessem a utilidade que os seus

arquivos continuam a ter contra o fantasma do comunismo.

"EU SIMPATIZO COM O IMPERIALISMO"

A secção africana da Hoover Institution começou a ser criada em 1919, quando os governos belga e alemão doaram documentos e informações oficiais sobre as suas colónias. Em 1963, essa secção já incluía 20 mil livros, mais de 400 volumes encadernados de documentos e cerca de 10 mil peças soltas, cobrindo desde 1870 até aos nossos dias.

Iniciada em grande escala a descolonização do continente negro, o Instituto pôde dispor dos arquivos então abertos dos velhos impérios coloniais para "avaliá-los desapassionadamente e elaborar um estudo objectivo do imperialismo em África".

Tal estudo estaria destinado a estabelecer "qual deve ser a política norte-americana em relação aos novos Estados africanos". O projecto de investigação sobre o "comunismo em África" estava a ser dirigido por um desconhecido universitário polaco, Zbigniew Brzezinski de seu nome, e actual director da Segurança Nacional da Casa Branca.

"Desde 1956 — dizia Brzezinski — que os universitários soviéticos trabalham sobre África com o objectivo de atacar o imperialismo e apresentar uma imagem de exploração cruel e degradação cultural das sociedades africanas. O domínio branco, de acordo com os soviéticos, significou um agudizar da condição dos africanos e grandes

benefícios para os europeus. Muitos nacionalistas africanos fazem acusações similares".

Com que objectividade trabalha o instituto neste tema? Lewis H. Gann, autor de um dos maiores estudos (cinco volumes) da Hoover sobre o colonialismo explica-o claramente:

"O imperialismo ocidental, como um todo, significou um processo de transusão cultural. Este é um fenómeno ao qual, no seu conjunto, eu dou graças. (...) Simpatizo com os rodesianos brancos e os seus problemas; compromisso reforçado durante uma longa estadia nesse país".

AO SERVIÇO DE PRETÓRIA

Com juízos tão "imparciais" como estes, não é de estranhar que a Hoover Institution se convertesse num porta-voz do regime sul-africano. Assim, o dr. Stefan Possony, director de Estudos Internacionais do instituto — e também homem da "intelligence community", com um *curriculum* que inclui trabalhos de guerra psicológica para os serviços de informação da Marinha dos Estados Uni-

dos e cargos no *American Security Council* como especialista em temas estratégicos — publicou, em 1968, o livro *The Third Africa*, conjuntamente com o dr. Eschel Rhodie.

The Third Africa, constitui uma aberta defesa do regime do *apartheid*. O seu co-autor, Rhodie, chegou a ser Secretário de Informação do governo sul-africano, tendo, durante esse cargo, planeado a compra clandestina de vários diários e revistas norte-americanas, europeias e sul-africanas e subornado congressistas dos Estados Unidos. Caiu em desgraça quando se comprovou que parte dos fundos do BOSS (serviço de espionagem sul-africano) destinados a este fim iam parar ao seu próprio bolso. O escândalo que se lhe seguiu — apodado de "Muldergate" pela imprensa oposicionista sul-africana — obrigou à renúncia do Ministro da Informação Connie Mulder, e, mais recentemente, à do próprio presidente John Vorster.

Isso não impede que os investigadores da Hoover continuem a defender o racismo sul-africano com investigações e artigos na imprensa direitista, muitos dos quais são imediatamente reproduzidos pelo *Reader's Digest* e distribuídos pelos serviços de propaganda de Pretória aos homens influentes da política norte-americana.

De que forma obtém a Hoover Institution as suas informações? Peter Duignan, um dos seus membros mais proeminentes explicou-o em Maio do ano passado à revista direitista *American Legion Magazine*: "Cada dois anos fazemos viagens de recolha. Em ca-



Brzezinski: um dos «célebros»...

da país procuramos obter todos os documentos governamentais de todos os níveis, relatórios anuais, censos, pelo menos um diário de cada país, revistas de história, arqueologia, linguística, religião e publicações de partidos políticos e movimentos sindicais”.

COMO DESESTABILIZAR O FUTURO GOVERNO DA NAMÍBIA

Em definitivo, a Hoover Institution cumpre fundamentalmente uma função de propaganda ultradireitista e fornece aos políticos fundamentos teóricos para apoiar o *apartheid*. (Ainda que, como se tenha demonstrado, muitas vezes não são estas argumentações quem conseguem convencer os deputados ou senadores norte-americanos, mas sim as generosas “contribuições” de Pretória).

Mas a política de Estado não pode ser realizada na base da propaganda. Necessitam-se de informações mais próximas à realidade, que aquelas destinadas a consumo público. E esta é a tarefa de instituições como o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown, também estreitamente ligada à CIA.

Este centro publica a revista *The Washington Quarterly* e um dos seus colaboradores mais assíduos é o professor Robert Rotberg, cujas actividades em África têm sido denunciadas.

Assim, em quanto em relação à Namíbia os investigadores do Hoover Institut afirmam que “a SWAPO prefere uma solução militar, temendo que não pu-

desse ganhar em eleições pacíficas”, num artigo de circulação muito mais limitada Rotberg conclui que “com toda a probabilidade a SWAPO tornar-se-ia vitoriosa em qualquer eleição livre”.

Os agentes que vão actuar sobre o terreno necessitam de informações adequadas. E naturalmente, sabendo que SWAPO representa os interesses do povo da Namíbia, há que pensar como contrariá-lo. Rotberg oferece algumas ideias: a falta de quadros técnicos namibianos capazes de tomar conta do país uma vez independente “poderia ser mobilizada, em circunstâncias ideais, num potente movimento nacional capaz de evitar uma vitória eleitoral total da SWAPO”. Como fortalecer o grupo fiel aos interesses sul-africanos, a *Democratic Turnhalle Alliance*? Entre os factores a explorar, Rotberg menciona “o chauvinismo anti-Ovambo (a maioria dos membros da Swapo pertencem à etnia Ovambo), o

tradicionalismo, o conservadorismo das classes médias e o medo da mudança”.

Se apesar de tudo a SWAPO vier a triunfar — o que na opinião de Rotberg ocorrerá inevitavelmente, a não ser que o movimento de libertação cometa “erros de cálculo graves ou sofra de uma má sorte extraordinária e não previsível” — uma Namíbia independente continuará a encontrar dificuldades: “os problemas económicos e sociais derivados da queda da produtividade, a má utilização da infra-estrutura, dos portos e a rigidez conceptual, entre outros factores, podem estimular a dissensão política”. Em suma, “o potencial de conflito pós-independência é grande”. E Rotberg cumpre o seu papel alertando os agentes da CIA sobre quais os temas a explorar para desestabilizar o futuro governo.

Outros investigadores estarão elaborando estudos, certamente, semelhantes



O presidente Herbert Hoover



A sede do FBI na Pennsylvania Avenue

sobre o futuro governo de uma Nicarágua libertada do somozismo.

Quando uma região entra em crise, os estudos a seu respeito proliferam. Para o caso da África Austral, o *Washington Post* anunciava em Novembro de 78 um auge investigativo que incluía um pedido do *Aspen Institute* ao *Rockefeller Brothers Fund* para que este contribuisse com cem mil dólares para financiar um grupo de peritos que, dirigidos por Henry Kissinger, examinaria as opções políticas dos Estados Unidos na região. O Pentágono, por seu lado, está a financiar outro estudo das atitudes políticas norte-americanas na África Austral, que será realizado em conjunto pelo *Carnegie Endowment for Peace* e o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais. A Fundação Rockefeller não fica atrás e destinará um milhão e meio de dólares a um projecto para instaurar uma comissão especial sobre África. O *Washington*

Post afirma que se tratam de estudos "globalistas", termo utilizado para o caracterizar como a antítese ao dos académicos "libertacionistas", agrupados na Associação de Africanistas Comprometidos e outras organizações de universitários que apoiam as lutas populares dos africanos.

"BONS" E "MAUS"

A aparente pluralidade de opiniões e propostas por parte destes investigadores e instituições confundem muitas vezes os universitários, investigadores e políticos do Terceiro Mundo, que, por diversas razões, têm de lidar com eles.

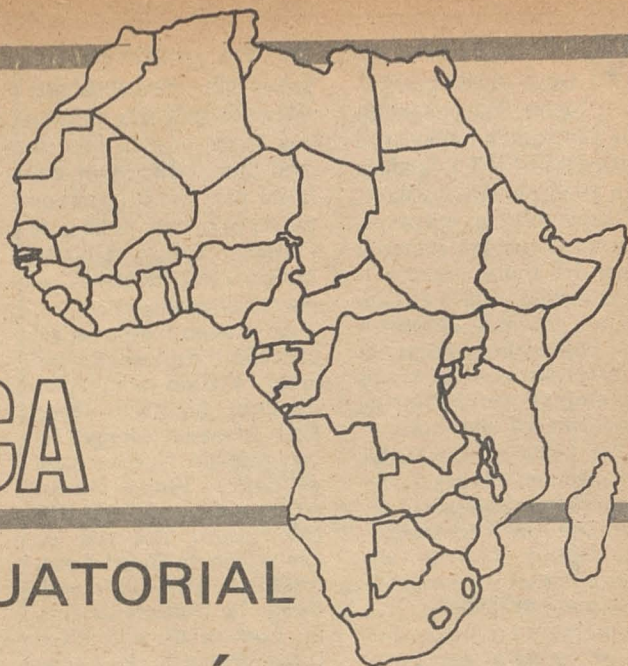
Qual a verdadeira expressão do governo de Washington? A pergunta carece de sentido. Além de que o processo de tomada de decisões requer o aprofundamento de diversas alternativas para escolher a melhor; e há que tomar em consideração que há distintos papéis a cumprir.

Se bem que não tivesse

sido inventada pelos norte-americanos, nas técnicas de tortura ensinadas nas escolas da Zona do Canal consta a prática de incluir nos interrogatórios um torturador "bom" e outro "mau", estando eles em aparente conflito.

O anticomunismo cavernário de instituições como a Hoover dirige-se a criar impacto na opinião pública, enquanto que outros agentes se apresentam como amigos dos movimentos de libertação para neles se poderem infiltrar. Quando certos investigadores "liberais" reconhecem que os movimentos de libertação avançam, isso não é prova de simpatia, mas sim uma chamada de alerta à CIA sobre a necessidade de o contrariar.

E quando se decide uma operação como a realizada em Angola, o trabalho propagandístico dos "falcões" já criou numa opinião pública assustada pelo comunismo as condições propícias para que ela seja levada a cabo sem protestos de ordem interna.



AFRICA

GUINÉ EQUATORIAL

Macías: o «papá»
que mata os seus filhos



*A pequena história de um país, onde o seu ditador comete
as maiores atrocidades, e que tem o cinismo de, por vezes,
posar como progressista.*

Carlos Comitini

MOTIVADA pela agitação criada pelos líderes independentistas da Cruzada Nacional de Libertação (CNL), fundada em 1958 por Acácio Mañé, Enrique Nvó e outros, o governo espanhol decretou uma lei transformando o Território do Golfo da Guiné em província ultramarina. Logo depois, chegaram a estas terras africanas as primeiras unidades da *Guardia Civil* espanhola.

Em 1959, as actividades do movimento independentista foram fortemente reprimidas pelos colonialistas. Muitos militantes são presos, e outros conseguem escapar, exilando-se nos Camarões e no Gabão. Foi nesse preciso momento, com a chegada dos contingentes militares de Madrid, e no meio de um clima de grande agitação, que foram assassinados Acácio Mañé e o seu camarada Enrique Nvó.

Mas no ano seguinte, a coroa espanhola foi obrigada a outorgar liberdade provisória à maior parte dos presos políticos, para um ano mais tarde estarem novamente presos por continuarem as suas actividades anticolonialistas.

A repressão nunca chegou a ser suficiente para travar as reivindicações populares, e, em 1962, Franco foi obrigado a enviar o almirante Luis Carrero Blanco (mais tarde morto pela ETA) para negociar com os africanos. A sua missão era a de sufocar o ânimo de revolta que imperava entre a população. Mas foi inútil.

Em 1963, uma determinação provida de Madrid, transforma a província ultramarina em território com estatuto autónomo,

que seria dividido em duas províncias, Fernando Pó, integrada pela ilha do mesmo nome e pela ilha de Ano Bom, e Rio Muni, formada pela franja continental do país, com as ilhas de Corisco, Elobey Grande, Elobey Chico, e outras pequenas ilhas adjacentes.

Ao mesmo tempo foi autorizado o regresso dos exilados. Voltam os independentistas Bonifácio Ondo Edu, Atanásio Ndongo, Jesus Alfonso Oyono, além de outros. Foram criados os partidos MONALIGE (Movimento Nacional de Libertação da Guiné Equatorial), o MUNGE (Movimento de Unidade da Guiné Equatorial), e o IPGE (Ideia Popular da Guiné Equatorial). Logo a seguir foi aprovado, mediante referendo popular, o Estatuto de Autonomia.

A DESCOLONIZAÇÃO

O Governo Autónomo foi formado em 1964, e era encabeçado pelo presidente do MUNGE, Bonifácio Ondo Edu, que, conjuntamente com o Comissariado Geral do Estado espanhol, inicia um período experimental de autogestão para conduzir o território a uma "independência definitiva". E com essa finalidade, fazem uma convocatória em Madrid, a chamada Primeira Fase da Conferência Constitucional, onde comparecem dirigentes de todas as forças políticas guineenses para discutir e estabelecer as bases legais que regeriam o país.

Após longas e complexas discussões, foram apresentados dois projectos, onde um deles seria escolhido por consenso popular, tendo cada um deles origem e

interesses diferentes. Um foi o redigido por Antonio García Trevijano, industrial espanhol e verdadeiro mentor intelectual de Macías, e o outro foi, indirectamente, criado pelas autoridades de Madrid, e defendido por Ondo Edu. A 11 de Agosto, foi aprovado o último projecto.

A posição de Macías levou-o a ter o primeiro confronto com o regime franquista, já que até esse momento havia sido funcionário da administração colonial, e ostentava o título de "Emancipado Pleno" ("honra" obtida enquanto os independentistas eram perseguidos e assassinados), o qual lhe dava direitos análogos aos dos colonos. Macías sentia-se de tal forma um estrangeiro no seu país que "espanholizou" o seu nome guineense de Macié.

Foi também durante aquele processo que Macías contou com o apoio de numerosos nacionalistas e diversas personalidades com ideias progressistas, de dentro e de fora do país. Era bem claro que a alternativa apresentada por Ondo era inspirada pelos salões monárquicos, sobretudo pelas áreas mais conservadoras, enquanto que García Trevijano se manifestava como um burguês liberal. E não existia nenhuma verdadeira alternativa popular e revolucionária.

O movimento de Macías cindiu-se, dando lugar à criação do MONALIGE "Autêntico", cujo responsável mais notório era Atanásio Ndongo, possibilitando assim a sua própria derrota durante o processo de escolha da Constituição.

Um mês antes de ser aprovado o texto Espanha-

-Ondo Edu, o ditador Francisco Franco fez sancionar o Decreto-Lei de El Pardo, a 27 de Julho, concedendo a independência à Guiné Equatorial, tendo logo de seguida sido iniciada a campanha eleitoral para a eleição do primeiro presidente guineense.

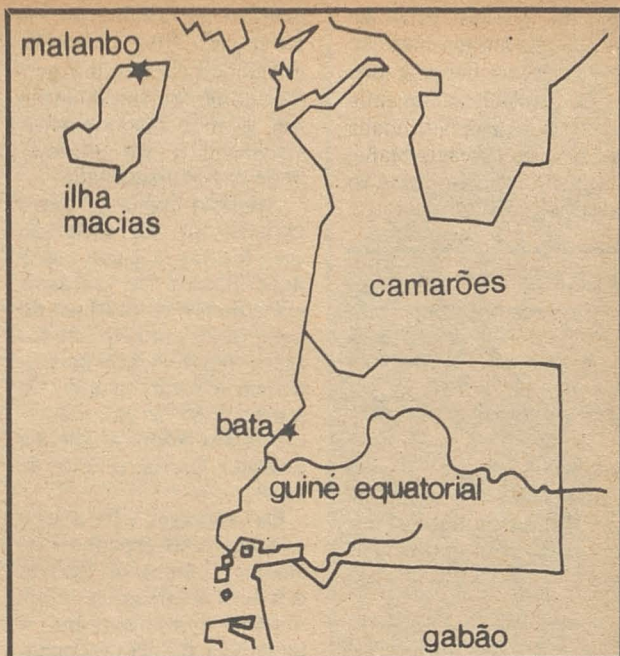
OS COMANDOS

Foram quatro os candidatos que se apresentaram para a escolha do mais alto dirigente do país.

Bonifácio Ondo Edu foi um deles. Com a sua política de conciliação, obteve o apoio da Igreja, de muitos aldeões e camponeses, de comerciantes guineenses, e de importante sector de estudantes universitários liderado por Manuel Nguema e Manuel Castillo. Teve também o apoio de profissionais liberais, de antigos funcionários do Governo Autónomo, e de vários empresários espanhóis ligados aos sectores madeireiros e comércio em geral.

Atanásio Ndongo, líder do MONALIGE "Autêntico", era considerado o candidato de maior formação política internacional. Foi apoiado pelo ministro espanhol de Assuntos Exteriores, Castiella, por um importante sector da Igreja, por numerosos universitários, por comerciantes espanhóis, e também por destacados políticos guineenses, como Saturnino Ibono, conhecido jornalista.

Edmundo Bosio, o terceiro candidato, era o chefe da UNIÃO BUBI, partido de característica essencialmente étnica, criado em 1967. Recebeu os votos dos Bubis, dos Fernandinos e, sobretudo, dos empresá-



A «vizinhança» da Guiné Equatorial: Camarões e Gabão. Mais um obstáculo para a oposição a Macías

rios espanhóis com interesse em Santa Isabel que, em conjunto, fomentam principalmente a separação da citada ilha do restante do território.

E finalmente, Macías Nguema, a autoridade máxima do MONALIGE "Dissidente". Este foi o candidato mais vinculado à Espanha, apesar da sua campanha "anti-espanhola". Teve o apoio de García Trevijano, seu assessor político, de Francisco Armijó, funcionário do Ministério do Trabalho da monarquia e acusado de ser o elemento de ligação e ponto de contacto entre Macías e determinadas figuras a nível internacional. Da mesma forma como Macías mudou o seu nome autóctone por um estrangeiro, Armijó suprimiu o seu sobrenome espanhol e substituiu-o pelo de Ndong Osa, para com isso confundir os africanos. Armijó, antes de

ser funcionário governamental, teve uma gestão administrativa em Bata, o que lhe permitiu conhecer bastante bem os guineenses, e seguir de perto a política de Madrid em relação a esses.

A campanha de Macías foi promovida por García Trevijano e Armijó. O primeiro apoiou determinados estudantes oferecendo-lhes bolsas de estudo do seu ministério, estudantes esses que mais tarde foram para a Guiné, abandonando os seus estudos, para apoiar Macías e ocupar os primeiros cargos do seu governo. Foi o caso de Norberto Nsue Micha, ex-ministro da Educação, e Pedro Bacale, chefe do Aeroporto de Bata, que cedo foram assassinados por Macías. Foi na casa de Bacale em Madrid, que Armijó promovia reuniões políticas a favor de Macías.

Francisco Macías foi

também apoiado pelas actuais empresas privadas que funcionam na Guiné Equatorial, por numerosos militares da Guarda Nacional e por pessoas desempregadas a quem prometeu "uma vida melhor".

ELEIÇÕES GERAIS

Depois da campanha constitucional, durante a qual a maioria dos potenciais votantes perderam a confiança em Macías, este não teve os votos necessários, e empatou na primeira volta com Bonifácio Ondo Edu. Na segunda volta, a 22 de Setembro de 1968, depois de formalizada uma aliança entre o MONALIGE "Autêntico", a União Bubi e o MUNGE "Dissidente", Macías foi eleito presidente com um total de 63 810 votos contra 41 254 de Ondo Edu.

O triunfo, dados os compromissos assumidos com as alianças, obrigou-o a compartilhar com os seus mais sérios inimigos o primeiro governo da ex-colónia espanhola. A impopularidade, da qual é consciente, forçou-o a atribuir-se o Ministério da Defesa que, juntamente com a Presidência, lhe dava as garantias necessárias para manter-se no poder.

"GOLPE DE ESTADO"

O governo de Macías tem início com uma intensa luta interna, que a coligação não pôde resistir. A inconsistência da mesma, assim como a demagogia dos seus subscritores, fez-se logo notar. A população detecta a tempestade que está por chegar, e Bonifácio Ondo vê-se obrigado a pedir asilo

político no Gabão, que lhe foi negado. Preso e devolvido ao seu País com a promessa de ser respeitada a sua vida, é imediatamente encarcerado em Blabich, onde morre assassinado.

Atanásio Ndong, outro insatisfeito da coligação com Macías, a quem considerava incapaz de conduzir eficazmente os destinos do país, tenta um golpe de Estado, rapidamente montado em Madrid, quando do seu regresso de uma conferência em Addis Ababa, na Etiópia. Corria o ano de 1969.

Os assessores e beneficiários políticos espanhóis de Macías, inteirados através dos seus serviços de informação, comunicam-lhe a iminência do acontecimento. À sua chegada à Guiné, Atanásio contacta alguns militares de Santa Isabel que se solidarizam com os seus objectivos. Transfere-se em seguida para Bata, e consegue o apoio de oficiais da Guarda Nacional e da Marinha, de Bata e de Rio Benito.

Macías, porém, está atento, e não dorme nem na Presidência nem em nenhuma das residências oficiais, para que Atanásio tenha dificuldades em encontrá-lo. Mas o golpe já estava em marcha. Atanásio manda prender a guarda presidencial, e coloca em seu lugar homens da sua confiança. E no Palácio, espera a aparição de Macías.

O ditador seguia a evolução dos acontecimentos de um lugar desconhecido onde havia concentrado as suas forças, com as quais atacou, às onze horas da manhã de 5 de Março de 1969, a Presidência, que imediatamente ficou sob seu domínio.

Encurralado, Atanásio salta de uma janela e cai no pátio, fracturando-se gravemente. É agredido pelos militares antes de ser transportado para o Hospital Geral de Bata, onde morre assassinado.

A segurança e a calma com que Macías actuou, dá a impressão de que tinha um plano premeditado, devidamente estudado e a tal ponto, que muitos dos seus opositores, das mais variadas tendências, crêem firmemente que isso poderia nada mais ser do que uma acção teatralização que serviu de pretexto para a perseguição e eliminação física dos seus inimigos. Quer dizer, um "golpe de Estado" que nunca teria sido um verdadeiro golpe de Estado.

Macías decretou nesse dia o "Estado de Excepção", e temeroso de uma revolta na Guarda Nacional, convoca a Juventude Milicianista, a quem arma, e sem nenhuma prévia preparação, ordena-lhes que actue contra todos aqueles que haviam pertencido aos grupos de Atanásio Ndong e de Bonifácio Ondo Edu.

Os acordos estabelecidos para o funcionamento do governo determinavam a formação de um parlamento com todos os grupos da oposição que, em conjunto, tinham mais de 52 por cento dos lugares. Macías, conhecedor da potencialidade de um organismo como o Parlamento, fecha-o por decreto, e manda exterminar os seus componentes.

Em seguida anula a Constituição, e organiza uma série de golpes de Estado simulados, como justificava para continuar a assassinar

os elementos da oposição.

A "Unidade da Guiné Equatorial", órgão governativo, publicou um artigo assinado por Daniel Oyongo, que levava o título de "O Baile dos Malditos". Esta nota, como forma de exemplo, narra alegremente a execução de cento e catorze presos, acusados de tentar um golpe de Estado, enquanto estavam presos, em Junho de 1974.

Desde que Macías subiu ao Poder, não existe nenhum canto para viver para os que não são seus adeptos. A repressão atinge as crianças menores de sete anos, já que segundo os estatutos do PUNT (actual organização política de Macías, fundada em 1970, e que quer dizer Partido Único Nacional dos Trabalhadores, pasme-se!), no seu artigo quarto, estabelece a obrigação de pertencer ao Partido (!), dos sete anos de idade, até à morte.

SITUAÇÃO GERAL

A Guiné Equatorial é actualmente um território deserto, como consequência da ditadura implantada por Macías. As ruas estão desertas, as escolas encerradas por falta de professores e alunos. As igrejas transformadas em armazéns de produtos agrícolas que vêm das terras de Macías. Todas as estradas, menos as que vão de Nkué-Efulan a Mongomó (cidade natal de Macías), estão em completo abandono. Existem localidades com mais de trinta mil habitantes sem médicos ou meios sanitários. Para viajar dentro do país, os guineenses necessitam de salvo-condutos do governo, e as mulheres casadas, além disso, necessitam da per-

missão, por escrito, dos seus respectivos maridos.

Mediante um sistema denominado "prestação", o povo é obrigado a trabalhar em fazendas e outros sectores da economia nacional, sem retribuição nem benefícios.

A população não dispõe para o seu consumo, nem de sal ou sabão, ou sejam, dos produtos mais elementares. Os assassinatos, as torturas, as detenções arbitrárias, os confinamentos, as violações de menores, os trabalhos forçados, estão na ordem do dia. E as prisões estão repletas de democratas.

Em 1978, por problemas políticos e económicos, cento e vinte mil pessoas fugiram da Nigéria, para o Gabão, Camarões e Espanha. No país há 310 mil habitantes.

A TACTICA DE MACÍAS

Em 1970, chegou a Bata um grupo de especialistas militares, solicitados por Macías à OUA, composto por oficiais da Somália, etíopes, ugandeses e da Guiné Konakry. Mohamed Sidibe, especialista do último desses países, encarrega-se da instrução das Milícias Populares em todo o país.

Em 1971, uma delegação de guineenses vai a Pequim para instruir-se sobre a organização de milícias, enquanto que outra delegação entrevista-se com Chou En Lai.

No mesmo ano, e a pedido de Macías, a União Soviética acolhe estudantes guineenses nas suas universidades, e em 1977, Macías visita Pequim.

A táctica que emprega em relação às potências

ocidentais, para manter um suposto equilíbrio com as socialistas, é a de cercar-se de bons assessores que realizem as suas operações, inclusive as políticas.

Os principais acordos comerciais da Guiné Equatorial estão assinados com a Espanha, Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha Federal.

A ex-metrópole, apesar de todos os discursos em contra, é quem normalmente cobre o *déficit* orçamental com subsídios que vão até os 750 milhões de pesetas (Abril de 1977). E foi também a Espanha que contribuiu com a quota de ouro necessária para que a



Guiné Equatorial fosse admitida no Fundo Monetário Internacional. Forneceu-lhe mesmo assistência para a criação de um Banco Nacional, e assegurou a convertibilidade do *ekuele*, a moeda guineense.

Actualmente, nenhum sector da economia está em mãos de nacionais. Construção civil, indústria mineira, extração de cacau e madeira e as actividades bancárias, são controladas por capitais espanhóis.

Enquanto que Macías recebe semanalmente alimentos de todas as espécies que lhe são levados por um "Boeing 707" de IBÉRIA, por vezes sem transportar nenhum passageiro, crianças deformadas pela desnutrição são encontradas a cada passo percorrido no país.

Nos meios próximos à "presidência", circula a jocosa expressão "IBÉRIA paga"! É na verdade, a IBÉRIA pagou até agora os gastos de uma empresa arruinada, a LAGE, Linhas Aéreas da Guiné Equatorial, ao mesmo tempo que paga e sustenta um voo semanal, o IB-961, que desde o seu estabelecimento até agora, não cobriu nem dez por cento da sua real capacidade.

AS TORTURAS

"Papá" Macías ordena e pratica pessoalmente diversas torturas. Entre as mais conhecidas, estão as executadas sobre presos políticos na Estrada de Ngolo, um caminho sem saída, onde somente circulam os veículos que transportam as pessoas condenadas pelo regime para aí serem torturadas e mortas.

Os presos são levados

com o pretexto de trabalharem em uma nova estrada, estrada nunca terminada, porque essa não é a finalidade. Nesse local, são obrigados a fazer "trabalhos" tais como, nadar nus sobre pedras pontiagudas, cortar ervas com os dentes, ao mesmo tempo em que são golpeados e insultados. Mais tarde são obrigados a lutarem entre si. Os que morrem terminam na fossa comum, e os que vencem são igualmente maltratados, e, mais cedo ou mais tarde, vencidos e vencedores, também terminam na fossa comum.

Outro "requintado" método de tortura, é o esmagamento dos prisioneiros, depois de previamente amarrados, por motoniveladores.

Uma das mais recentes "inovações" de Macías, é um método de tortura, ao qual os presos dão o nome de "injecção". Consiste em desnudar o preso e pô-lo de joelhos. Nesta posição, prendem-se-lhe as mãos com cordas às costas, e depois estas aos pés. Para deixar o corpo tenso, estica-se uma corda fina, passando-a pelo pescoço, entre as pernas e pelas costelas. Finalmente, o prisioneiro é banhado com óleo de palma (azeite de dendê), gasolina ou outro carburante, e é exposto ao sol. Acaba por rebentar.

A lista dos assassinados é muito extensa. Temos cifras que superam, nos últimos tempos, mais de quinhentas pessoas, e por razões de espaço, não podemos divulgar o nome de cada uma delas.

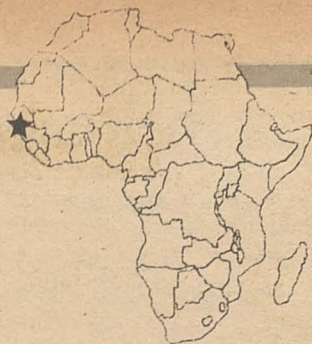
Macías matou ou mandou matar, cinco ocupantes de altos postos governativos, vinte e quatro minis-

tros, seis conselheiros do governo, quatro governantes municipais, cinco de conselhos, dez deputados, três médicos, seis delegados de governação, vinte e dois funcionários públicos de alto nível, setenta e cinco administradores civis, trinta e quatro professores, sete técnicos sanitários, trinta militares da Guarda Nacional, sete policiais, vinte e dois chefes de aldeia, catotze gerentes de empresas espanholas, trinta e cinco empregados e comerciantes, cento e cinquenta e nove agricultores, vinte e oito jovens e crianças, por supostas culpas de seus pais assassinados, nove mulheres por supostas culpas de seus maridos ou familiares, e trinta e seis camponeses.

Para sermos mais ilustrativos, vejamos o que se passou com os membros do primeiro governo da Guiné Equatorial, depois da independência.

O vice-presidente da República, Edmundo Bosío, foi assassinado; o ministro dos Assuntos Exteriores, Atanásio Ndongo, foi assassinado; o ministro do Interior, Angel Masié, exilado; o ministro das Obras Públicas, Jesús Oyono, assassinado; o ministro do Trabalho, Román Borico, assassinado; o ministro da Educação, José Nsue, assassinado; o ministro da Saúde, Pedro Econg, exilado; o ministro da Justiça, Jesús Eworo, assassinado.

Quer dizer, do primeiro governo, "sobraram", Ricardo Pelayo Erimola Yema, ministro da Indústria, Agustín Grange, ministro da Agricultura, Andrés Iku-ga, ministro da Fazenda, e é claro, o ministro da Defesa e Presidente "Vitalício", Francisco Macías.



GUINÉ-BISSAU

uma experiência de economia planificada

cadernos do
terceiro
mundo
Rua da Lapa, 185 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957



Foto de Samule Iavelberg

*Aprovado após uma discussão democrática,
o novo orçamento prevê um investimento
superior a 50 por cento do Produto Nacional
Bruto*

Num exercício democrático de que raros países podem orgulhar-se, a República da Guiné-Bissau aprovou, após quase duas semanas de discussões abertas na Assembleia Nacional, o Orçamento de investimento para 1979.

Este é o primeiro orçamento de investimento elaborado no país. Era natural que logo após a independência, com a situação catastrófica em que se situava

a economia e a administração, o governo partisse para iniciativas pontuais, com funções de bombeiro, construindo as escolas mais necessárias, consertando as estradas, organizando os serviços médicos, etc...

Com o passar dos anos, no entanto — e já são cinco desde a independência — a jovem República começa a organizar o seu desenvolvimento, a racionalizar os seus esforços.

Daí a elaboração deste Orçamento de Investimentos, primeiro e tímido passo para a organização planificada da economia. Com o Orçamento aprovado, temos pela primeira vez uma imagem de conjunto de orientação sectorial do esforço de construção nacional empreendido.

A distribuição dos investimentos é o seguinte, para o ano de 1979:

Distribuição de Investimentos

Desenvolvimento Rural.....	168 659 300	PG	5,1%
Pescas	305 298 000	PG	9,2%
Recursos Naturais	355 961 800	PG	10,9%
Comércio, Indústria e Artesanato	333 450 000	PG	10,1%
Obras Públicas, Construção e Urbanismo	671 634 400	PG	20,4%
Energia	117 646 600	PG	3,5%
Transportes e Turismo	191 687 000	PG	5,9%
Correios e Telecomunicações	203 056 200	PG	6,1%
Educação Nacional	111 706 600	PG	3,4%
Saúde e Assuntos Sociais	57 278 000	PG	1,8%
Combatentes da Liberdade da Pátria	20 875 600	PG	0,7%
Informação e Cultura	6 331 900	PG	0,1%
Justiça	12 535 000	PG	0,3%
Interior	79 200 000	PG	2,4%
Negócios Estrangeiros	1 000 000	PG	0,03%
Coordenação Económica e Plano	62 621 300	PG	2,0%
Finanças	154 093 500	PG	4,7%
Presidência do Conselho de Estado	14 250 000	PG	0,4%
Conselho Superior dos Desportos	420 000	PG	0,01%
Empresa Pública e Mista (auto-financiamento)	415 550 000	PG	12,6%

Distribuição dos investimentos pelos respectivos Comissariados. (No Pintcha, 19 de Maio de 1979).

A primeira cifra a notar é o total. O investimento projectado para este ano é de 3 283 257 contos, ou seja, cerca de 80 milhões de dólares, para uma economia em que o PNB é grosseiramente estimado em 150 milhões de dólares.

A cifra é enorme. Será realista? Certamente, do ponto de vista do financiamento. O modelo do desenvolvimento da Guiné-Bissau, o empenho efectivo do governo em projectos produtivos e não de ostentação e o longo período de luta criaram uma boa vontade internacional que assegura praticamente ao país os financiamentos necessários, através dominantemente da ajuda externa.

Muito menos realista é esta cifra se a considerarmos do ponto de vista de capacidade de realização

dos projectos do país. Com um analfabetismo de mais de 85 por cento, a Guiné-Bissau vê-se frente a um problema fundamental que é o da formação de quadros necessários a administrar os projectos criados.

Assim as principais estimativas levam a crer que o investimento efectivamente realizado será de cerca de 50 por cento da cifra acima proposta.

UM PASSO À FRENTE

De qualquer maneira, tratar-se-á do maior esforço de desenvolvimento jamais empreendido no país. E o presidente Luís Cabral, ao abrir a Assembleia Nacional Popular, insistiu na importância de formação e de descentralização económica como caminho para materializar este esforço:

«A nossa terra está avançar pouco a pouco e sabemos que quanto mais avanço mais complexo e difícil é a sua direcção e que os responsáveis que hoje estão à frente de cada nível de estrutura da direcção do país, têm de procurar avançar também para poder acompanhar o desenvolvimento da nossa terra, têm de procurar instruir-se para estar à altura dos problemas cada vez mais complexos de administração, economia, finanças, ensino, saúde, agricultura, enfim, de todos os problemas relacionados com o sector ou a região onde está colocado».

Na distribuição sectorial do orçamento, constatamos o peso dominante dos investimentos em infra-estruturas económicas. Assim é que o Comissário de Esta-

do das Obras Públicas, Construção e Urbanismo vêm à testa, com uma dotação de 671 mil contos (20 por cento do investimento total).

Este esforço é facilmente compreendido se levarmos em conta que o país ainda está mais em face de constituição de infra-estruturas mínimas para o seu desenvolvimento do que propriamente na fase da expansão do aparelho produtivo. A República da Guiné-Bissau tem apenas um porto internacional com um cais de 130 m., 430 km de estrada asfaltada, alguns aeroportos de interesse mais estratégico que económico. De nada adianta lançar ambiciosos programas de desenvolvimento quando amplas regiões se vêm simplesmente isoladas da capital na época das chuvas, período dos intensos trabalhos agrícolas.

O segundo ponto do orçamento de investimentos, por ordem de importância, é o dos recursos naturais, que tem pela frente três grandes tarefas: fornecimento de água às populações — tarefa chave num país em que, apesar das chuvas intensas, há praticamente sete meses de seca —; estudo do sistema de exploração da bauxite, maior recurso mineral por ora identificado, e pesquisa geológica e mineira em geral, visando identificar o potencial do país em fosfatos, ilmenites e outros.

Tarefa importante dos Recursos Naturais é igualmente a protecção e exploração das florestas, domínio no qual não foi herdado sequer um estudo sério dos recursos existentes.

O terceiro posto dos in-

vestimentos é o da Indústria, Comércio e Artesanato, onde se destaca a construção do complexo agro-industrial de Cumeré, que deverá permitir ao país passar da exportação de amendoim para a exportação de óleo, aproveitando-se o conjunto de subprodutos para outros sectores da economia.

A Secretaria de Estado das Pescas é outro campo que mereceu grande esforço por parte do governo. A Guiné-Bissau dispõe de uma plataforma que é um autêntico viveiro de reprodução de peixe e crustáceos, com uma biomassa estimada em 900 000 toneladas, o que autoriza uma pesca de cerca de 200 000 toneladas anuais sem atingir a capacidade de reprodução dos peixes. A constituição de uma rede de frio no porto de Bissau permitirá o desembarque do pescado, permitindo, assim, o controlo efectivo das actividades das sociedades estrangeiras, ponto crucial quando se conhece quantos países subdesenvolvidos viram as suas reservas de peixe completamente destruídas em poucos anos.

O Commissariado de Estado dos Correios e Telecomunicações está ultimando a instalação de um sistema de telecomunicações moderno, que permitirá ligações internacionais regulares tanto via Lisboa como via Dakar, e sobretudo assegurará ligação directa entre todas as regiões, permitindo que a administração de Bissau se faça melhor sentir no conjunto do país.

No campo dos equipamentos de transportes, haverá um esforço particular em dotar o porto actual e o porto de Bissalanca de

equipamento e instalações que lhes permitam efectivamente desempenhar o papel crescente que lhes cabe.

Um problema grave é constituído pela relativa fraqueza das dotações para o Desenvolvimento Rural (168 mil contos, 5,1 por cento do investimento), num país em que 8 por cento dos habitantes trabalham na agricultura. Na realidade a fraqueza deste número explica-se por dois factores:

Primeiro, a fraqueza de infra-estruturas económicas e administrativas, que torna difícil lançar directamente programas intensivos de desenvolvimento rural. São hoje conhecidos os efeitos desastrosos de mecanização exagerada. Segundo, é o carácter necessariamente progressivo de assimilação de aportes externos por parte de uma população rural que se manteve, no essencial, ao nível de exploração tradicional.

Hoje, o Commissariado de Estado do Desenvolvimento Rural orienta-se claramente para o desenvolvimento rural integrado, através de regionalização dos projectos.

A importância da regionalização do desenvolvimento foi outro ponto salientado no discurso de abertura do presidente do Conselho de Estado: «o Governo já começa a criar condições para a preparação de planos regionais de desenvolvimento. A economia da Guiné-Bissau tem de ser planificada e para que ela seja real, não pode ser conduzida ao nível da Guiné-Bissau a partir de um centro único. Temos de descentralizar também o

plano de desenvolvimento».

Actualmente o país foi dividido em quatro grandes zonas:

zona leste
zona norte
zona sul
ilhas

— Bafatá, Gabú
— Oio, Cacheu, Bissau
— Buba, Tombali — Bolama Bijagós

e estão sendo traçados planos de desenvolvimento para as regiões que os compõem.

Poderão parecer relativamente poucas as dotações para o desenvolvimento da Saúde e Educação. Na realidade, é preciso lembrar que grande parte dos gastos destes sectores são em salários, o que se reflecte no orçamento de funcionamento do Estado:

Distribuição das verbas do Orçamento Geral do Estado



Assembleia Nacional Popular.....	2 456 800 PG	0,2%
Presidência do Conselho de Estado.....	35 140 700 PG	2,6%
Comissariado Principal.....	34 922 500 PG	2,5%
Comissariado das Forças Armadas R. do Povo.....	229 727 800 PG	16,7%
Comissariado da Coordenação Económica e Plano.....	13 034 800 PG	1,0%
Comissariado dos Combatentes da Liberdade da Pátria.....	38 581 300 PG	2,8%
Comissariado de Estado das Finanças.....	240 405 100 PG	17,4%
Comissariado do Desenvolvimento Rural.....	73 485 400 PG	5,3%
Comissariado de Estado dos Negócios Estrangeiros.....	35 592 500 PG	2,6%
Comissariado de Estado do Interior.....	171 017 500 PG	12,4%
Comissariado de Estado dos Transportes e Turismo.....	37 829 600 PG	2,8%
Comissariado de Estado da Justiça.....	19 943 900 PG	1,4%
Comissariado do Comércio Indústria e Artesanato.....	30 058 700 PG	2,1%
Comissariado da Saúde e Assuntos Sociais.....	140 054 300 PG	10,1%
Comissariado da Informação e Cultura.....	25 709 800 PG	1,9%
Comissariado das Obras P. Construções e Urbanismo.....	44 465 600 PG	3,2%
Comissariado de Estado da Educação Nacional.....	195 940 700 PG	14,2%
Comissariado dos Recursos Naturais.....	10 000 000 PG	0,8%
	1 378 367 000 PG	100,0

Tanto os responsáveis locais como os representantes dos organismos internacionais de financiamento tendem a concordar que o programa é ambicioso. A dificuldade real está na exígua capacidade de gestão e administração, directamente causada pelo abandono completo da política educacional e de formação durante o regime colonial.

Na realidade, nesta etapa ainda a economia da Guiné-Bissau se está dotando dos instrumentos mínimos que lhe irão permitir fazer arrancar o grande motor do desenvolvimento económico do país: a massa camponesa que constitui a esmagadora maioria da população produtiva.

Ao apresentar os debates na Assembleia Nacional Po-

pular sobre o Orçamento de planificação económica permite aos deputados do povo debruçarem-se sobre as opções do desenvolvimento projecto por projecto, influenciando efectivamente sobre a orientação em curso na medida em que lhes eram apresentadas iniciativas planeadas e não factos consumados de iniciativa individual.

MAURITÂNIA

o Governo na encruzilhada



O tenente-coronel Uld Haidallah

cadernos do
terceiro
mundo
Rua da Lapa, 180 - São João - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

Ao assumir o seu cargo de primeiro-ministro, o sucessor do tenente-coronel Ahmed Ould Buceif afirma que continuará a política de diálogo com a Frente POLISÁRIO. Poderá estar próximo um tratado de paz sobre o Sul do Sahara

Mohamed Salem

O novo primeiro-ministro mauritano, tenente-coronel Muhammad Uld Haidallah, em suas primeiras declarações, após assumir o cargo no início de Junho, afirmou que reiniciará as conversações com os dirigentes da Frente POLISÁRIO a fim de concretizar um acordo respeitante ao território de Tiris el-Gharbia, parte meridional do Sahara Ocidental sob ocupação militar do seu país.

Uld Haidallah expressou

ainda que a Mauritânia prosseguirá os seus esforços para restaurar as relações diplomáticas com a Argélia.

A importância destas declarações, radicam-se no facto de, após a morte do primeiro-ministro Uld Buceif, a 27 de Maio, se ter pensado que a Mauritânia poderia rever o processo de negociações que entretanto Buceif levava a cabo. As confusas circunstâncias da sua morte, levaram à que a imprensa internacional le-

vantasse a hipótese de um assassinato, como parte de um "complot" destinado a fazer abortar as negociações.

Ahmed Uld Buceif havia saído de Nuakchott, capital mauritana, com destino a Dakar, onde deveria participar numa reunião cimeira da Comunidade Económica da África Oeste. O avião em que viajavam Buceif e outros membros do governo de Salvação Nacional mauritano, desapareceu — segundo a versão oficial

proveniente de Dakar devido a uma tempestade de areia — tendo, posteriormente, os restos do aparelho sido encontrados ao largo da costa do Senegal.

Buceif fora governador de Zouerat — a zona mineira mais importante da Mauritânia, verdadeiro pulmão económico do país — após ter regressado dos seus estudos militares em França. Em 1973, havia apoiado com discrição o nascimento da Frente POLISÁRIO, que se dispunha, então, a lutar contra a presença colonial espanhola no Sahara Ocidental. Com a assinatura dos Acordos de Madrid, pelos quais parte do território do Sahara Ocidental é entregue à Mauritânia, a Frente POLISÁRIO continuou a luta armada, desta vez, contra os novos ocupantes, Marrocos e Mauritânia. Buceif, que ocupava já então o cargo de Chefe do Estado-Maior é obrigado a rever as suas posições em relação ao movimento de libertação saharauí.

Quando, em Junho de 1978, um golpe depôs o presidente Ould Daddah, Buceif não teve nenhuma participação importante. Foi, no entanto, no seu seguimento, nomeado ministro das Pescas para que fosse afastado da esfera militar.

Ante o golpe de Estado na Mauritânia, a Frente POLISÁRIO declarou unilateralmente um cessar-fogo com este país, a fim de facilitar um diálogo com o novo governo. Ainda que Ould Salek — o então novo presidente — falasse da necessidade de estabelecer a paz com a Frente POLISÁRIO, nunca concretizou essa política com medidas efectivas. Frente a essa in-

trínseca contradição, dá-se um “golpe dentro do golpe”, agora sim liderado por Buceif, que instala a 6 de Abril do corrente ano um novo governo.

Já como primeiro-ministro, Buceif dá passos significativos tendentes a entregar a parte do Sahara ocupado pela Mauritânia ao controlo da Frente POLISÁRIO. Foi a França, a Espanha, a Marrocos e iniciou também o processo que viria a restabelecer relações com a Argélia. Em data recente — poucos dias antes da sua morte —, Buceif reafirmou ante o foro das Nações Unidas a sua decisão de entabular um diálogo com a Frente POLISÁRIO tendente a assegurar a autodeterminação dos saharauís. Todos os observadores concordavam que a assinatura do Tratado de Paz era iminente.

O grande prejudicado com a política de Buceif era Marrocos, não obstante ter instigado, por intermédio do seu embaixador em Nuackchott o golpe de 6 de Abril, empenhado em reter à viva força a parte setentrional do Sahara (nela jazem as mais ricas jazidas de fosfatos em todo o mundo) e que cada dia sofre um cada vez maior isolamento internacional, começando mesmo a sentir uma certa deterioração interna, pqssados que são já vários anos de guerra. Por outro lado, desde que unilateralmente cessou os combates com a Mauritânia, a Frente POLISÁRIO concentra todas as suas forças contra Marrocos, ofensiva baptizada no início do corrente ano de “Houri Boumedinne”, que provocou já às forças monárquicas de Hassan II nos últi-

mos meses perdas significativas em material bélico e em vidas humanas.

Era, pertinente, pois, suspeitar que o regime de Hassan II não fosse de todo alheio à morte de Buceif, cuja política de “realismo” teria “furado as cartas” que o monarca pensava possuir ao incentivar o seu golpe de 6 de Abril. Suspeita tanto mais evidente se se mencionar que no Aeroporto de Dakar, onde precisamente aterraria o avião do primeiro-ministro mauritano, foi encontrada uma carga explosiva de grande potência, justamente na área destinada aos chefes de Estado que chegavam à cimeira da Comunidade Económica da África Ocidental.

A POSIÇÃO ARGELINA

O governo mauritano — que no acidente perdeu sete funcionários, entre eles o chefe do Bureau do primeiro-ministro, N'Daw Wali e o capitão Diak Ndiaye, membro do Comité Militar de Salvação Nacional, decretou imediatamente quarenta dias de luto. Ould Salek, presidente honorífico, anunciou que iniciara uma investigação para precisar os detalhes do acidente. Dias mais tarde, pediria a demissão, logo prontamente aceite.

As declarações do sucessor de Buceif, garantindo que a política deste se manteria inalterável pareceriam, em princípio, confirmadas pelo facto de, no passado dia 12 de Junho, escassas três semanas após o incidente de Dakar, uma delegação mauritana de alto nível chegar a Argel.

Nessa delegação encontravam-se Hamed Salem Si-

Espanha o reactivar da política africana



Duas viagens quase simultâneas ao Norte de África — a primeira no início de Maio, do primeiro-ministro Adolfo Suárez à Argélia, e a segunda do Rei Juan Carlos, na segunda quinzena de Junho, a Marrocos — parecem insinuar que a Espanha pretende voltar a ter um papel activo na diplomacia daquela região.

No entanto, enquanto a viagem de Suárez à Argélia e a sua entrevista naquele país com Mohamed Abdelaziz, Secretário-Geral da Frente POLISÁRIO, indicaria uma política de abertura à causa saharauí, a presença do rei Juan Carlos junto do monarca Hassan II parece assinalar precisamente o contrário.

Em todo o caso, esta segunda viagem despertou nos círculos progressistas espanhóis alguns reparos importantes, para estes sectores, a visita a Marrocos foi “enormemente delicada”. “Penso que o rei deveria cuidar suas viagens”, afirmaria o líder do PSOE.

Por outro lado, a precária situação militar de Marrocos preocupa alguns sectores espanhóis que não vêem com bons olhos os avanços da Frente POLISÁRIO. As declarações de alguns parlamentares catalães aquando do seu regresso do Sahara Ocidental, no sentido de que “a POLISÁRIO é dona do terreno”, mostraram aos defensores do Acordo de Madrid que dividiu o Sahara em duas partes (entre Marrocos e a Mauritânia), que a quatro anos daquele tratado, nem marroquinos nem mauritanos lograram consolidar a sua presença no território ocupado.

A situação de Espanha não é fácil. À margem das diferenças de apreciação das diferentes correntes políticas, pende sobre a Coroa a espada de Dâmocles que Hassan II desembainha sempre que a Espanha dá sinal de avançar na sua diplomacia africana contra os seus interesses: a questionada soberania espanhola sobre os territórios marroquinos de Ceuta e Melilla. E mais ainda, a possibilidade de proibir a actividade de barcos espanhóis de pescar nas fecundas águas do litoral de Marrocos.

Não é previsível, pois, uma ingerência aberta do governo espanhol no caso do Sahara, apesar do que ocorre hoje na ex-colónia espanhola do Norte de África constituir, em grande parte, uma herança do franquismo. Como sucede com as ilhas Canárias — cujo movimento independentista é apoiado pela Argélia — as possessões da Coroa espanhola em Marrocos são uma barreira para a sua actuação diplomática concreta. Hassan II não teria qualquer dúvida em recorrer a esta carta, uma das poucas que ainda pode jogar.

di, coronel vice-presidente do Comité Militar de Salvação Nacional, o tenente-coronel Oul Abdallah, actual ministro dos Negócios Estrangeiros, o comandante Mulay Oul Bukreiss, ministro do Planeamento e da Pesca.

Os argelinos manifestaram-se dispostos a facilitar um encontro dos dirigentes mauritanos com a Frente POLISÁRIO, sempre que os primeiros reafirmem a intenção de procurar saídas para a situação actual e mantenham a sua decisão de discutir a autodeterminação saharauí.

O presidente Benjedid Chadli reafirmou recentemente que o seu país não mantém nenhuma hostilidade particular contra os mauritanos ou marroquinos.

No entanto, o compasso de espera das autoridades mauritanas tem como “pano de fundo” as recentes declarações de Hassan II de utilizar o “direito de perseguição” dos guerrilheiros saharauís em território argelino, o que, todos os observadores admitem, levaria a um alastramento do conflito àquela região do Maghréb. Lapso de tempo, ou interregno, que teria o beneplácito do Eliseu. Porém o facto do Conselho de Segurança da ONU ter solicitado a intervenção da POLISÁRIO ao discutir as alegadas acusações de Hassan II contra “incursões argelinas” no seu território, prova, mais uma vez, o isolamento diplomático de Rabat e constitui mais uma vitória do povo saharauí no plano diplomático para a autodeterminação e independência, sem a qual a paz na região jamais poderá ser possível.



AMERICA LATINA



NICARÁGUA

a ofensiva final

Meticulosamente preparada, a insurreição popular põe termo a quatro décadas de ditadura somozista. A OEA, pela primeira vez na sua História, contrapõe-se às manobras intervencionistas dos Estados Unidos, enquanto o Governo de Reconstrução Nacional, mesmo antes da vitória, começa a enfrentar angustiantes problemas de fome e ameaças de epidemias.

Roberto Remo

A partir do norte, do centro e do sul do país, colunas da Frente Sandinista de Libertação Nacional se dirigiam sobre Manágua, no momento de fecharmos esta edição. Preparava-se assim a batalha final contra a dinastia iniciada há 44 anos por Anastasio Somoza García e continuada por Anastasio Somoza Debayle, que, por sua vez, há muitos anos vinha preparando o seu filho, Anastasio Somoza Portocarrero, para sucedê-lo no poder.

O governo dos Somoza não é outra coisa que a continuação neocolonialista da ocupação da Nicarágua pelos Estados Unidos nas primeiras décadas deste século. Obrigados a intervir contra a luta guerrilheira de Augusto César Sandino e seu "pequeno exército louco" de camponeses, os "marines" norte-americanos criaram a Guarda Nacional para manter a dominação. Dirigida por Somoza-pai, a Guarda Nacional assassinou Sandino em 1933 e tomou o poder no ano seguinte.

Desde então a resistência do povo nicaraguense contra Somoza nunca cessou, e assumiu todas as formas possíveis de luta. Em 1954, um pequeno comando encabeçado por Rigoberto Lopez Perez executou o tirano, que foi imediatamente substituído pelo seu filho, treinado em West Point e com trinta anos de vida nos Estados Unidos.

Em 1959, ante o fracasso da luta pacífica liderada pelo Partido Conservador, um grupo de ex-membros do Exército de Sandino — muitos deles já anciãos — e numerosos jovens patriotas iniciam a luta armada, com a fundação da Frente Pa-



Coluna guerrilheira na Frente Sul

triótica Sandino, antecessor da actual Frente Sandinista organizada por Carlos Fonseca Amador em princípios dos anos 60.

PREPARA-SE A OFENSIVA

A rebelião generalizou-se após o assassinato do jornalista opositor Pedro Joaquín Chamorro no início de 1978. Desencadeou-se então a primeira greve geral contra o ditador, dirigida pela Frente Ampla Opositora, uma coligação liderada pela burguesia nacional inimiga de Somoza.

Em Setembro foi convocada a segunda greve, acompanhada desta vez pela tomada de cidades pelos sandinistas, que resistiram à Guarda Nacional em barricadas de rua com o apoio activo da população. O bombardeio indiscriminado contra civis — uma táctica genocida que hoje se repete — obrigou finalmente os sandinistas à retirada.

A FSLN extraiu daí as lições políticas e nos meses seguintes consolidou a sua unidade interna, ao reunir sob um só comando as suas três tendências: a maioritá-

ria, também chamada "insurreccional" ou "terceirista"; a que propõe como táctica uma "guerra popular prolongada"; e a chamada "proletária" que nega a validade das alianças antiditatoriais com a classe média e a burguesia opositora.

Ao mesmo tempo as organizações de massas — estudantis, profissionais, de donas de casa — aglutinaram-se no Movimento Povo Unido e a oposição política depurou as suas filas, com a criação da Frente Patriótica Nacional, que excluiu aqueles que aspiravam a substituir o ditador mas sem modificar as estruturas do regime, isto é, a um "somozismo sem Somoza", que manteria intacta a Guarda Nacional.

Passo a passo, preparou-se pacientemente a ofensiva final. Milhares de combatentes foram treinados em áreas libertadas próximas à fronteira com Costa Rica, a opinião internacional foi mobilizada em solidariedade à luta do povo. Desde o México ao Irão, os membros do "Grupo dos doze" — personalidades progressistas — entrevistaram-se com líderes políticos, arrecadaram fundos, compraram armas.

GOVERNO DE RECONSTRUÇÃO

Assim, nos últimos dias de Maio a Frente Sandinista anunciava publicamente o início da "ofensiva final" e convocou o povo a incorporar-se a ela. Em poucas horas, 25 povoações do norte, centro e sul do país foram libertadas. Incapaz de lutar em tantas frentes simultâneas, a Guarda somozista recua para responder com a aviação. Os bombardeios indiscriminados já causaram milhares de mortos, na sua maioria mulheres e crianças indefesas.

Uma semana depois, a 4 de Junho, tem início a greve geral. A 18 de Junho, após libertadas várias áreas da Nicarágua, constituiu-se em São José da Costa Rica o Governo de Reconstrução Nacional que se comprometeu a "devolver à nossa Pátria a Liberdade, a Justiça e a Democracia".

O GRN é presidido por Sérgio Ramirez Mercado, prestigioso escritor e historiador, de 38 anos de idade, que participou activamente nas negociações auspiciadas meses atrás pelos Estados Unidos — através da OEA (Organização dos Estados Americanos) — para encontrar uma "solução política". A participação de Ramirez nessa oportunidade foi decisiva para evitar que se concretizasse o plano de Washington de afastar Somoza e conservar intacta a estrutura do seu poder. Os outros membros da Junta Provisória são Violeta Barrios, viúva de Pedro Joaquim Chamorro, Alfonso Robelo Callejas, líder do Movimento Demo-

crático Nicaraguense que agrupa os empresários progressistas, Moisés Hassan, ex-reitor universitário e representante do Movimento Povo Unido, e Daniel Ortega Saavedra, membro da Direcção Nacional Unificada da Frente Sandinista.

A SOLIDÃO DE SOMOZA

Nessa altura a Costa Rica, México e Panamá já tinham rompido relações com Somoza. Pouco depois o Equador faria o mesmo, e os países democráticos latino-americanos que ainda conservam embaixadas em Manágua anunciam que só as mantêm por "razões humanitárias" (para possibilitar o asilo de perseguidos) e não como apoio ao regime.

Em heróicas batalhas, as principais cidades nicaraguenses caem nas mãos dos sandinistas uma após outra. Nelas é organizada uma administração popular, cuja primeira medida é enterrar ou incinerar os mortos e organizar a distribuição dos poucos alimentos disponíveis. O combate à fome e à ameaça de epidemias pela contaminação da água e a transmissão de infecções pelas centenas de cadáveres insepultos é a primeira tarefa da Reconstrução Nacional.

A luta chega à própria capital. Uma barricada nos bairros de Manágua só é demolida quando já os seus habitantes estão a construir uma outra a cem ou duzentos metros mais atrás. Pilotos revoltados pelo genocídio e não dispostos a obedecer às ordens de bombardear os seus próprios bairros — talvez a sua própria

família — fogem para a Costa Rica com os seus aviões. Os guardas prisioneiros pedem armas aos sandinistas para se incorporarem à luta. Membros importantes do somozismo apressam-se a escapar para Miami.

Numa primeira incursão da recém-criada Força Aérea Sandinista, um avião com as cores vermelha e negra da FSLN bombardeia o próprio "bunker", a fortaleza de Somoza. O êxito militar da operação é limitada, mas o seu impacto político é enorme. A desmoralização da ditadura aprofunda-se.

É nesse quadro que os Estados Unidos decidem jogar a carta da intervenção militar. Mas um desembarque directo de "marines" criaria — como alertou Cuba — um "Vietnam na América Latina". Washington dirige-se à OEA — organismo que lhe deu cobertura na invasão à República Dominicana em 1965 — para pedir apoio. Não propõe evidentemente, defender Somoza. Seria demasiado grosseiro. Sugere uma "Força de Paz" que separe as duas partes em guerra. Como se fossem iguais o exército do tirano e a insurreição popular. Tal "força interamericana" deveria supervisionar a criação de um governo de "reconciliação".

O México foi o primeiro a denunciar essa forma velada de intervenção. O Panamá reconheceu o Governo de Reconstrução e cedeu o seu lugar na OEA a Miguel Descotto, embaixador do Povo Nicaraguense. Com excepção do Paraguai — que apoiou Somoza — e dos regimes militares do

Uruguai, Chile, Guatemala, El Salvador e Honduras — que se abstiveram — a América Latina inteira opôs-se aos Estados Unidos. Finalmente, para evitar a derrota numa votação, Washington juntou-se à posição majoritária e a OEA reclamou a “substituição imediata e definitiva do regime somozista” (ou seja, não apenas o ditador mas também o seu sistema), a instalação de um “governo democrático que inclua a oposição” (o que deixa em liberdade aos países latino-americanos para que reconheçam como tal ao governo presidido por Sergio Ramirez), o respeito aos direitos humanos e a realização de eleições livres (coisa que o GRN já prometeu). x A OEA bloqueou assim — pela primeira vez na sua pouco digna história — a possibilidade de uma intervenção norte-americana “legalizada” e, embora a invasão ainda possa ser uma última carta de Washington para conservar uma área que considera estratégica para a sua “segurança nacional”, os observadores começam a excluir essa possibilidade que se supunha iminente antes da reunião da OEA.

Dois dias depois, o Brasil, cujo governo militar foi um dos mais fortes aliados de Somoza, anuncia a suspensão das suas relações diplomáticas com o regime somozista. Com esse isolamento internacional levado ao máximo e a ofensiva militar sandinista, começam a surgir rumores de que Somoza abandonaria a presidência, deixando ao Congresso a tarefa de eleger-lhe um substituto, provavelmente de entre os parlamentares actuais. Tal ma-



De mão estendida Sérgio Ramirez, escritor e historiador, que preside ao Governo de Reconstrução Nacional

nobra, se é real, dificilmente impediria a vitória da insurreição popular.

A queda de Somoza, na opinião da Frente Sandinista, ainda custará pelo menos uns trinta mil mortos mais. “O problema já não é político e sim psiquiátrico”, disse o líder panamenho Omar Torrijos. Alcoólatra e com transtornos psicológicos profundos — como o ex-Xá do Irão nos seus últimos dias de reinado — Somoza diz que só sairá morto da Nicarágua. Embora nem ele mesmo creia nas suas possibilidades de triunfo, a sua derrota poderá exigir uma quota ainda maior de sangue e sacrifício dos nicaraguenses.

E não terminarão aqui as dificuldades deste povo. A tarefa de reconstruir um país desgastado por 44 anos de ditadura, com o melhor da sua juventude

nos cemitérios improvisados, as suas cidades bombardeadas até à ruína e seus campos arrasados pelo napalm, será um duro desafio.

A etapa política seguinte da Nicarágua não é o socialismo, e sim a da Reconstrução Democrática, declarou Sergio Ramirez. Contudo, é previsível um difícil período de pressões políticas externas para retirar a esse processo o seu conteúdo libertador. Ninguém acredita seriamente que Washington se resignará a perder outro dos seus enclaves sem tentar manobras destabilizadoras como já o fez e continua a fazer em muitas partes do mundo.

Também na Nicarágua, a luta continuará depois da libertação. E uma vez mais, junto com a abnegação do povo nicaraguense, a solidariedade internacional deverá fazer-se sentir.

BOLÍVIA pela revolução nacional e anti-imperialista



*Nesta entrevista exclusiva aos «Cadernos do Terceiro Mundo»,
Hernán Siles Suazo, candidato da Unidade Democrática
Popular (UDP) nas eleições bolivianas e o provável
novo presidente, define o seu pensamento
e as perspectivas da UDP*

Renato Andrade

QUANDO realizamos a nossa entrevista com o Doutor Siles Suazo, a UDP preparava a sua proclamação na cidade de Santa Cruz, um baluarte da direita oligárquica e dos novos sectores privilegiados pelos sete anos de ditadura banzerista. Nas eleições do ano passado, Siles Suazo tinha desistido de realizar a sua campanha em Santa Cruz, após sofrer pressões e ameaças. Na altura, o general Hugo Banzer governava o país.

Pensava-se que agora haveria garantias suficientes para que o candidato da UDP entrasse na cidade oriental. No entanto, o ministro do Interior pediu por carta a Siles que abandonasse o seu propósito de viajar a Santa Cruz. Mas este declarou que viajaria na data prevista, "já que todo o cidadão boliviano tem direito a pisar o solo pátrio".

Na madrugada do domingo 20 de Maio, grupos paramilitares dirigidos pela Falange Socialista Boliviana e afectos ao general Banzer, ocuparam o aeroporto "El Trompillo". O tráfego aéreo nacional e internacional foi paralisado nessa manhã em toda a Bolívia.

Siles Suazo e a direcção da UDP estavam no aeroporto "El Alto" em La Paz, enquanto em Santa Cruz se produziam confrontos armados, que provocaram a morte de dois militantes da UDP e vários feridos. Finalmente, com a intervenção pessoal do presidente general David Padilla, que também estava em Santa Cruz, Siles Suazo aceitou postergar a sua viagem.

Esta introdução, longe de ser um "fait divers", expressa na verdade a resistência latente, agressiva e violenta, que provoca a perspectiva do triunfo "udepista" nas eleições de 1 de Julho na Bolívia.

A nossa conversa com Hernan Siles Suazo decorreu nesse clima de incerteza que envolve as lides políticas bolivianas. Com 65 anos de idade, o candidato da UDP protagonizou etapas decisivas da História moderna da Bolívia, numa vida militante rica e extensa. Junto a Juan Lechín, dirigente da Central Operária Boliviana (COB) — confirmado como seu Secretário Executivo no recente V Congresso da COB — Hernan Siles foi o líder indiscutido da insurreição popular de Abril de 1952.

Depois de acompanhar Victor Estenssoro como seu vice-presidente até 1956,

ganhou nesses anos as eleições nacionais, para se tornar o presidente do período mais crítico da revolução boliviana, "um processo longo, duro, com várias alternativas de libertação e luta", como o define.

Numa passagem, Siles comenta-nos: "A situação presente pode ser qualificada de certa maneira como similar à de 1952". É evidente a sua preocupação de não cometer os mesmos erros, ao ter de enfrentar os inimigos de sempre dos nossos povos. Siles é acusado de ter feito concessões durante a sua presidência de 1956 a 1960 às pressões e exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI). "Naquela época não havia Terceiro Mundo nem as contradições que apresenta hoje a Europa, nesse tempo, dependia-se totalmente dos Estados Unidos", esclarece-nos.

Na perspectiva de conquistar o governo, Siles Suazo tem presentes duas experiências próximas e frustradas: o curto período do general Juan José Torres na Bolívia e a do Chile com a Unidade Popular e Salvador Allende. Mas vejamos o que nos diz o actual candidato da UDP boliviana, na entrevista que nos concedeu.

LIÇÕES DO PASSADO

Doutor Siles, que diferenças e semelhanças se podem estabelecer entre as diferentes etapas da História da Bolívia que você protagonizou e as novas perspectivas que se abrem com o possível triunfo da UDP?

Bom, no ano de 1952 tinha-se continuado esse multitudinário partido políclassista que era o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) sobre a base de um programa que preenchia as reivindicações longamente sentidas pelo país, diria centenariamente. Em seguida, veio uma etapa em que havia que consolidar o processo, mas o general Barrientos interrompeu o curso constitucional com um golpe militar em 1964.

Depois vem o governo do general Torres, que presidia o governo, mas não governava, devido a uma concorrência um tanto infantil entre as diversas tendências da esquerda internacional. Era uma disputa entre trotskistas e o Partido Comunista na Assembleia Popular. Fez-se todo

o necessário para que caísse Torres. Foi então que conheci Banzer.

Banzer, nas vésperas da queda de Torres, chamou-me ao Colégio Militar. Estava ali com o seu Estado-Maior e comandantes de outras unidades. E disse-me que o Exército estava com ele e que não iam admitir serem deslocados por milicianos, que se estava a atentar contra eles. Eu disse-lhe que não acreditava que essa fosse a situação. E pediu-me concretamente que ascendesse ao poder com ele. Eu rejeitei. Disse-lhe que esse acesso ao poder, em circunstâncias de grande fervor revolucionário da classe trabalhadora e na Universidade, só significaria chegar ao poder sobre um estendal de mortos, tanto de operários como estudantes, e, inclusive, sobre um estendal de cadáveres dos seus próprios camaradas, de militares que estavam com Torres.

Isso foi em Janeiro de 1971?

Sim, pouco depois produziu-se a mudança. Torres dizia aos militares: "os operários vêm aí". E aos operários: "os militares vêm". Era uma situação angustiante, tremenda. Torres não tinha um partido que o apoiasse, salvo uma fracção cada vez mais reduzida dos seus camaradas. Era um homem bem intencionado, um patriota, um homem honesto, mas sem experiência política.

A situação actual pode ser qualificada de certa maneira como semelhante a 1952, embora em condições diferentes, porque o tempo não decorre em vão. A UDP, em boas contas, é uma aliança policlassista. Predomina o policlassismo do Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda (MNR-E), numa situação parecida está o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). E como expressão propriamente operária, a do Partido Comunista da Bolívia (PCB) e outras organizações menores. Do lado oposto constituiu-se a aliança do MNR de Paz Estenssoro e a outra parte do Partido Comunista Marxista-Leninista, pró-chinês, a Democracia Cristã, etc. A luta política está-se a polarizar em torno destas duas frentes.

Qual é a diferença da aliança que apoia Paz Estenssoro e a UDP que você encabeça?

Considero que a UDP é uma frente mais autêntica, maioritária na sua composição policlassista e com a adesão de várias entidades menores, além de que se baseia em duas posições. A posição da esquerda nacional e a posição encabeçada pelo PCB. Mas com a coincidência de que o PCB, como nós, ter declarado que assumia uma posição democrática e que é autónomo de pressões que possam vir de fora, coincide connosco com respeito a avançar na democracia, numa democracia pluralista. E creio que a sua presença, pela excelente estrutura sindical que tem e os seus bons quadros dirigentes, pode ser um factor de tranquilidade e segurança social, ou, seria mais próprio dizer, de neutralização da demagogia que sempre se dá no campo sindical. Daí que a UDP tenha maioria na COB e também maioria como organização política.

PROGRAMA NECESSÁRIO

Tudo indica que nenhum candidato vai ter a maioria absoluta, salvo no caso excepcional de a UDP conseguir esse objectivo que se propôs de chegar ao milhão de votos. Tão-pouco parece fácil imaginar que um presidente possa governar sem fazer alianças partidárias, seja para escolher o presidente, para constituir o governo ou para tomar medidas de transcendência. Para o caso, pensou-se em algum tipo de alianças com algum outro sector político?

Bom, falou-se muito disso, mais informalmente que oficialmente. Que se não se atinge os 51 por cento, o sector que resultar com um maior número de representantes eleitos tenha o apoio do sector "movimentista" que lhe siga em segundo lugar. Nós temos dito que isso poderia ser, mas sobre a base de um programa a ser posto em prática no governo. E se há coincidência, poderia ser. Temos insistido em que o fundamental seria o programa, porque queremos ser consequentes com aqueles que formam a UDP, que o programa que temos proposto em linhas gerais seja cumprido. Então, com base nesse programa, entrar-se-ia a considerar a situação. Somente sobre a base de um programa concordáramos em decidir quem seria o presidente.

Doutor Siles, o regime de Banzer deixa

Banzer deixa uma herança
negra



uma herança que poderíamos qualificar de negra, tanto na economia como em geral, no social e político. Quais seriam as medidas imediatas que adotaria o seu governo nesses campos, no caso de vir a ser o presidente?

Em primeiro lugar, cortaria drasticamente as importações sumptuárias. Em segundo, dismantlaria de imediato todo esse aparato de corrupção que trafica economicamente e prejudica os interesses nacionais, no plano econômico, particularmente, através do contrabando oficial ou do encarecimento dos equipamentos e bens de capital que se importam, devido às "mordidas", como dizem os mexicanos, em cada operação que se realiza.

Noutro plano, faríamos uma drástica diminuição das remunerações dos quadros da burocracia nacional e estatal. Saneáramos a COMIBOL (Confederação Mineira da Bolívia), a YPF (Yacimientos Petrolíferos) e a CBF, que se constituíram em uma espécie de feudos dos remanescentes da clientela da ditadura. E faríamos investimentos se conseguíssemos crédito, e creio que poderíamos conseguí-los, para incrementar a mineração, a exploração petrolífera e, fundamentalmente, faríamos um grande esforço para incrementar a produção camponesa, a produção e desenvolvimento rural.

DÍVIDA EXTERNA E DESENVOLVIMENTO

Em relação à dívida externa, é um fac-

to evidente que se multiplicou por cinco o que era em 1970, e isso implica uma perda muito grande de divisas que o país deve pagar nos próximos anos, nos duros termos em que foi negociada. Qual será a política da UDP neste terreno?

Nós procuraremos renegociá-la a procurar que sejam créditos suaves e a longo prazo. Porque grande parte da dívida externa, que inclui a dívida pública e a privada, fez-se a curto prazo e a pagar juros muito elevados que não estamos em condições de pagar. Recorreremos, também, na medida do que estiver ao nosso alcance, a créditos no Mundo Árabe e também a créditos europeus de governo a governo, que normalmente têm taxas baixas e são a longo prazo.

Quais são os planos econômicos a longo prazo que o seu governo abordará?

Uma das nossas principais preocupações é a do desenvolvimento industrial. Fala-se muito do desenvolvimento industrial. Mas não se tem presente que todo o desenvolvimento industrial, se quer ser próprio e não dependente, deve partir da instalação de uma siderurgia. O emprego de recursos energéticos, como o gás, é outra possibilidade que, estudada em conjunto, pode dar lugar à exploração da riqueza em condições favoráveis para o nosso país. E nesse aspecto, preocupa-nos que esse desenvolvimento seja fundamentalmente de benefício para o país produtor e não um factor de dependência.

Daí que esteja também nos nossos planos a busca de uma comercialização diversificada, mas naturalmente económica quanto a custo e transporte. E essa possibilidade se dá na comercialização com os principais países vizinhos carentes de energia que desejam os recursos energéticos que possuímos.

A utilização do gás, por exemplo, far-se-á segundo a avaliação do que necessitamos em 10 ou 15 anos para o nosso desenvolvimento interno. Os excedentes serão comercializados. Felizmente, até agora, as informações de tipo económico coincidem em que teremos possibilidades de avaliar e reservar todo o necessário para o consumo e para o nosso desenvolvimento nos próximos anos e também para exportar parte deles.

E isso, por sua vez, tem relação com a nossa angústia pelo transitório esgotamento dos recursos petrolíferos. Seria então uma compensação, o consumo interno do gás, a sua transformação e as possibilidades de exportação.

OS MILITARES

Que riscos pensa você que pode enfrentar, tanto o governo da UDP como a actual Junta Militar, de tentativas de golpe militar?

Creemos que os sectores militares que se enriqueceram inconfessavelmente, que são responsáveis pela sangrenta repressão e de factos como o massacre de campesinos em Tolata ou de crimes políticos, vão conspirar até o fim e até ao último homem para evitar que se democratize o país, precisamente pelo temor a julgamentos por responsabilidades que os ponham frente à Justiça.

Por outro lado, se se tenta agora retroceder das eleições e prolongar um regime de facto, nas Forças Armadas sabe-se que haverá três tipos de reacções: a primeira no seio das próprias Forças Armadas, onde nos seus sectores jovens, principalmente dos maiores para baixo, há uma decisão, segundo informações sérias que nos merecem crédito, de manter este processo de institucionalização sob a presidência do general Padilla.

Em seguida, existe a decisão da direcção colectiva da UDP de apoiar o general Padilla, na hipótese de ser ameaçada a sua

decisão de constitucionalizar o país, para consolidar o seu governo e, através dele, consolidar as próximas eleições. Também as organizações sindicais estão dispostas a sair às ruas a defender os legítimos direitos políticos e sociais do povo boliviano.

Que política seguirá em relação às Forças Armadas, como instituição?

Disse em mais de uma oportunidade que, se a UDP chegar ao poder, pedirá-mos às Forças Armadas que compartilhem as responsabilidades do exercício do poder. Particularmente naquelas pastas que têm a ver directa ou indirectamente com a protecção dos recursos naturais que podem ser qualificados de estratégicos...

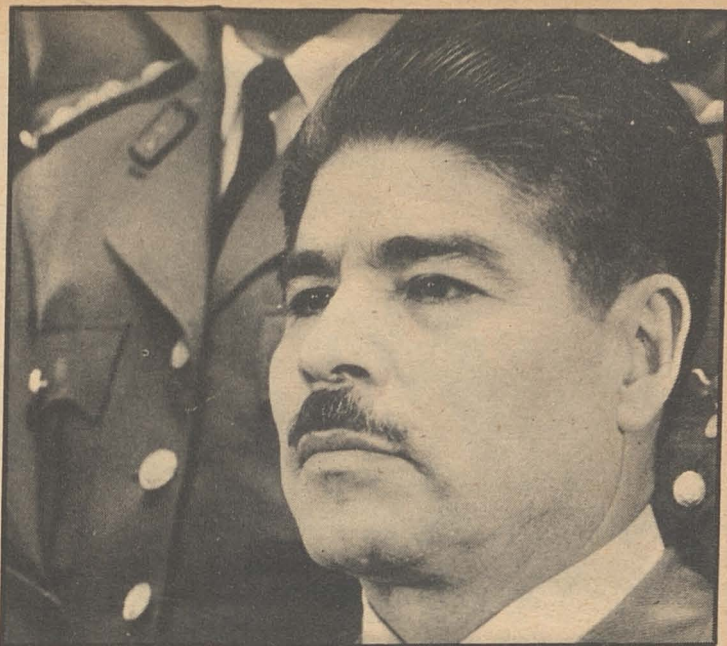
Quer dizer que outorgaria aos militares, como instituição, postos importantes na direcção da economia nacional?

Particularmente no controle das matérias-primas ou recursos naturais estratégicos.

SAÍDA MARÍTIMA

Qual será a política que seguirá o seu governo no problema marítimo para conseguir uma saída soberana para o Pacífico?

Bom, há dois caminhos. Um é a longo prazo. Buscar permanentemente, com a participação maioritária e com investimentos nos sectores chaves da economia nacional, o fortalecimento económico e social do país, com a implementação da educação, de uma assistência adequada, mas fundamentalmente implementando a produção energética, a produção agropecuária e a produção mineira. Esse fortalecimento, ao integrar o país e estabelecer uma autêntica democracia pluralista com justiça social, penso que a prazo, e em contraste com os limitados recursos naturais do Chile, poderá dar-nos uma situação que nos permita propor uma solução para este problema já centenário para nós, em termos que pudesse ser uma negociação, inclusive económica. De nenhuma maneira com compensação territorial, como se propôs no tempo do abraço de Banzer com Pinochet.



General Juan José Torres:
«era um patriota», mas
«não tinha um partido que
o apoiasse»

Além disso, como há um estado de consciência nos Estados e povos latino-americanos sobre a injustiça cometida contra a Bolívia, insistir constantemente nos foros internacionais, nas reuniões das Nações Unidas, chamando a atenção sobre a nossa reivindicação marítima, que, por outro lado, nem sempre é compreendida adequadamente, pois, na prática, 99 por cento dos latino-americanos não conhecem a angústia que é a asfixia de um país mediterrânico. O Peru tem cerca de quatro mil quilómetros de Costa; o Chile também, e os outros países em proporção semelhante. E nós temos em conta que a exploração da riqueza marítima está nos seus começos, e que é possível, segundo informações técnicas, que no mar haja mais recursos do que na terra, para os países que têm o privilégio de contar com costa marítima.

Há muito tempo que a Bolívia aspira a integrar-se como membro pleno do Movimento dos Países Não-Alinhados. Actualmente, participa das suas reuniões como observador. No próximo mês de Setembro, reunir-se-á em Havana, Cuba, a VI Cimeira de presidentes e chefes de Estado e governos dos países não-alinhados. Se você fosse eleito presidente, participaria dessa reunião em representação do governo boliviano?

Sim, senhor participaria. Porque penso que um grande apoio para a nossa situação de mediterraneidade, para as limitações da nossa economia, para as possibilidades de progresso, dá-se mais através do apoio dos países do Terceiro Mundo, que de uma ou outra maneira configuram situações parecidas à nossa, do que por outra via.

SOMOS NACIONALISTAS, SOMOS REVOLUCIONÁRIOS

Que implicações considera que existem no facto de o PCB, que embora autónomo tem uma inclinação pró-soviética, apoie e integre a UDP e, por outro lado, o PC pró-chinês participe na aliança com Paz Estenssoro? Qual é o significado deste facto?

Bom, mais que significado, parece-me que simplesmente isso reflecte o que se dá no campo internacional. Onde está o PCB não está o PC pró-chinês, e vice-versa.

Em relação aos problemas internacionais, quais são as suas relações com a Internacional Socialista?

Temos uma relação que provém de um



convite que nos formularam há algum tempo, para uma reunião que se fez em Caracas, onde se reunirão os partidos da Internacional que você mencionou. E depois concretizou-se em Lisboa, com o tema dos processos de democratização na América Latina. Cada representante dos movimentos convocados informava da situação prevalecente no seu país. Nós informamos brevemente o que acontecia na Bolívia, como um fenómeno próprio, com influência, mas muito restrita, do que ocorre fora da Bolívia.

Além disso, nós guiámo-nos pelas nossas experiências do ano de 1952, e temos em conta que 1952 foi repetido, vinte anos depois, no Chile, mas sem a unidade que havia na Bolívia de 1952, com os resultados que todos conhecemos. Particularmente, na minha opinião, porque não se fez uma reforma agrária a fundo e não havia uma unidade propriamente dita. Existia o Partido Socialista com Altamirano, por um lado, ou com Aniceto Rodriguez, por outro; existia o MAPU e outras organizações como o PC, etc. E a inflação foi um dos factores determinantes da queda de Allende, conjuntamente com a pressão imperialista que também se deu então.

Mas o lamentável, que eu vi — porque estava em Santiago nessa época —, era que a Unidade Popular só tinha unidade no nome. Havia uma constante e acirrada disputa pelo poder dos seus integrantes.

Mas qual é o raciocínio político que explica a vinculação de vocês à Internacional Socialista?

Nós não temos nenhuma vinculação

com a Internacional Socialista. Fomos convidados pelo facto do resultado eleitoral do ano passado. Não aderimos nem sequer na qualidade de observadores. Mas cremos necessário estabelecer esse contacto como apoio internacional, pelo menos como caixa de ressonância das denúncias de uma situação que se estava a criar, de recuperação, de retomada e actualização da revolução de 52, sob o signo dos rescaldos da ditadura. Essas reuniões foram no ano passado. Contudo, não temos nenhum vínculo ou ligação ideológica.

Nós continuamos a propor o caminho não esgotado de levar adiante a Revolução de 52, da Revolução Nacional e anti-imperialista. E nesse aspecto, temos mantido uma independência que é conhecida.

Somos nacionalistas, somos revolucionários, e não vamos abdicar dos nossos princípios e tão-pouco vamos tentar transgredir as realidades nacionais.

Vale a pena citar o que acaba de dizer o secretário-geral do Partido Comunista da Bolívia, numa exposição para a televisão: "Não estão dadas as condições para o socialismo no nosso país; há que cumprir-se ainda várias tarefas colocadas pelo nacionalismo revolucionário anti-imperialista".

Cumpridas essas tarefas, que levarão anos, ir-se-á avançando e contribuindo para as lutas de libertação de outros povos que vêem com singular interesse este processo democrático, este processo pacífico da chegada da UDP ao governo para cumprir o seu programa.

O EXEMPLO DA UDP

Quais são, na sua opinião, as perspectivas da UDP como movimento frentista?

A UDP é uma experiência que não se dá desde há muitos anos. Noutros países da América Latina, os diversos sectores de esquerda não conciliam os seus interesses para conservar militâncias, e não realizam as aspirações colectivas maioritárias.

Na unidade boliviana, na UDP, há duas tendências com uma grande coincidência. Existe a tendência da esquerda nacional encabeçada pelo MNR-I, conjuntamente com o MIR e outras organizações como o



«...levar adiante a
Revolução de 1952»

CERNA, e existe uma tendência marxista tipificada pelo PCB. Mas qual é a grande coincidência que nos une, e que nos unirá durante um longo tempo com a experiência de que no processo de luta se dê uma grande unidade popular? É a vigência da liberdade, da democracia, da dignidade humana, a luta contra o fascismo e o esforço comum por incrementar a produção nos principais sectores da actividade económica, para benefício dos bolivianos e na defesa dos interesses bolivianos.

Por isso se vê na UDP um exemplo. E o que é mais importante pontualizar: essa unidade está-se a dar fraternalmente, lealmente. Entre os dirigentes da UDP há um acordo leal, sem rebuços. Não temos nada a esconder. Cada partido, dentro da esquerda nacional ou da esquerda de inspiração marxista, sabe quais são os limites que permitem levar adiante a construção de uma nova sociedade, e sabem, também, que não se podem transpor esses limites, sem colocar em risco de fracassar, esse grande projecto de unidade nacional e de progresso social e de avanço político ao serviço das novas gerações.

Neste avanço, estamos dispostos e queremos uma conjugação dos esforços de todas as pessoas progressistas deste país, incluindo as Forças Armadas, para o seu fortalecimento, não como exército de ocupação, mas como exército de defesa

da nossa soberania. Como exército que partilhe a responsabilidade do exercício do poder, e noutro plano, que suceda isso também com aquelas iniciativas privadas de empresários que uniram o seu destino ao destino nacional.

Queremos uma democracia pluralista, onde se discutam as diversas ideologias, onde ninguém que divirja no pensamento corra o risco de ser levado aos antros policiais, presos e sem direito à defesa.

Interessa-nos a crítica e a discussão ideológica em todos os planos. Porque enriquece as ideias e dá oportunidades a que o que é contribuição positiva na crítica seja adoptado pelo governo. Não vamos rejeitar programas, ideias, as críticas que ajudem a construir e não a destruir.

Estamos dispostos a conquistar os profissionais liberais, os técnicos e as instituições cívicas que estejam de acordo com os interesses económicos do povo boliviano com o nosso programa, quaisquer que sejam as suas ideologias, já que o que nos interessa são os bolivianos. Para construir juntamente com a UDP uma nova sociedade, que abra as perspectivas de engrandecimento da nossa pátria, e, ao mesmo tempo, que seja um exemplo para as outras esquerdas, sejam nacionais ou internacionais — mas fundamentalmente nacionais —, para que sigam o nosso exemplo.

BRASIL

Ressurgimento do Partido Trabalhista Brasileiro



Reunidos em Lisboa, 120 trabalhadores brasileiros recolhem a herança e a experiência da história recente das lutas populares do Brasil, para impulsionar a organização de um novo PTB

Mário Osava

R ECONHECENDO que é urgente a tarefa de libertação do nosso povo, resolvemos nós, brasileiros, que optamos por uma solução trabalhista, encontramos-nos em Lisboa. E se o fizemos fora do país é porque o exílio arbitrário e desumano impediu este encontro no lugar mais adequado: a Pátria brasileira."

Essas palavras iniciam o comunicado final do "Encontro dos trabalhadores do Brasil com os trabalhadores no exílio", realizado em Lisboa, nos dias 15, 16 e 17 de Junho passados. Cerca de 120 brasileiros engajados na tarefa de reconstrução do Partido Trabalhista do Brasil (PTB) estiveram reunidos para debater questões ligadas à situa-

ção política actual no Brasil, especialmente a reorganização partidária, e os princípios que deverão orientar o novo PTB.

Não se tratou de um congresso. O encontro não teve conclusões deliberativas, apenas sugestões que servirão para uma discussão mais ampla, no Brasil, e que deverá culminar na realização de um "Congresso



Nacional de Organização do novo PTB", marcado para 19 de Abril de 1980, no Rio de Janeiro. Essa data marca o aniversário de nascimento de Getúlio Vargas, ex-presidente do Brasil e patrono do PTB.

Leone Brizola é o grande dinamizador desse trabalho de reorganização, tarefa a que se dedica desde que foi expulso do Uruguai por pressão do regime brasileiro, em fins de 1977, após 13 anos de asilo político naquele país. O encontro foi o resultado de um ano e meio de intensas discussões, contactos e viagens, e deverá dar um grande impulso aos "Seminários trabalhistas", (reuniões amplas de dezenas, e até centenas, de pessoas que debatem a criação desse partido) e às articulações de lideranças em torno do projecto.

RENOVAÇÃO

O projecto do novo PTB tem conseguido aglutinar não só os antigos trabalhistas, mas também outros líderes do processo interrompido com o golpe de 1964 e que não pertenciam ao PTB. É o caso de Francisco Julião, o famoso líder das Ligas Camponesas, e outras figuras da esquerda, alguns dos quais oriundos

do antigo e extinto Partido Socialista Brasileiro.

Do encontro participaram ex-Ministros do governo do deposto de João Goulart, onze actuais deputados federais e numerosos ex-parlamentares que tiveram os seus mandatos cassados pelo regime militar. Entre estes últimos, destaca-se Lysâneas Maciel, combativo oposicionista, excluído há quatro anos do parlamento por medida de excepção.

Para além desses líderes ligados às lutas populares dos últimos trinta anos, é importante notar que o projecto trabalhista incorporou também uma nova geração que se formou politicamente na resistência à ditadura brasileira, inclusive por meio da luta armada, nos anos mais duros, entre 1968 e 1973. Na exposição com que inaugurou o Encontro, Brizola considerou que esses jovens incorporaram ao PTB uma experiência adquirida na resistência e no exílio, assim como um património político da oposição levada às últimas consequências, num período em que a luta clandestina tornou-se a única via possível. Essa, digamos, "geração de 68" poderá adquirir um papel renovador, de ponte entre o "PTB histórico" e uma ju-

ventude que é parte maioritária da população, e tem do trabalhismo uma noção muito distante.

O plenário do Encontro de Lisboa estava composto por cerca de 70 pessoas vindas do Brasil e umas cinquenta que estão exiladas em países europeus, no México, nos Estados Unidos, na Argélia e no Panamá. Como ventos reencontros de velhos amigos e companheiros separados pelo exílio tiveram lugar nesse evento, o primeiro a reunir tantos exilados com políticos actuaes no Brasil.

Dois dirigentes sindicais dos metalúrgicos do Rio de Janeiro tiveram a surpresa de se encontrarem com o antigo presidente da Federação que hoje dirigem: o velho trabalhista e líder sindical Benedito Cerqueira, exilado desde 1964, que pôde assim contactar com a geração que o sucedeu.

PORQUÊ O PTB?

Nenhum dos partidos dissolvidos pelo regime militar há 13 anos tem a sua reconstituição lançada publicamente, nem provoca a mobilização, as controvérsias e disputas que a proposta trabalhista tem suscitado.

O PTB conta com um

factor considerado fundamental por quantos se lançaram ao projecto da sua reconstrução: a "memória histórica". O PTB era o maior partido brasileiro na ocasião do golpe e o seu líder era o então Presidente João Goulart (já falecido), cujo governo tentava concretizar um amplo programa de "Reformas de Base": reforma agrária, limitação da remessa de lucros para o exterior pelas transnacionais, nacionalizações, reformas no ensino.

O golpe de 1964 foi dirigido directamente contra esse programa e o movimento popular dirigido pelo PTB. O que levou o intelectual norte-americano Paul Sweezy, teórico do socialismo, a definir a intervenção Militar como "contra-revolução preventiva".

Os quinze anos de ditadura, impuseram uma política oposta à anterior, com crescente concentração do rendimento e repressão às manifestações populares. Sem novos movimentos ou líderes que proponham alternativas viáveis, é natural que o povo mantenha o PTB como um ponto de referência ainda vivo.

O comunicado final do Encontro de Lisboa refere-se ao passado dessa forma:

"...Apesar de termos tido numerosas deficiências, não foi por elas que caímos. Fomos derrubados, isto sim, em virtude das bandeiras que levantamos. A velha classe dominante brasileira e os agentes internos do imperialismo, não nos podendo vencer pelo voto, exvluiram-nos pelo golpe.

"A verdade, que afinal se fez evidente (depois de copiosamente comprovada) é que o governo (trabalhista)



Excertos do Comunicado Final

"A tarefa de organizar com o nosso povo um Partido verdadeiramente nacional, popular e democrático é cada vez mais premente. (...)

Analisando a conjuntura brasileira, concluímos pela necessidade de assumirmos a responsabilidade que exige o momento histórico e de convocarmos todas as forças comprometidas com os interesses dos oprimidos, dos marginalizados, e de todos os trabalhadores brasileiros, para que nos somemos na tarefa da construção de um Partido Popular, Nacional e Democrático, o nosso novo PTB, Tarefa que não se improvisa, que não se impõe por decisão de minorias, mas que nasce do encontro do povo organizado com a iniciativa dos líderes identificados com a causa popular.

Nós, trabalhistas, assumimos a responsabilidade desta convocatória, porque acreditamos que só através de um amplo debate, com a participação de todos, poderemos encontrar o nosso caminho para a construção no Brasil de uma sociedade socialista, fraterna e solidária, em Democracia e em Liberdade.

... queremos representar para o povo brasileiro o espírito da tolerância e da fraternidade. ... participaremos ao lado do nosso povo em todas as suas lutas, e porque o nosso projecto é profundamente democrático, procuraremos alianças com todas as outras forças também democráticas e progressistas do nosso país. ... militaremos activamente em todas as frentes e, porque o nosso projecto é pluralista, não pretendemos absorver ou manipular os sindicatos ou as organizações populares das mais diversas origens.

No plano da acção política, duas tarefas se impõem com a maior urgência a todos os trabalhistas.

Em primeiro lugar, a luta por uma Amnistia Ampla, Geral e Irrestrita de todos os patriotas brasileiros perseguidos pela sua resistência à ditadura.

Em segundo lugar, a luta pelo retorno à normalidade democrática que só se efectivará no Brasil quando, após a reimplantação da liberdade de organização partidária, o nosso povo eleger a Assembleia Nacional Constituinte".

do presidente João Goulart foi derrubado por uma ação conjunta. Os latifundiários temiam a lei da Reforma Agrária que, com a nossa presença no Congresso Nacional, seria inevitável. Por sua vez, o governo norte-americano de então planejou e coordenou o golpe para evitar a aplicação da Lei de Remessas de Lucros que poria termo à espoliação do Brasil pelas empresas multinacionais."

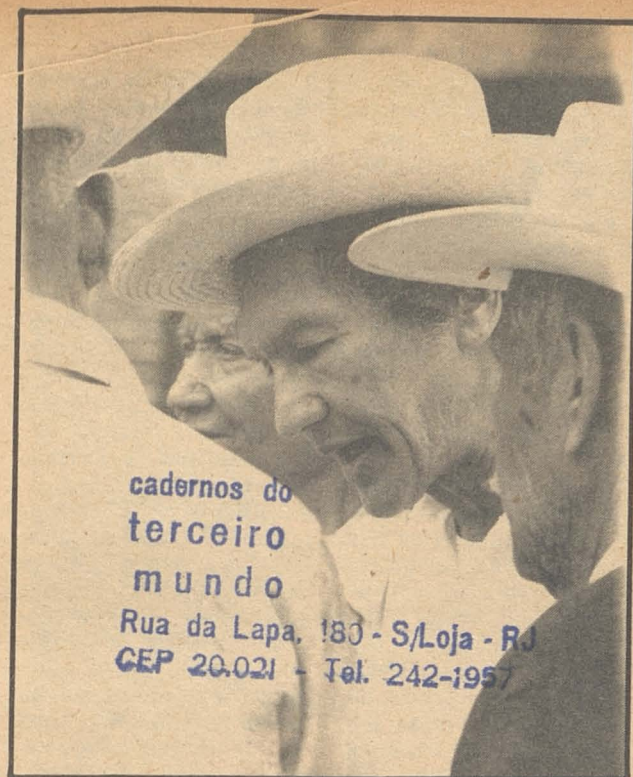
Uma forte herança nacionalista faz parte da identidade do trabalhismo brasileiro, tal como se encontra formulado na "Carta-Testamento" de Getúlio Vargas (escrita no dia do seu suicídio a 24.8.1954 — Ver "Cadernos do Terceiro Mundo" n.º 1) um dos documentos básicos do PTB.

Essas raízes tornaram o ressurgimento do PTB uma proposta de grande atractivo, cujo avanço parece irreversível e provoca apaixonadas reacções, tanto favoráveis como contrárias. O Encontro de Lisboa, apesar das inúmeras limitações e de não ter sido deliberativo, provocou amplas repercussões no Brasil.

A NECESSIDADE DE MAIOR ORGANIZAÇÃO

"O Presidente Getúlio Vargas suicidou-se com um tiro no coração porque não tinha o povo organizado a respaldá-lo", disse Leonel Brizola na longa exposição de três horas sobre as suas sugestões de princípios norteadores do novo PTB.

Com essas palavras, o dirigente trabalhista realçava a importância que confere ao que chamou "auto-organização da sociedade" e à



Francisco Julião: no exílio, entre camponeses mexicanos

construção de um grande partido popular. à necessidade de sólida organização política e social de todo o povo para viabilizar um governo progressista, para que a tentativa de concretizar medidas populares não dessemboque novamente na renúncia, como ocorreu em 1954, com o suicídio de Vargas, e em 1964, com golpe sem resposta.

O Encontro de trabalhistas confirmou no seu comunicado final essa abordagem da questão:

"A experiência histórica nos ensina, por um lado, que nenhum partido pode chegar e se manter no governo sem contar com o povo organizado e, por outro, que as organizações populares não podem realizar as suas aspirações sem

partidos que as transformem em realidade, através de políticas de poder do Estado. A falta de respaldo popular organizado pode levar a situações dramáticas como aquela em que o Presidente Getúlio Vargas foi forçado a dar um tiro no próprio peito. Partidos e povo organizado constituem, por conseguinte, as duas condições fundamentais para a construção de uma sociedade democrática."

Várias manifestações do plenário — aplausos, intervenções — apoiaram a preocupação de se tentar superar as deficiências organizativas do passado. E quase ao final do comunicado pode-se observar a seguinte advertência: "A nova proposta começa com a repul-

sa àqueles que vêm no resurgimento do PTB uma sigla de fácil curso eleitoral. A nossa proposta tem um sentido claro de opção pelos oprimidos e marginalizados”.

Trata-se de um ambicioso projecto, cujos objectivos são de longo prazo, a julgar pelas intervenções dos participantes, inclusive de Leonel Brizola, que disse confiar em que o PTB estará no centro da história brasileira nas próximas décadas.

Os trabalhistas reunidos em Lisboa anunciaram o seu compromisso com três tarefas básicas: “reconduzir o Brasil a uma institucionalidade democrática”; “levantar as bandeiras do Trabalho para reimplantar a liberdade sindical e o direito de greve, e para a ampliação constante dos direitos dos trabalhadores”; e “reverter as directrizes da política económica, com o objectivo de afirmar, em vez do primado do lucro, a prioridade de dar satisfac-

ção às necessidades vitais do povo”.

Uma radiografia da situação económica-social brasileira, com ênfase no fenómeno da marginalização como fenómeno central e necessário do modelo adoptado pelo regime militar do chamado “milagre económico”, conduz o novo trabalhismo a considerar prioritária a solução do “problema máximo que é o da marginalização” que converteu “a força de trabalho nacional num exército de excedentes”.

Na sua exposição programática e doutrinária, Brizola enumerou alguns dados do trágico custo social do capitalismo selvagem imposto ao Brasil: a miséria que chega a afectar o desenvolvimento mental de milhões de pessoas — cerca de 10% do total da população — quando não a própria sobrevivência biológica. Segundo o comunicado final, os trabalhistas se propõem defender prioritariamente quatro categorias de

desfavorecidos:

1. os milhões de crianças abandonadas e famintas, condenadas à delinquência, bem como o meio milhão de jovens que anualmente chegam aos 18 anos “analfabetos e descrentes da Pátria”;

2. os negros e índios que “além da exploração geral de classe, sofrem uma discriminação racial e étnica”;

3. as mulheres, cujos direitos não são reconhecidos, muitas vezes sujeitas à dupla jornada de trabalho e a humilhações;

4. o povo trabalhador do Norte e do Nordeste, duplamente espoliado — pela “economia local obsoleta” e pelo “colonialismo interno exercido pelas unidades mais ricas da federação”.

OPÇÕES IDEOLÓGICAS

O debate de temas ideológicos, centrado na questão do socialismo, do modelo de sociedade que o PTB propor-se à a cons-

Moção Aprovada

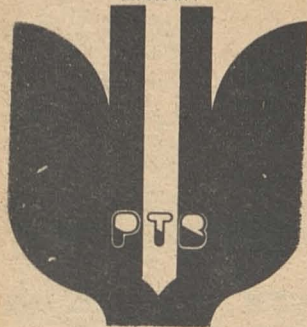
Lisboa, 17/6/79

A representação de base trabalhista do México propõe ao Encontro de Trabalhistas em Lisboa um voto de caloroso apoio aos Governos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, que realizam após a independência, seu histórico esforço de organização política e transformação económica e social.

Denunciam as permanentes agressões dos Governos racistas da África do Sul e Rodésia aos Países da Linha da Frente — Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia — e renovam seu apoio à luta dos povos do Zimbábwe, Namíbia e da República Árabe Saharui pela sua independência.

Neiva Moreira — Thiago Cintra — Teotónio dos Santos — Vania Bambirra — Francisco Julião — Raimundo Arroyo — Hebert Souza — Benedito Cerqueira.

ENCONTRO DOS TRABALHISTAS DO BRASIL
COM OS TRABALHISTAS NO EXÍLIO
LISBOA 15-16-17
JUNHO 1979



Leonel Brizola: «estou confiante em que o Partido Trabalhista Brasileiro estará no centro do desenvolvimento histórico do Brasil nas próximas décadas»

truir, ocupou grande espaço no Encontro. A exigência de opções ideológicas claras, tendo em conta a evolução da realidade brasileira e as inquietudes de uma população cuja parcela universitária multiplicou-se foi acentuada por vários intervenientes.

Por outro lado, tanto o plenário, como Leonel Brizola na sua conferência de imprensa que encerrou o Encontro, deixaram claro que os trabalhistas defendem a total liberdade de organização partidária, e que, de acordo com esse princípio, são favoráveis à legalização do Partido Comunista.

Ao mesmo tempo, declararam-se abertos à aliança com todas as forças democráticas e progressistas. Quanto à questão do MDB

(Movimento Democrático Brasileiro, até agora o único partido de oposição permitido pelo regime), longas discussões apontaram no sentido de considerá-lo uma frente parlamentar das oposições, reivindicando os trabalhistas o direito de organizarem-se partidariamente, com uma autonomia que não significa romper a convergência das oposições. Segundo algumas intervenções, a organização do PTB seria, pelo contrário, um avanço dessa oposição, uma conquista democrática que incorporaria, a uma participação mais activa, muitos sectores que não se sentem inteiramente representados pelo MDB nem têm como se manifestarem nos períodos não-eleitorais.

A pergunta de um jornalista, motivada por acusa-

ções de um deputado de São Paulo sobre ajuda da social-democracia alemã para a realização do Encontro, Leonel Brizola desmentiu-as e esclareceu que o único apoio veio do Partido Socialista português, que cedeu a sua sede no Largo do Rato para a reunião e alojou dezenas de participantes nas casas dos seus dirigentes. Quanto às suas relações com os partidos socialistas e social-democratas europeus, Brizola lembrou que o Brasil é um país do Terceiro Mundo, onde qualquer reforma interna choca-se com os interesses internacionais, ao contrário do que ocorre na Europa e nos países de desenvolvimento independente; e que o PTB é um partido de tradições essencialmente nacionalistas.

EQUADOR

«Garantir um governo popular»



Em entrevista exclusiva, o presidente eleito Jaime Róldos Aguilera confidencia-nos as orientações do seu futuro governo, analisa o papel do populismo na América Latina, defende a OPEP e a nova ordem económica internacional, ao mesmo tempo que condena a ditadura de Somoza

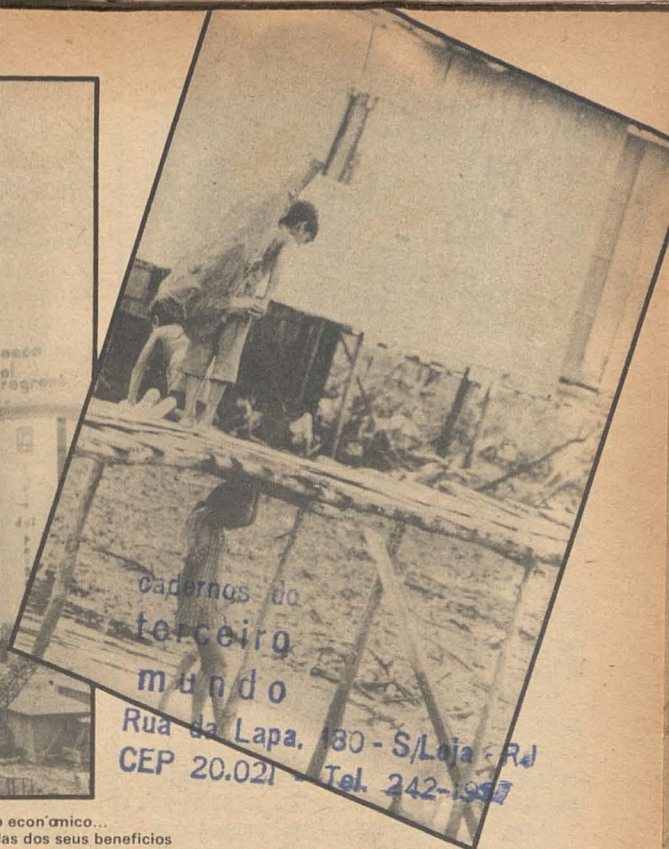
José Steinsleger

EM Junho de 1970, após o triunfo da oposição nas eleições parlamentares para a Câmara de Deputados, o Presidente José María Velasco Ibarra rompeu a Carta constitucional de 1947 e assumiu plenos poderes no Equador.

Não obstante, um ano e meio mais tarde, resolveu convocar eleições presidenciais e outorgar vigência à Carta de 1946 mediante plebiscito. Se tivesse seguido o seu curso regular, o processo teria desem-

bocado, provavelmente, num triunfo da Concentração das Forças Populares e do seu líder Assad Bucaram Elmhalm, ex-alcaide de Guayaquil.

Em Fevereiro de 1972, as mesmas Forças Armadas que apoiaram a ditadura de Velasco Ibarra, interromperam o seu mandato e proclamaram a instauração de um governo militar "nacionalista e revolucionário". Nesse mesmo ano de 1972, o Equador atingiu os seus máximos volu-



A riqueza petrolífera gerou um forte crescimento econômico...
...enquanto as maiorias ficavam marginalizadas dos seus benefícios

mes de exportação de petróleo. Por impulso de uma corrente da Armada, o país decidiu incorporar-se na OPEP, manifestando-se pelo reforço do sector estatal na administração dos recursos naturais.

Outras medidas de raiz reformista foram enunciadas na **Filosofia e Plano de Acção**, programa de governo do general Guillermo Rodríguez Lara. A pressão das companhias transnacionais e dos sectores dominantes no Equador frustraram, no entanto, a essência desses postulados nacionalistas.

Ante a decisão da equipa dirigida pelo então comandante Gustavo Jarrín, os interesses estrangeiros não dessimularam o seu afã intervencionista. A sorte foi deixada à margem dos interesses do povo equatoriano. As companhias do cartel petrolífero conseguiram derrubar Jarrín Ampudia e recuperaram posições ao abrigo das vacilações de Rodríguez Lara.

Essas circunstâncias abriram as brechas pelas quais um sector civil-Militar pode manobrar folgadoamente. Assim, no primeiro de Setembro de 1975, o general

González Alvear abriu fogo contra o Palácio de Carondelet, em Quito, num episódio que, segundo numerosas fontes, teve a participação da embaixada de Pinochet na capital equatoriana.

Rodríguez Lara pode controlar a situação, mas, poucos meses depois (em Janeiro de 1976), foi substituído por uma Junta Militar integrada pelo contra-almirante Alfredo Poveda Burbano, o general Guillermo Durán Arcentales e o brigadeiro general Leoro Franco.

A primeira proclamação do novo governo comunicou ao país a intenção de regressar ao regime de direito. Para isso, encomendou ao general Richelieu Levoyer, ministro de Governo, a elaboração do "plano de reconstrução jurídica do Estado". Certas atitudes políticas de Levoyer, sumamente críticas quanto ao papel intervencionista do imperialismo no Equador, obrigaram-no, porém, a apresentar a sua demissão do Ministério.

Em seu lugar, o referido plano ficou nas mãos do general Bolívar Jarrín Chueñas, o qual, em Dezembro de 1978, teve

que se demitir também devido às denúncias de todos os sectores que o indicavam como o responsável intelectual do assassinato do ex-candidato presidencial, Abdón Calderón Muñoz.

O Plano de Reestruturação Jurídica do Estado prolongou-se três anos e sete meses e consagrou Jaime Róldos Aguilera e Osvaldo Hurtado, da Concentração das Forças Populares (CFP) e da Democracia Cristã, respectivamente, à presidência e vice-presidência do Equador para o período 1979-1984.

No seu posto de "comando" cefepista, na cidade de Guayaquil, o presidente eleito, Jaime Róldos, concedeu uma entrevista em exclusivo aos *Cadernos do Terceiro Mundo*, que agora reproduzimos:

Este é um ano altamente significativo na história do Equador. Como sintetiza o acontecimento, tão rico de singularidades, que possibilitou o triunfo da sua candidatura?

Esta é uma vitória não só de nós próprios, como também da América Latina. Dizia há pouco a uns companheiros do partido e a uns militantes da juventude, que na América muita gente morreu ou continua a morrer pela democracia e que nós, que triunfamos do modo como o fizemos, não podemos lançar pela "borda fora" este processo. Vamos sair da ditadura, mas devemos garantir um governo popular. x O nosso não será unicamente um regime de direito, como também um governo popular materializado pela via popular.

Não podemos cair nos erros de outras latitudes americanas, porque, no caso contrário, não só estaríamos frustrando o povo e a juventude equatoriana, como seria uma frustração para muitos países latino-americanos.

Face ao que está a ocorrer na Nicarágua ou em El Salvador, e o que se passou em vários países do continente, devemos ser muito conscientes de que os passos que dermos a partir da vitória deverão ser passos firmes, de afirmação democrática.

E OS MILITARES?

Quando se decretou a Lei Orgânica das Forças Armadas, o ex-presidente Velasco Ibarra expressou que se havia "anulado" a presidência da República. Essa lei dispôs que a pasta da Defesa Nacional devia

ser exercida pelo oficial no serviço activo de maior antiguidade. A constituição aprovada no referendo de 1978, porém, facultou ao chefe de Estado a nomeação da titularidade dos ministérios. Esta espécie de contradição no aspecto legislativo do executivo e as Forças Armadas, não levanta a possibilidade de conflitos entre ambas as instituições a curto prazo?

Penso que se trata de um conflito resolúvel. O ânimo existente nas Forças Armadas do país, como o podemos constatar nos transcendentais momentos dos últimos meses, foi o de garantir o processo democrático.

Afirmei-o — antes e depois das eleições: existiram minúsculos círculos golpistas, disso não temos dúvidas. Existe, também, um sector civil que joga no golpismo e que pretende hoje de um modo encoberto insistir nesse jogo. É possível que ambos os sectores se continuem a manifestar. Acrescentaria, inclusive, o problema de uma velha guarda confrontada em termos de geração no Equador pelas jovens correntes democráticas. Pensamos que há que tomar consciência de povo e mobilização popular organizada. Não nos lembramos do povo unicamente nos períodos eleitorais, que é, e tem sido, o grande fracasso dos movimentos partidistas da América.

Pensa que o mecanismo legislativo é suficiente para neutralizar o sector golpista que se tem expressado de modo eloquente nos últimos tempos?

Aguarda-nos ainda horas críticas no país.

Avançamos muito, mas resta garantir o triunfo popular. Nele têm um papel determinante tanto o presidente da República como a actuação do futuro Congresso Nacional.

APRENDER DA EXPERIÊNCIA

Alguns políticos do espectro partidário são unânimes em destacar a presença esmagadora da CFP nas câmaras, o que, na sua opinião, dificultaria o exercício democrático. Qual a sua opinião acerca destes temores?

As contradições estão-se a dar de um modo muito amplo, e não só a partir da mera presença de um sector político nas câmaras. O Equador está a chegar a um processo de definições ante problemas

medulares do país. Do meu ponto de vista, isso terá que ser debatido na esfera democrática, garantindo o regime de direito.

Não creio que as alternativas devam buscar-se violando a lei para encontrar uma saída popular. A amarga experiência da América Latina deve dar-nos uma lição e por mais que o refrão diga "ninguém experimenta em cabeça alheia", devemos, sim, ganhar experiência da vida de milhares de latino-americanos.

Devemos andar de acordo "com o chão que temos debaixo dos pés", ser muito firmes no presente mas olhando o amanhã. Reafirmo-o nas teses de mudança. O fundamental do processo é a mudança de acordo com as condições do país. Não é uma mudança radical: é um primeiro intento de um processo de alteração que avançará segundo o permitam as condições históricas, culturais e económicas do Equador.

Doutor Roldós, parece que podemos distinguir três períodos na história do seu movimento, a Concentración de Fuerzas Populares: o 1.º, protagonizado pelo seu fundador Carlos Guevara Moreno; o 2.º, em que descobrimos a figura de Assad Bucaram. E na fase actual, aceita que a CFP se encontra no período de Roldós?

De um tempo a esta parte, a CFP vem atravessando um natural processo de transição. Sem medo de nos equivocarmos, a CFP nasceu como um movimento populista. Diria, inclusive, que ainda se mantém como um grande movimento populista. E não creio que o populismo em si — e não me refiro ao pejorativo do termo, mas à resposta histórica — tenha sido negativo.

Porque face à crise dos partidos tradicionais e à incapacidade de outros sectores políticos para poder canalizar uma situação de mudança, o populismo recolheu o desespero, a angústia dos sectores marginalizados e começou a avançar com medidas concretas. O negativo do populismo radica-se em ficar somente nas respostas conjunturais, nas respostas imediatas aos problemas imediatos.

O FUTURO DO POPULISMO

Essa era a política de Velasco Ibarra?

Exactamente. Penso que há que cami-



O presidente eleito, Jaime Roldós, com o nosso correspondente em Quito, José Steinleger

nhar por uma dupla via: dar respostas imediatas a problemas imediatos que nos esperam amanhã, mas em simultâneo com a solução imediata, planificar a solução duradoura e de longo prazo.

Pois bem, esta solução duradoura não pode ser nunca uma resposta puramente emotiva. Deve ser uma resposta de tomada de consciência. No populismo há uma consciência genérica e uma identidade de comum denominador. O processo da tomada de consciência (parte emotividade e parte comum denominador genérico) dos problemas, com vista a uma racionalização dos mesmos, aprofundar as soluções permanentes.

A CFP está nesta transição: de um grande movimento popular para um grande partido político. À medida que a CFP se reforce como partido político, as mudanças serão transcendentais. No caso contrário, oscilaríamos numa verdadeira gama de situações que implicariam as próprias contradições internas e seriam causa talvez da aniquilação do movimento.

Será possível alcançar uma mínima situação de mudança tomando justamente essas contradições internas que hão-de enfrentar-se num Equador radicalmente dividido tanto económica como socialmente?

Nós partimos da definição estrutural do nosso país. Estamos conscientes de que o Equador é uma sociedade semi-oligárquica, semi-feudal e dependente. Pensamos que partindo de um diagnóstico cabal do que é realmente o país podemos dar soluções. Por isso falamos de mudança.

Não estamos de acordo com esta situação. A mudança terá de dar-se a partir



Exposição na capital do Equador: «o petróleo ao serviço da nação»

das nossas próprias realidades: seus recursos humanos, a tecnologia de que o país dispõe, o avanço político-cultural, a organização popular, a capacidade de mobilizar essa organização popular, etc., etc. Caso contrário, vamos deparar com um abismo entre o que estamos a pensar e o que podemos fazer.

Impulsionaria, em consequência, o seu governo um Equador agro-industrial?

Eu defini-me como um progressista social para responder aos rótulos que nos quiseram aplicar. A aspiração mínima a que podemos chegar é a de pôr o Equador no século XX, modernizar a sociedade equatoriana, fazê-la viver a hora da humanidade, no último quartel do século XX.

REFORÇAR AS ORGANIZAÇÕES POPULARES

Mas tolerariam os responsáveis da crise permanente em que tem desenvolvido o Equador a possibilidade de um Equador industrial autónomo, com certa capacidade de negociação nos mercados internacionais? Não acha que isso desencadearia

a irritação dos círculos de poder internacionais?

Os conflitos ir-se-ão produzir. Chegarão momentos mais críticos que os conhecidos até hoje. Depois de nove anos de ditadura, nada será fácil o que tivermos por diante. O importante é estarmos conscientes dos problemas que se nos avizinham. Vamos colocar soluções para esses problemas, planificando o Estado equatoriano em sua mobilização para vencer esses conflitos em perspectiva.

Tudo isto queremos que seja desenvolvido em termos de legalidade, e foi por isso que propiciámos a nova Constituição, estrutura que responde melhor à hora actual do Equador.

Neste momento, o movimento operário equatoriano continua a lutar pela unificação das suas três centrais sindicais numa organização única de trabalhadores. Em minha opinião, os trabalhadores equatorianos estão enfrentando os mesmos inimigos da CFP. No entanto, enquanto as bases operárias apoiam a CFP, os dirigentes das centrais sindicais, excepto um sector de uma delas, mostram-se reticentes em apoiar plenamente a CFP. Qual será sua política em relação a esses sectores?

Há que fortalecer as diversas organizações populares. Entre elas, obviamente, as diversas organizações de trabalhadores.

Mas no movimento operário equatoriano dá-se uma dupla militância. Uma militância dentro do sindicato e outra fora. Dentro, seguem as directivas dos grandes partidos marxistas. Fora dos sindicatos, os trabalhadores seguem os posicionamentos de outros partidos, basicamente os que impulsionaram no nosso país a CFP.

A CFP nunca teve uma forte organização popular no que respeita a movimentos laborais. Foi sempre mais um movimento eleitoral que tomou posições e defendeu os problemas dos sectores urbanos e marginalizados das cidades e também da classe média; e alguns sectores intelectuais.

NÃO DIVIDIR O TERCEIRO MUNDO

Em relação ao petróleo, recurso fundamental por excelência no Equador durante os últimos anos, as delegações equatorianas na OPEP têm vindo a desempenhar

uma atitude contraditória nos seus procedimentos. Durante a celebração das reuniões periódicas desse organismo, o Equador vota favoravelmente as medidas que asseguram a soberania nacional sobre esse recurso. Mas, nos factos, executam-se políticas contrárias ao princípio de resistência às companhias transnacionais. Poderia adiantar-nos algumas ideias quanto à política do seu governo no seio da OPEP e à exploração petrolífera no país?

Em primeiro lugar, estamos decididos a manter o Equador na OPEP. Em segundo lugar, não só dentro da OPEP como na política internacional do país, manteremos uma consequência com o que afirmamos. Em numerosas ocasiões temos expressado que o Equador é um país do Terceiro Mundo. Dentro do Terceiro Mundo devemos encontrar uma voz para a América Latina, que cada vez mais, vai perdendo um papel de primeiro plano, sem que isso signifique que queiramos alcançar a liderança. Queremos, sim, alcançar a actuação histórica necessária.

Dentro do Terceiro Mundo, a América Latina deve também fazer prevalecer os seus interesses, suas próprias posições junto aos países asiáticos e africanos. Caso contrário, produzir-se-iam contradições de natureza crítica.

Hoje, por exemplo, a Costa Rica inicia uma política contra a OPEP em relação aos preços do petróleo. Mas nem a OPEP, nem os preços do petróleo podem ser julgados em separado, porque aí, sim, vão gerar-se as contradições entre os países produtores de petróleo e os países consumidores do Terceiro Mundo.

Tudo isto somente pode ser considerado dentro da nova ordem económica internacional, na qual o que estamos a defender é um recurso natural que em nenhum caso significa a solução de todos os nossos problemas. E se não o defendemos frente às transnacionais, serão estas companhias as favorecidas. Devemos falar em termos muito mais amplos. Se começamos em termos isolados, vão-se desencadear contradições irreais no contexto da globalidade dos nossos problemas.

Guia do Terceiro Mundo
Rua da Lapa, 180 - S/Loja - R.J.
CEP 20.021 - Tel. 222-XXXX

GUIA
terceiro mundo

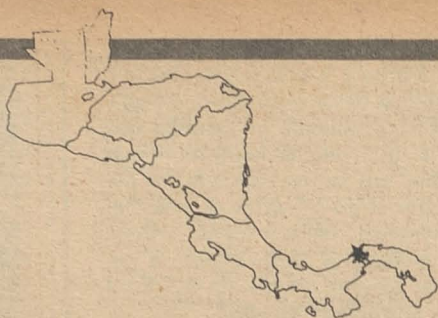
suplemento anual
dos «Cadernos»
foi um sucesso editorial
na edição em espanhol
para 1979.

A versão 1980 está a ser preparada,
também em português,
para sair em Dezembro deste ano



PANAMÁ

**presidente
aristides royo:**



**«vamos entrar na zona do canal
no primeiro de Outubro»**



O Panamá usará todas as formas de luta que sejam necessárias para fazer valer os seus direitos, declara Aristides Royo. O jovem presidente panamenho define, numa entrevista exclusiva para os «Cadernos do Terceiro Mundo», a sua política e as perspectivas do processo iniciado uma década atrás pelo general Torrijos.

Paulo Cannabrava Filho

QUANDO fazíamos a presente entrevista, a Câmara de Deputados dos Estados Unidos discutia as leis que deverão concretizar a execução, pela parte norte-americana, dos tratados assinados por Torrijos e Carter. Tratados que constituem um programa de descolonização a prazo fixo, e, além de reverterem as

terras e os bens da chamada zona do Canal do Panamá, prevêem a transferência para este país de fortes somas em dinheiro para manter a operacionalidade do canal e também como compensação pelos longos anos de privação do usufruto do seu principal recurso natural.

Ao iniciar-se a discussão na Câmara, os

sectores mais reaccionários dos Estados Unidos iniciaram uma campanha contra os tratados e emendas, clamando que o tesouro estadunidense não faça desembolsos por conta da aplicação dos tratados. E pretendem mais, que o pentágono continue a manter um rígido controlo sobre a direcção da nova entidade que deverá administrar a zona do canal.

A pensar nesses factos, fizemos ao Dr. Aristides Royo, Presidente da República do Panamá, a primeira pergunta de uma longa entrevista que ele aceitou conceder aos "Cadernos do Terceiro Mundo".

Dr. Royo, como define as relações Panamá-Estados Unidos neste preciso momento?

No momento, defino-as como umas relações políticas em expectativa. Expectativa porque, de um lado, há (os Estados Unidos) uma administração com desejo de cumprir os tratados. Do outro, há uma corrente dentro do Congresso que pretende que o país não cumpra com os tratados. Por isso, a nossa posição, agora, é reclamar que se cumpram os tratados; assegurar que nós não aceitávamos o seu não cumprimento e entraremos na zona do canal no primeiro de Outubro. No momento, não sabemos se os tratados serão cumpridos. Estamos na expectativa. Mas sabemos, isso sim, que o Panamá fará uso de todas as formas de luta que sejam necessárias para fazer valer os seus direitos.

No caso de serem aprovadas na Câmara estadunidense emendas como a apresentada pelo congressista Murphy, por exemplo, que anulam os compromissos de pagamento ao Panamá, pela operação do canal, como afectaria isso a economia panamenha?

Mais que à economia panamenha, afectaria a manutenção e o funcionamento do canal. Realmente isso não afectaria a reversão dos bens da zona (terras, águas e instalações), mas sim o funcionamento do próprio canal.

Mas é concreta a possibilidade de que não se cumpram os compromissos de pagamento de anuidades e outras transferências de dinheiro que foram estabelecidas nos tratados? Neste caso, como é afectada a economia do País?

Sim, há essa possibilidade. No entanto, os nossos problemas económicos não se resolvem somente com o previsto na execução dos tratados. O Panamá não é só

um canal. Nem pode haver aqui um critério derrotista de que, se os norte-americanos não aplicam adequadamente os tratados, nós não entramos na zona. Nós entraremos na zona. Os tratados não significam a salvação dos nossos problemas económicos. O que viria, por isso, não seria um desajuste económico. O que viria seria uma grande perturbação política.

TORRIJISMO E PARTIDO DA REVOLUÇÃO

Por várias vezes você se proclamou torrijista. Como se pode definir o "torrijismo"?

O torrijismo é uma condensação das lutas estudantis de várias gerações de panamenhos. É a reafirmação do que deve ser um governo honesto. É o ter erguido as bandeiras da luta contra o enclave colonial, das lutas para que todos os povos do mundo respeitem a nossa luta, respeitem o nosso sistema político, que é um sistema onde há lugar para a participação popular, onde o camponês, o morador do bairro pobre, o operário das indústrias e o professor da escola, juntamente com o empresário, com o pecuarista, decidem a sorte deste país.

É um processo que não se define como socialista, mas tão pouco como capitalista. Um processo que caminha pelo meio, recolhendo a parte boa que possa ter cada sistema. Um processo que respeita a propriedade privada, mas que, ao mesmo tempo, trata de dar terra aos camponeses; que respeita o investimento privado e simultaneamente compreende que o Estado tem de intervir, pois se nos sentássemos a esperar que o investimento privado construía casas para os pobres, morreríamos de impaciência. Um governo de equilíbrio. Um governo que sente que as maiorias o apoiam e que consulta os sindicatos, conversa com os estudantes. Um governo que não reprime e que não recebe ditados de fora. Isto é o torrijismo.

E o PRD, o que é? É o partido do torrijismo? O que propõe o PRD?

O Partido Revolucionário Democrático ergue as bandeiras do torrijismo. Mas o partido deve estar vigilante, a ver para onde vai o processo, a marcar orientações políticas, a indicar caminhos, pois um partido é uma escola. O PRD é um partido que tem de ir à frente do governo, não

é um partido que se constitui em governo.

(A mesma assembleia que elegeu Aristides Royo para presidente, aprovou as leis que estabelecem as novas regras do jogo político que vigoram actualmente no Panamá. Segundo essas regras, serão inscritos legalmente os partidos que obtenham pelo menos trinta mil aderentes e que previamente tenham apresentado os seus estatutos e programa ao Tribunal Eleitoral. O primeiro passo nesse sentido foi dado pelo PRD, ao apresentar no Tribunal um documento programático que tipifica um partido à esquerda das social-democracias mais avançadas da Europa. Documentos que configuram um partido que pretende ser ideológico. O PRD conseguiu inscrever-se, em poucos dias, com mais de 150 mil aderentes. Em seguida, o Partido Liberal inscreveu-se com o mínimo requerido. Aceitaram as regras do jogo e estão no processo de inscrição, o partido Frente Ampla Popular (que apoia o processo), o Partido do Povo (comunista) e o Partido Trabalhista Agrário (direitista). Outros partidos tradicionais, como o Panaminista, de recorte fascista, não aceitaram as regras e contestam o regime. Com este quadro em mente, fizemos ao presidente Royo as três perguntas seguintes.)

Não há contradição entre o propósito de ser um partido de militância que se vê nos documentos programáticos e o partido de massas que acabou por ser o PRD?

Eu creio que não. Creio que teríamos causado muitos danos, se tivéssemos constituído um partido elitista. O partido vai ser conduzido democraticamente por aqueles que se mostrem mais aptos. Os que se sentiam simpatizantes do processo inscreveram-se no PRD, mas há muitos mais que também são simpatizantes do processo e que se inscreveram noutros partidos. O PRD é um partido de massas, é certo, mas é um partido que vai ter disciplina, que tem de ter uma orientação política muito clara.

Qual o alcance que tem para vocês o pluralismo que fundamenta as novas regras do jogo ditadas pelo seu governo?

O pluralismo está aberto no Panamá. As nossas leis permitem toda a classe de partidos com os "ismos" políticos que os caracterizem. No entanto, creio que o único partido que nós não devemos permitir é um partido fascista: um partido

que atente contra as liberdades democráticas e que se fundamente na discriminação. Estamos abertos ao pluralismo, não obstante nos termos surpreendido pelo facto dos partidos que se estão a inscrever não apresentarem uma tipologia ou um "ismo" pelo qual se possam definir. Na maioria são os clássicos partidos que existiram neste país durante muitos anos: partidos com dono. Contudo, creio que o panorama está a clarificar-se e com o tempo encontrar-nos-emos com partidos que representem coisas novas, correntes políticas, e que tratem de atrair a população pela maior ou menor simpatia a essas coisas.

O facto de alguns partidos que representam um caudal de massas não aceitarem as regras do jogo político não invalida o processo político?

Eu creio que não têm nenhum caudal de massas suficiente para invalidar o processo. Esses partidos que não estão a inscrever-se vão jogar a carta da mudança do sistema político. Mas como partido maioritário, o PRD apoia o processo e como a maioria do povo apoia o processo e não uma mudança do sistema político, nós não temos porque mudar. Quando os partidos se derem conta disso, vão aceitar as regras, porque de contrário a história política deste país vai deixá-los para trás. Então vão tratar de conquistar votos para ganhar a Assembleia, e ganhar o Executivo.

SOMOZA, UM PERIGO PARA A PAZ NA AMÉRICA CENTRAL

O processo panamenho autodefine-se como pluralista. Qual é o alcance do pluralismo na execução da política externa do Panamá?

Boas relações com todos os países do mundo, intercâmbio comercial e apoio mútuo. Isso significa o pluralismo para nós, em matéria de política externa.

Porém, o Panamá não mantém relações com muitos países socialistas...

Há países socialistas que nos apoiaram e outros que foram ao Movimento dos Países Não Alinhados apoiar a causa do canal. Noutras palavras, tivemos apoio dos diferentes sectores e toda uma classe de países com os quais mantemos todo o tipo de relações. Mas manter relações não se baseia só em ter embaixadas. Nós te-

perfil de um presidente

cadernos do
terceiro
mundo
Rua da Lapa, 183 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-4957

O Dr. Aristides Royo é talvez o mais jovem presidente da América Latina. A 14 de Agosto completará 39 anos. Nasceu num povoado perto da cidade do Panamá, La Chorrera, numa "casa muito pequenina, de madeira", onde viveu até aos três anos de idade.

"O meu pai trabalhava em Panamá, viajava todos os dias. A minha mãe era professora, mas não exercia a profissão. Dedicava-se a ter filhos. Teve seis, mas só três sobreviveram. Quando tinha três anos, mudámos para Panamá. Logo na idade escolar meteram-me na Escola Pedro J. Sosa, em Calidonia, um bairro muito popular, com muitos "morenitos" de origem jamaicana e aí comecei a aprender um pouquinho de inglês.

"Daí, ingressei no Instituto Nacional, porque a minha grande ilusão era ser "institutor", pertencer à escola de uma geração que se tinha enfrentado com os grandes problemas dos tratados com os Estados Unidos; porque era o colégio onde funcionava inclusive a universidade. Dali saíam os grandes dirigentes do país. Estive aí seis anos. Militei na política estudantil desde o quarto grau. Sou produto da geração de 58, que deu vários mártires à Pátria. Numa manifestação que saiu para ver o presidente Ernesto de La Guardia, houve uma grande repressão e aí morreram José Manuel Aráuz e vários outros estudantes. Por causa disso é que surge o Pacto Colina, um entendimento para que a Guarda Nacional respeitasse a liberdade de manifestação e expressão. Eu estava metido na política e nesse momento senti que tinha de optar: ou fazia política ou estudava. E decidi continuar os estudos.

Escolhi então ir para a Espanha, para a Universidade de Salamanca, uma universidade pequena da província, com muita tradição, onde as pessoas se dedicavam fanaticamente à cátedra. Aí passei cinco anos. Quando me formei, ganhei uma bolsa de estudos do governo italiano para

um curso de pós-graduação em Direito de Navegação e Direito Mercantil.

De volta ao Panamá, trabalhei na procuradoria geral da nação como secretário, depois numa banca de advogados. Preparei um projecto de Código Penal que iria ser apresentado na Assembleia de Representantes, intervi na reforma da Constituição de 1972, fui para a Comissão de Legislação, e em seguida fui Ministro da Educação e depois Presidente.

Toda a minha formação estudantil no Panamá me dá um grande sentido anti-imperialista. A gente passa a adolescência a escutar as intervenções deste século, do século passado, das listas negras e brancas, de quem podia ou não ser deputado. Ao ver um homem como Guillermo Andreve, que se atreveu a dizer que as aulas não iam ser suspensas a 4 de Julho (dia nacional dos Estados Unidos) e que as escolas iam ter as suas bandeiras a meia haste. Um homem com essa coragem, que não só teve de renunciar, como nunca mais pôde levantar a cabeça. Tudo isso me fez pensar que neste país aquilo tinha de terminar.

No aspecto filosófico, eu diria que me influenciaram muito as correntes de Ortega y Gasset, o pensamento de Miguel Unamuno e os grandes homens do meu país como Carlos A. Mendonza, Guillermo Andreve, Belisario Porras. Uma filosofia nacionalista de autodeterminação, de independência.

Creio também que influiu muito a História, o ver como se vai desenvolvendo um movimento de países que decidiram não pertencer a nenhum bloco e tratar de que sejam considerados por si mesmos. Refiro-me a homens como Nehru, Tito da Jugoslávia, refiro a Nasser do Egipto, que influíram concretamente na minha formação.

O meu grande passatempo é a leitura. Leio algo todos os dias. E como exercício corro uns quatro quilómetros todas as manhãs, às cinco horas.

rumo à recuperação económica

Durante os últimos anos, o Panamá sofreu uma estagnação no crescimento económico, com graves efeitos na economia doméstica, no emprego e nos preços dos produtos. Sobre a dimensão da crise e como o governo pensa superá-la, escutámos o Sr. Perez Balladares, ministro da Economia, principal assessor para assuntos económicos e fiscais no anterior governo do general Torrijos.

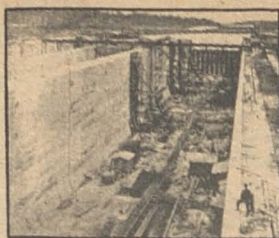
"O que o governo está a tratar de fazer é suportar a crise económica que estamos vivendo desde o ano 74. Nesse sentido, os indicadores económicos do primeiro trimestre do ano são positivos, o que indica que estamos a experimentar um crescimento real da economia.

No aspecto micro-económico estamos tratando de diminuir os efeitos pessoais da crise. A Comissão de Preços e Salários continua a elaborar planos de trabalho para, dentro desse processo de recuperação, manter certo nível aceitável da taxa de inflação. De tal forma que não continuemos, através de preços inflacionados e muitas vezes por importação, a golpear os bolsos populares. Já demos um passo nesse sentido quando, em meados de Maio, concedemos um aumento de salários e congelámos os preços dos produtos de consumo essenciais.

No aspecto macro-económico, desde o início do ano, estamos a fazer um grande esforço por reactivar o investimento privado no país. É preciso deixar claro que o investimento público e o Estado continuam com os seus planos de investimentos, os seus planos de desenvolvimento. Contudo, para produzir a riqueza nova que estamos a buscar, necessita-se, também, da participação da empresa privada.

Com essa política esperamos reactivar o crescimento da economia. O que aspiramos a conseguir este ano é que o crescimento experimentado no primeiro trimestre se mantenha, de tal forma, que não haja um retrocesso às taxas negativas que tivemos, por exemplo, em 1974, 1975.

A taxa de crescimento real, ou seja, depois de descontado o efeito da taxa de



inflação, para a segunda metade do ano passado, esteve em torno de 2,7 por cento. No primeiro trimestre deste ano os indicadores estão em torno de quatro a cinco por cento de crescimento real.

Se pudermos manter essa taxa de 4 a 5 por cento de crescimento real, isso já seria muito bom, pois significaria um novo arranque na economia nacional. É certo que não é o ideal, porque o Panamá esteve a experimentar, noutros tempos, taxas constantes de crescimento em torno de sete por cento anual.

Sendo a proporção da dívida externa do Panamá uma das mais altas do mundo, e tendo que pagar altas taxas de juros, como é que isso afecta o programa de recuperação económica?

Sim, é verdade, mas isso tem uma explicação. É um assunto muito simples. Todos os Estados têm duas fórmulas para financiar os seus projectos: por meio da arrecadação, ou seja, receitas fiscais, ou pela via da emissão bancária, ou seja, criar moeda, fazer dinheiro. O caso do Panamá é muito "sui generis": o Panamá não tem um banco central emissor. Então, a única forma de financiar os investimentos do Estado e os programas de desenvolvimento é por meio da arrecadação fiscal ou por meio do financiamento externo.

Este conceito foi muito bem entendido pelas entidades internacionais, de tal forma que esses critérios usuais, como a relação de endividamento/produto interno bruto, ou endividamento/serviço da dívida, não se aplicam no Panamá. Eles têm outros critérios para o Panamá, porque sabem que se trata de um caso muito típico de uma economia que não pode ser comparada com a da Costa Rica ou Venezuela, por exemplo.

Esse é um assunto que temos que tem que a ver com a natureza da economia nacional. Nós não temos um Banco Central, não emitimos moeda, que é uma das maneiras de financiar os projectos. Nós só temos a arrecadação fiscal e o financiamento internacional para financiar os nossos programas de desenvolvimento.

mos relações com esses países, mas não abrimos embaixadas, contudo há intercâmbio, missões que vão e que vêm. Ter essas embaixadas, é questão de tempo.

Portanto, há intenção de estabelecer relações com esses países?

Nós temos pensado nessa possibilidade, mas ainda não tomamos decisões que dependem de consultas a nível interno do governo. Mas virão. Efectivamente virão. Um país com um canal sobre o qual pendem um tratado de neutralidade e nós vamos agir para que assim seja.

(Convém esclarecer que o Panamá já mantém relações diplomáticas com a República Democrática Alemã, Hungria, Polónia, Jugoslávia, Vietnam e inclusive com a jovem República Saharai, mas não têm esse tipo de relações com a União Soviética nem com a China. Na pergunta seguinte procurámos esclarecer a posição panamenha frente aos Não Alinhados. Royo, pouco antes, havia reiterado num discurso no PPrimeiro Congresso de Presidentes municipais saber se esse compromisso significava a sua presença em Havana na quinta Cimeira dos Não Alinhados, a realizar-se em Agosto/Setembro próximos. Perguntámos-lhe. A sua resposta foi a seguinte:

Irei. A razão é muito simples. Se Torrijos foi a Sri Lanka quando tínhamos um problema e ainda não tínhamos um tratado, agora que temos o tratado, o presidente do Panamá tem de ir. Porque lá recebemos muito apoio. E agora continuaremos tendo o apoio para as nossas dificuldades, e o Panamá continuará a dar o seu apoio àqueles povos que lutam pelas suas nobres.

Por falar em causas nobres, como estão as relações entre o Panamá e a Nicarágua?

Eu creio que não há oportunidade para fazer nenhum tipo de relações na prática, porque com a Nicarágua não funciona o comércio, não funciona a economia, a indústria, nem há intercâmbio educacional, mercantil ou de outro tipo. Creio que toda a gente sabe bem o apoio moral que recebeu a atitude do povo da Nicarágua frente a uma dinastia que há 45 anos está no poder e que luta desesperadamente para aí continuar.

Somoza acusava ontem o governo do Panamá de estar a receber aviões de países estrangeiros com armas e combatentes sandinistas. Que há de verdade nisso?

Isso é falso. Somoza acusa-nos desde há certo tempo e nós não o acusamos. Porque o único que acusa de verdade Somoza é o próprio Somoza.

Creio, também, que a opinião pública já se está a cansar das invectivas de Somoza, não apenas contra o Panamá, mas contra todos os governos democráticos do continente.

Como é que a crise nicaraguense se repercute no desenvolvimento dos países da América Central no seu conjunto?

Mal. Mal no sentido de que pode haver regimes que estejam apoiar a causa de Somoza, a permanência de Somoza no poder. E que o panorama dos países centro-americanos possa dividir-se entre regimes que apoiam o povo nicaraguense e regimes que apoiam Somoza. Esta é a maior dificuldade, pelas consequências que podem surgir, sobretudo pelos apoios à permanência de Somoza no poder.

BALANÇO DO PROCESSO: DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

Qual é o balanço que se pode fazer dos nove anos de processo revolucionário conduzido pelo general Torrijos?

O balanço está nos tratados Torrijos-Carter. Além disso, está em que duplicámos o número de estradas que tinham sido construídas em 65 anos. Duplicámos o número de escolas e praticamente o número de professores. O balanço está em que foi um governo que se dedicou a fazer obras para o seu povo. O balanço está em que há agora uma autêntica participação popular nas tarefas e nas decisões do governo.

Concretamente, no económico, o que de positivo trouxe o processo? Que razões tem a oposição para criticar a condução económica?

É certo que temos uma dívida externa bastante alta: 2,4 a 2,5 milhões de dólares. Mas sentimo-nos orgulhosos porque essa dívida é o dinheiro que temos empregue nas obras hidroeléctricas no nosso país, é o dinheiro que empregámos para dotar o país de uma série de estruturas e bens que antes não havia. Um dinheiro empregue no desenvolvimento, e não em armas. Não o empregámos em tanques nem em canhões, nem para algo dirigido contra outra nação emuito menos contra

o peito do povo. É esse o balanço económico: uma boa administração, um bom sentido dos investimentos. Há um que não saiu muito bem, mas que eu não crítico: o açúcar. E não o crítico porque no futuro será rentável.

No entanto, a oposição considera muito alto o custo social desse desenvolvimento.



Ao centro, o general Omar Torrijos

Não estamos de acordo com essa opinião. Quando essa mesma oposição era quem governava, quase não havia investimentos estatais. Então, o Estado não contraía dívidas porque o Estado não realizava grandes obras. Mas de repente o Estado decidiu fazer o cimento, e decidiu processar o açúcar em engenhos próprios, e decidiu dar electricidade ao país, o que há anos implica numa grande poupança de combustível vindo do estrangeiro. Este é um governo atrevido, com iniciativa, um governo que aceita desafios. É um governo que programa e que fez muitas coisas nesses dez anos, como em nenhuma outra década.

Mas os críticos dizem que o governo não programa, que não há um projecto nacional definido...

Como não? Temos um plano nacional de desenvolvimento bem elaborado, com assessoria internacional. Sabemos bem o que queremos e estamos executando o nosso projecto de desenvolvimento com algumas inovações que vão surgindo sobre a marcha. Em 1980, concluímos o nosso plano quinquenal e já estamos a trabalhar na elaboração do seguinte, que vai até 1986. Tudo com um grande sentido estratégico de utilização óptima dos nossos recursos humanos e naturais.

Até onde o nacionalismo panamenho afecta o investimento estrangeiro no país, e como este afecta o nacionalismo?

Em nada, enquanto as empresas estrangeiras respeitarem as nossas leis, o nosso sistema político, as nossas estruturas e a nossa maneira de ser. O nosso sistema permite efectivamente que aqui venham essas empresas, que invistam e tenham uma série de benefícios que muitas vezes não têm noutros países. Também não há nada nas lutas panamenhas que mostrem intraquilidade pela presença do investimento estrangeiro no Panamá. Assim, isso não afecta o nosso nacionalismo.

Recentemente a OEA divulgou um relatório onde se dizia que no Panamá se violam os direitos humanos. Como está a situação nesse aspecto?

Nós não temos um só preso político. Não temos um só exilado que não deixemos regressar. Os opositores saem às ruas todos os dias, ou com muita frequência. Dizem o que quiserem nas emissoras. Não estamos a violar os direitos humanos. Além disso, temos uma atitude muito solidária com os perseguidos desses países onde, sim, são violados os direitos humanos.

Então não é verdade que haja exilados políticos?

Que exilados? O que há são emigrantes. Não há exilados e sim alguns que não quiseram regressar porque pensam que viverão melhor no estrangeiro.

Que deseja você para o Panamá?

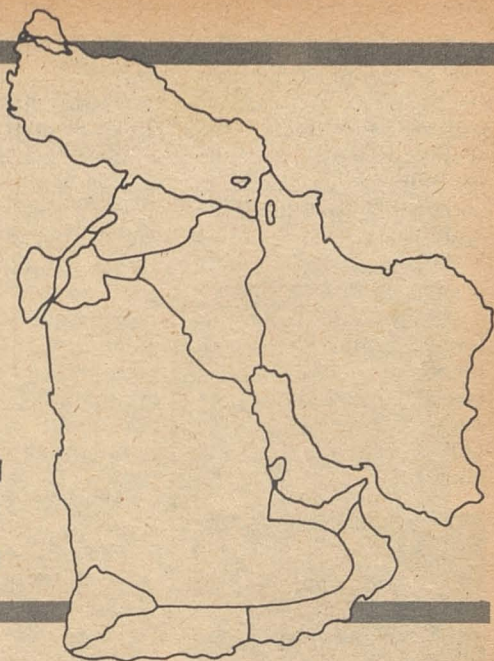
Um país com mais desenvolvimento, um país com mais habitantes, um país com mais democracia, mas uma democracia com muito respeito. Um país onde venham mais investimentos estrangeiros, onde a empresa privada invista mais. Também um país em que haja menos pobres, onde as pessoas tenham melhores salários e maior capacidade para adquirir os bens necessários à subsistência. Para isso requiere-se investimento internacional, o investimento privado e o investimento estatal. Um país com um governo justo, que atenda as necessidades populares. Um governo que seja democrático, que consulte as maiorias e que procure que haja paz no Panamá.

Para concluir, desejaria dizer algo mais?

Sim, transmita as minhas saudações aos companheiros da revista "Cadernos do Terceiro Mundo". Diga-lhes que sou um leitor assíduo, que estão a fazer um bom trabalho.



MEDIO ORIENTE



IRAQUE.

alfabetização massiva

cadernos do
tempo
mundo

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ

CEP 20.021 - Tel. 246.1957

*Pela primeira vez no mundo árabe, o
analfabetismo será completamente erradicado.*

*Uma campanha bem sucedida mobiliza os
recursos humanos com a clara visão política de
que se está a dar «mais um passo rumo
ao Socialismo».*

Não ficamos surpreendi-
dos ao encontrar uma Igreja
Católica em pleno centro
de Bagdad. Já havíamos si-
do informados da tolerân-
cia religiosa, neste país
eminentemente islâmico,
para com as minorias cató-
lica, ortodoxa, protestante
e até mesmo judaica. Mas
chamou-nos a atenção en-

contrarmos as paredes des-
te convento de freiras be-
nedictinas cobertas de car-
tazes que proclamam: "A
Alfabetização é mais um
passo rumo ao Socialis-
mo". As irmãs — vestidas
com hábitos modernos —
falaram-nos com entusias-
mo do progresso das suas
alunas, geralmente mais

velhas do que elas, na
aprendizagem da escrita
árabe.

A campanha de alfabeti-
zação iniciada a primeiro
de dezembro de 1978 —
primeiro dia do ano de
1399 segundo o calendário
islâmico — mudou muitas
coisas no Iraque. No bairro
de Karrada, às seis horas da

tarde, as mães aparecem com os seus filhos à escola intermediária. Mas são as senhoras que frequentam as aulas, enquanto as crianças brincam na creche e cantam hinos revolucionários.

No grupo das mais velhas — entre os 25 e os 45 anos — uma senhora lê com esforço o quadro. “Tem onze filhos — explica-nos a professora — e é a primeira vez que assiste a aulas”. Agora toda a família frequenta a escola.



Timidamente perguntamos às alunas, vestidas com o tradicional manto negro, se podemos fazer fotografias. A professora traduz e as senhoras riem e comentam animadamente. Uma delas, com o seu bebé nos braços, levanta-se e responde. “O senhor ofende-nos — traduzem-nos — se pensa que as nossas roupas são sintomas de ignorância ou obscurantismo. Gostamos de vestir-nos assim. É nosso costume. Nem por isso deixamos de estar aqui para avançar. Perguntam se um mexicano impediria que lhe tirassem uma foto por usar um destes chapéus que

a elas parecem tão cómicos.

Os sorrisos que captámos nas fotos mostravam a sua satisfação por haver-nos dado uma lição.

Helain Eisho, outra estudante, frequentou a escola na sua longínqua aldeia do norte. Mas isto foi há dezasseis anos e já esqueceu as letras. Agora termina de escrever seu nome no quadro e conta-nos com orgulho que é a única da classe que trabalha — oito horas por dia — e ainda tem tempo para frequentar a escola à tarde.

Há milhares de casos como o seu em todo o país e Helain Eisho bem poderia ter sido a protagonista da película “Never Stamp”, realizada por Samir Hanna Khamarou para promover a campanha de alfabetização. O filme conta a história de uma trabalhadora que, para receber o seu salário na fábrica deve imprimir o seu polegar no recibo. Sem contar nada a seus companheiros, a protagonista estuda de noite e um dia rejeita com orgulho a almofada do carimbo que o caixa lhe oferece e pede-lhe a sua caneta para assinar o nome. “Já sei escrever”.

Este orgulho em estudar é o que predomina em todos os locais em que se realiza a campanha de alfabetização — mesquitas, igrejas, sedes de sindicatos, escritórios governamentais e, certamente, as escolas. Encontrámos também este orgulho na sede do Conselho Supremo deste esforço educativo, onde Abdulsalam Ibrahim, Director de Informação e professor há 18 anos explica-nos que as metas cumpriram-se “nuns 206%”.

— Como é possível?

— Muito simples. Quando foi programada a campanha para acabar com o analfabetismo definitivamente do Iraque tínhamos — segundo o recenseamento de 1977 — 2 345 000 de analfabetos no país entre os 15 e os 45 anos de idade, 20% da população. Deles 743 000 eram homens e 1 612 000 eram mulheres. Planeamos um programa em quatro etapas, de sete meses cada uma, para eliminar o analfabetismo em três anos. Mas graças ao entusiasmo gerado pela campanha, para a etapa que começou a primeiro de Dezembro tivemos uma inscrição de um milhão e meio de pessoas. Os que foram rejeitados sentiram-se defraudados, de modo que fizemos um esforço extraordinário, conseguindo locais e treinando professores para que todos fossem atendidos. Restam-nos somente 700 000 para a segunda etapa. O plano será cumprido um ano antes do previsto e em 1980 já teremos extinguido o analfabetismo no Iraque.

Dos 150 000 docentes do país, a metade participa da campanha, em horas extraordinárias e, frequentemente em jornadas de trabalho voluntário. Todos receberam um treinamento especial em técnicas de ensino de adultos — para isto utilizamos inclusivamente a televisão — e o corpo de professores foi completado por estudantes, trabalhadores do estado e militares políticos.

Esta é a primeira campanha massiva de alfabetização de adultos em língua árabe e a sua planificação e desenvolvimento é feita in-



tegralmente por técnicos iraquianos.

Estudamos certamente outras experiências, na Itália, na URSS, na China e particularmente em Cuba, Tanzânia e Brasil, tomámos muitas coisas de Paulo Freire. Mas tudo isto foi adaptado à nossa realidade, comenta Ibrahim.

— Basicamente há duas coisas: Primeiro o facto de que o Presidente Al Bakr assumiu pessoalmente a liderança. Encabeçou a grande manifestação que inaugurou a campanha a primeiro de Dezembro e dedicou muitas de suas horas a ela. Segundo, a Revolução. Toda a vida mudou nestes dez anos e o povo sente a necessidade de estar à altu-

ra das novas exigências.

“Se houvéssimos tomado esta decisão em 1969 (a Revolução que levou ao poder o Partido Baas Árabe Socialista foi em Julho de 1968), não confiaríamos no seu sucesso”, disse o vice-presidente Saddam Hussein. “A condição decisiva para que uma decisão política como esta seja um êxito é a confiança mútua entre o povo e o centro de decisão”.

Na realidade, antes da Revolução o analfabetismo no Iraque era de 50 por cento entre os homens e mais de 70 por cento entre as mulheres. O analfabetismo foi considerado pelo BAAS como uma causa da fraqueza perante o imperia-

lismo e um impedimento à união árabe. (Além do facto óbvio de que a alfabetização facilita a comunicação entre os diferentes países — “regiões” como as denomina o BAAS — árabes, deve ter-se em conta que o idioma árabe falado assume diversas formas dialetais, enquanto a língua escrita, o chamado árabe “clássico” é uma só, desde o Atlântico até ao Golfo).

Em dez anos de Revolução, conseguimos com grandes esforços diminuir a taxa de analfabetismo até aos 20 por cento. Entretanto, o Oitavo Congresso Regional (Iraquiano) do Partido comprovou, em 1974, que “os métodos clássicos não podem pôr fim ao

problema de uma vez para sempre. É necessário montar uma campanha nacional, liderada pelo partido e em que participem as organizações de massa e os departamentos governamentais”.

Entretanto, precisa Hussein, como o analfabetismo é um problema político, “seria um erro que o BAAS assumisse sozinho a campanha. A porta deve estar aberta à participação nacional, a todo o povo e a to-

dos os grupos activos. A questão da democracia neste movimento é necessária e essencial”.

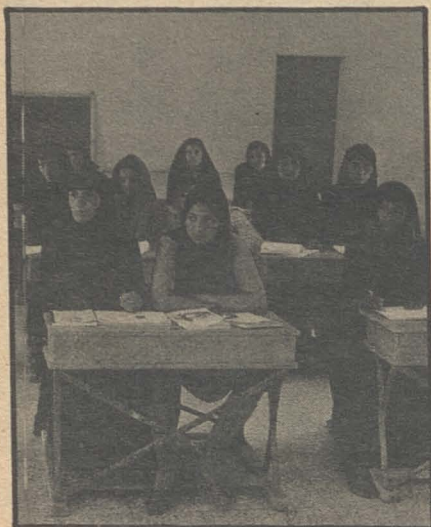
Isto explica a importância da contribuição das freiras que visitamos, assim como o lançamento da campanha com grandes manifestações de rua, como uma meta política e não somente educativa.

O Iraque desenvolve-se rapidamente com um investimento racional dos seus

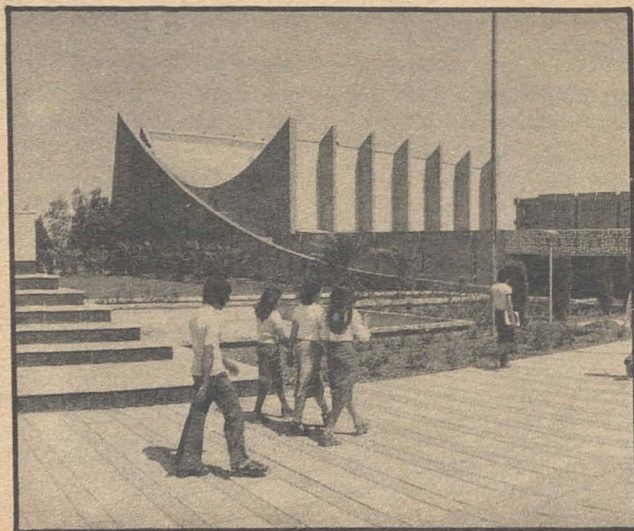
recursos petrolíferos. Não há desemprego, mas falta de mão-de-obra. A capacidade é uma necessidade urgente. Daí a campanha alfabetizadora dar prioridade aos homens e, dentro deles, aqueles compreendidos na faixa dos 15 aos 25 anos. Mas tão pouco se descuidada da mulher, como parte do esforço por integrá-la plenamente na sociedade e na vida produtiva em plano de igualdade.

Uma vez conseguidas as bases políticas, havia que montar as estruturas técnicas. No plano material, a campanha custará 250 milhões de dólares, investidos fundamentalmente na impressão de 10 milhões de livros de leitura e de aritmética, cinco milhões de livros de geografia, ciências sociais e conhecimentos gerais para dar continuidade ao estudo dos recém-alfabetizados, 200 mil livros guias para os professores e mais duzentos e cinquenta mil livros de temas diversos para apoio da tarefa educativa. Serão ainda distribuídos gratuitamente ao término da campanha 25 milhões de cadernos e um número pelo menos igual de lápis e canetas.

O ensino é totalmente gratuito no Iraque, desde a escola primária até à universidade, e é obrigatório para as crianças com menos de 12 anos. Em Setembro de 1978, ao anunciar-se a matrícula de 600 000 crianças nas escolas, conseguiu-se 100 por cento de inscrições. Assim elimina-se a raiz do analfabetismo nas gerações futuras. Os iraquianos estão certos de eliminar totalmente o analfabetismo nos próximos meses.



Novos e velhos, o mesmo desejo de valorização



MUNDO



cadernos do
terceiro
mundo
Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

Portugal Debate sobre a libertação dos povos

*Promovido pelo Centro de Informação e Documentação
Amílcar Cabral — que comemorou o seu quinto aniversário —,
decorreu em Lisboa a Conferências sobre a Libertação
dos Povos. Conferencistas: Pedro Vuskovic, Simon Malley,
Kamel Djaider e Nguyen Tran-Ho*

DUAS centenas de participantes, entre eles diversos militares, políticos e intelectuais progressistas portugueses, assistiram a quatro aprofundadas exposições, intervindo vivamente no período de discussão e esclarecimento complementares que se seguiu a cada uma delas.

Foram conferencistas Pedro Vuskovic, ministro da Economia no Governo de Salvador Allende, que se ocupou da situação na América Latina; Nguyen Tran-Ho, economista vietnamita, que estabeleceu um panorama àcerca dos problemas do continente asiático; Kamel Djaider, jornalista argelino, que analisou o actual momento da luta dos árabes à luz dos recentes acontecimentos no Médio Oriente e que tem como pano de fundo o tratado de vergonha entre Sadat e Beguín e de inspiração em Washingtón; Simon Malley, último conferencista, director da revista «Afrique-Asie», referiu-se à luta de libertação em África.

No final destas intervenções e antes da apresentação duma declaração sobre a Libertação dos Povos elaborada pelo CIDAC, Luis Moita que dirigiu os trabalhos, representando este Centro anticolonialista, leu duas moções, aprovadas ambas por aclamação. A primeira, dirigida ao povo moçambicano e à FRELIMO, saúda o quarto aniversário da independência de Moçambique — posteriormente extensiva aos povos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe que comemoram em Julho igualmente o seu quarto aniversário de nações independentes, a 5 e a 12 respectivamente.

Na segunda moção, enviada às autoridades civis e militares portuguesas, os participantes protestam veementemente contra o envio de munições fabricadas em Portugal para a criminoso ditadura somozista agonizante, notícia a que toda a imprensa deste país se referiu com grande destaque em meados de Junho último.

Neste documento de 16 pontos, elaborado e apresentado pelo CIDAC — mas que contou com várias alterações e adendas por parte de alguns participantes e conferencistas — às Conferências sobre a Libertação dos Povos, destacam-se onze alíneas, que correspondem a outras tantas posições políticas fundamentais de solidariedade activa para com a luta dos Povos do Terceiro Mundo. São elas:

a — desmascarar as manobras dos grandes interesses económicos e a hipocrisia da diplomacia ocidental que tudo fazem para impedir o desenvolvimento das lutas dos povos da África Austral;

b — combater as tentativas pseudolegais, sob a capa de eleições fictícias, com vista a perpetuar a dominação racista e colonial na Namíbia e no Zimbábue;

c — condenar vigorosamente as agressões terroristas da Rodésia e da África do Sul contra os países da Linha da Frente, guarda avançada do continente africano;

d — denunciar a traição egípcia ao pactuar com o sionismo e exigir o reconhecimento do legítimo direito do povo palestino à sua terra;

e — reclamar a imediata retirada das tropas marroquino-mauritanas do território do Saharà Ocidental e o reconhecimento da RASD — República Árabe Saharaui Democrática;

f — reconhecer a legitimidade da causa nacional ertreia contra a anexação pela Etiópia e exigir uma solução negociada, pondo termo à agressão militar, também em nome do pró-



Kamel Djaider «eixo Rabat-Cairo espinha dorsal da estratégia de Washington»

Nunca, desde a guerra de Outubro de 1973, o Mundo Árabe viveu momentos tão decisivos para o seu futuro. Enquanto que no Médio Oriente Sadat consumava a traição, aspirando substituir o Xá no papel de “gendarme” do imperialismo norte-americano na região e atropelava as aspirações legítimas do povo palestino, no Magreb, Hassan II, hospedeiro real de Moshe Dayan e do Xá destronado, posto em xeque no plano diplomático e militar nas suas aspirações expansionistas pela luta heróica do povo saharauí, esforça-se, num jogo de diversão, a brandir a ameaça dum pretenso “direito de perseguição” em território argelino.

O eixo Rabat-Cairo aparece agora como a espinha dorsal de uma estratégia política elaborada em Washington e em outras capitais ocidentais e que manifestamente ignorou o movimento dialéctico da história. Com efeito, a irrupção da revolução iraniana agiu como um revelador fazendo aparecer cadentes da Casa Branca e dos seus aliados, ao operar um sucesso do “complot” imperial-sionista.

Com efeito, parece que a retórica da ambiguidade muito querida ao executivo norte-americano, foi posta em xeque pela dialéctica da história.

Emperrando a máquina bem oleada das maquinações israelo-egípcias, a revolução iraniana fez luz sobre o duplo jogo das intenções imperialistas (...)

O desmoronar do regime do Xá coloca brutalmente o problema da vacatura da função de “gendarme” na região, modificando, por este facto, as relações israelo-egípcias. A assinatura do tratado, previsto para 15 de Dezembro de 1978, foi diferido pelo aparecimento de pseudo-diferendos

entre Telavive e o Cairo. Na realidade, o arrastar das conversações estava calculado de tal maneira que permitisse, de um lado, ganhar tempo necessário para uma reavaliação da situação e, por outro lado, apresentar Sadat como um negociador autêntico e tenaz. Para mais, estando os Acordos de Camp David quase inteiramente ultrapassados pela revolução iraniana, era necessário reactualizá-los, incluindo-lhes novas cláusulas que permitam colmatar a derrota do Xá. Isto é claro, por exemplo, na questão do fornecimento de petróleo a Israel. O Irão, sendo com efeito, até aí, o principal fornecedor de petróleo a Israel, era necessário encontrar-lhe um sucessor. O segundo acordo do Sinai, assinado em 1975 por Israel, previa a restituição dos campos petrolíferos ao Egípto, o Irão comprometer-se-ia a assegurar as necessidades energéticas do Estado sionista. As lutas da classe operária iraniana puseram totalmente em causa esta questão, pois a cláusula foi suprimida após a decisão do governo revolucionário de Teerão de nunca mais fornecer petróleo ao regime racista e sionista da África do Sul e de Israel. (...)

É devido à procura norte-americana do futuro "gendarme" privilegiado, que se pôde registar um ligeiro arrefecimento na negociação egípcio-israelita. As duas partes disputam a sucessão do Xá. E, se bem que esta competição tenha reforçado ainda mais o poder de chantagem e de pressão dos Estados Unidos sobre os dois pretendentes, ela não chega para dissipar as inquietações norte-americanas diante do começo do afastamento dos regimes árabes, sobre os quais contava Washington para aplicar material e politicamente o acordo egípcio-israelita. Um emissário, Harold Brown, que por acaso é o Secretário da defesa, deslocou-se ao Médio Oriente para expor aos dirigentes sauditas, jordanianos, israelitas e egípcios os objectivos de Washington em matéria de estratégia regional. E segundo fontes árabes muito bem informadas, a estratégia regional em questão, consistia em criar uma nova aliança político-militar, designada sob o nome de "Middle East Treaty Organization" (M.E.T.O.), que funcionaria sobre um modelo da NATO ou do defuncto CENTO. Por este tratado, Washington propunha-se ligar Israel a outros regimes árabes, particularmente o de Sadat, da Arábia Saudita, da Jordânia, do Oman, do Sudão e finalmente o de Marrocos. (...)

Por seu lado, longe de se enfraquecer ou dividir, a Resistência palestina consolidou-se. Palestinos dos territórios ocupados e palestinos no exílio são unânimes em denunciar o Tratado israelo-egípcio. Todas as camadas sociais palestinas sem excepção condenam a traição de Sadat e as pérfidas manobras de James Carter.

No plano militar, a OLP empenha-se em intensificar a luta contra a ocupação sionista. Cada dia que passa desde a assinatura do tratado vêem-se multiplicar as operações militares dos fedayines na Palestina ocupada. Face às habituais represálias israelitas contra as aldeias libanesas e os campos de refugiados palestinos do Sul do Líbano, assiste-se mais e mais à afirmação de uma grande solidariedade das massas libanesas com a Resistência palestina. (...)

Kamel Djaider. Militante da FLN da Argélia, jornalista especializado em questões internacionais, trabalhou no jornal "El Moudjahid" e é o actual colaborador da televisão do seu país.

prio interesse do povo etíope e do seu processo revolucionário;

g — condenar o genocídio praticado pela ditadura indonésia contra o povo de Timor-Leste, assegurar toda a solidariedade à resistência desse povo contra a invasão estrangeira e reclamar o reconhecimento da RDTL — República Democrática de Timor Leste;

h — denunciar as conspirações imperialistas contra os regimes progressistas africanos, condenando firmemente a prática de recrutamento de mercenários;

i — denunciar os laços de coordenação e de cumplicidade para a dominação dos respectivos povos que estabelecem entre si os regimes ditatoriais de diversos continentes, em particular da África do Sul e várias ditaduras latino-americanas; e apelar como resposta ao fortalecimento da acção conjunta das respectivas organizações populares;

j — apelar à solidariedade total e ao reconhecimento formal da FSLN como exército combatente da Nicarágua, assim como ao reconhecimento do Governo provisório surgido dessa luta como a única expressão autêntica e legítima do povo nicaraguense;

k — apoiar as forças populares que lutam contra os regimes ditatoriais e corruptos da América Latina, da Ásia ou da África, desde a resistência às ditaduras latino-americanas ou ao regime da Guiné Equatorial, até à luta armada em Oman, nas Filipinas ou na Tailândia.

A declaração apresenta em seguida sete teses que têm caracterizado (ou de

verão caracterizar) a luta dos povos na sua libertação de que apresentamos alguns extractos:

— Os processos de luta armada de libertação nacional e popular, uma vez conquistada a independência política, têm como prolongamento necessário a luta pela independência económica. Esta luta não é menos difícil e violenta do que a primeira, mas reveste-se, com frequência, de aspectos mais complexos e menos transparentes em que as opções são difíceis e os instrumentos de luta continuam frágeis e precários em relação às tarefas a realizar e aos objectivos a atingir (...)

— Nas transformações em curso no sistema capitalista mundial, a força de trabalho "barata" do mundo dominado e dependente constitui hoje a base de novos padrões de acumulação ao nível mundial, através daquele processo progressivo de internacionalização da produção e dos processos produtivos (...)

— De tudo isto decorre a premência de uma nova ordem económica internacional que possibilite a independência económica ao serviço do autêntico desenvolvimento e que substitua a estruturação existente que tende a perpetuar situações de subdesenvolvimento e relações de exploração e dominação (...)

— O contacto com a experiência dos povos ensinam-nos que as grandes orientações estratégicas da luta pela independência económica, inseparável da luta por nova e mais justa ordem económica internacional e por profundas transformações sociais internas, são as seguintes:



Pedro Vuskovic

«ascenso das lutas populares na América Latina»

Uma longa etapa de relativa impunidade contra-revolucionária e de refluxo do movimento popular na América Latina começa a mudar de sinal. Hoje em dia, na maioria dos países latino-americanos são ostensivas as demonstrações de reactivação e ascenso das lutas populares, sobre múltiplas formas.

Nos últimos anos, o quadro geral latino-americano caracterizou-se, mais do que em outros períodos históricos, por uma extrema violência repressiva, assim como por severas deteriorações na condição material de vida das massas trabalhadoras que se impuseram a essa repressão. A sua expressão máxima, evidentemente, são as ditaduras militares fascizantes que se entronizaram em muitos países da região e sob as quais vive hoje a maioria esmagadora da população latino-americana. Os agravos que impuseram aos povos são tão grandes, que tais ditaduras não poderiam resistir indefinidamente e obrigam a que a resposta popular correspondente dê lugar mesmo à custa de qualquer sacrifício. E em virtude destes mesmos extremos de violência institucionalizada, a mudança para novas situações assumirá também, com toda a certeza, maior violência e dureza; não por escolha de luta popular, mas por imposição das forças dominantes.

Daí as duas constatações simultâneas que caracterizam esta hora latino-americana; por

um lado, a vigência dos extremos de violência repressiva que na maior parte do território da América Latina se exerceram e continuam a exercer contra os povos, as organizações populares e a todos os que resistem à vassalagem exterior e à imposição das forças internas mais repressivas; por outro, a evidência de que apesar dos extremos da violência institucionalizada não podem esmagar indefinidamente a vontade e a decisão dos povos de defender os seus direitos e lutar pelas suas aspirações.

Neste sentido, como em outros, as lutas recentes do povo nicaraguense constituem, para os restantes povos latino-americanos, um símbolo do presente e uma advertência esclarecedora para o futuro próximo.

Esta é, pois, uma primeira constatação que se tem de registar: nos últimos tempos, e particularmente neste último ano, são ostensivos em toda a parte os sinais da luta popular latino-americana. Com uma dupla característica de resto, de uma intensidade crescente e de uma variedade de formas que assumem na prática: a verdadeira insurreição de massas que chegou a representar em alguns casos, como na Nicarágua; noutros, a resistência persistente face às ditaduras fascizantes, e à preparação para novas fases de luta, como na Argentina e no Chile; e noutros, ainda, a mobilização popular que pressiona e põe à prova a viabilidade

de das novas formas de "democracia viável" preconizadas aparentemente pelo imperialismo, como nos casos da Bolívia, Perú ou Equador.

Brasil, Uruguai, El Salvador, Guatemala, Porto Rico, Colômbia, constituem hoje outros tantos cenários de confrontação que, com as suas modalidades respectivas, se reproduzem por todo o subcontinente latino-americano.

Esta reactivação da luta popular latino-americana começa, assim, a constituir uma indicação de que os povos desta região não ficarão à margem do processo geral de avanços e triunfos que registam as lutas de libertação dos outros continentes; que a América Latina não será por muito tempo a referência dos modelos mais regressivos; e que nesta etapa histórica, outras nações do subcontinente latino-americano reproduzirão, com as suas próprias particularidades, processos comparáveis ao que há vinte anos marcaram a Revolução cubana e logo a transformação socialista de Cuba.

Em minha opinião, a acção da Internacional Socialista ao suscitar a esperança de uma liberalização das ditaduras militares tem prejudicado a luta de libertação dos povos da América Latina.

A mensagem da social-democracia europeia chega demasiado tarde à América Latina. Poderia ter sido significativa nos anos cinquenta. Hoje, não tem qualquer viabilidade. Ao criar expectativas sem qualquer base, a Internacional Socialista prejudica a mobilização popular e entrava as lutas de libertação nacional.

Pedro Vuskovic. Economista chileno, ministro da Economia do governo de Unidade Popular de Salvador Allende. Exilado no México, milita na "Coordinadora Nacional de regionales" do Partido Socialista do Chile. É membro destacado da Associação de Economistas do Terceiro Mundo e especialista nas questões da Nova Ordem Económica Internacional.



a) a vontade política firmemente assente na mobilização e participação popular para as tarefas do desenvolvimento, baseado nas próprias forças;

b) a concepção e a prática do modelo de desenvolvimento mais ajustado às condições históricas de cada percurso nacional, que vise a máxima utilização dos recursos próprios para a satisfação das necessidades básicas da população, garantindo o controlo nacional do processo de crescimento económico;

c) a concepção e a prática da política externa, designadamente no domínio da cooperação económica, que reforce tanto as solidariedades regionais como as associações de países produtores e estabeleça o posicionamento na ordem económica internacional mais conforme ao projecto nacional de desenvolvimento antocentrado.

— Uma componente es-

sencial deste combate contra o neocolonialismo e o sistema capitalista mundial é a adopção de uma autêntica política de não-alinhamento, factor de unificação das lutas libertadoras dos povos (...)

— Não há alternativa histórica à dominação capitalista que não seja a construção da sociedade socialista. Todavia, as causas da libertação dos povos e da edificação do socialismo têm sido gravemente feridas nos tempos mais recentes pelos desvios, dissidências e conflitos entre os países onde se verificaram avanços significativos na ruptura com o sistema capitalista.

— Finalmente, o combate dos povos da África, da Ásia e da América Latina interessa eminentemente às classes trabalhadoras dos países dos centros capitalistas, por força de uma solidariedade objectiva contra as mais diversas formas de exploração.

Nguyen Tran-Ho

«oposição aos regimes de excepção asiáticos»

Os regimes de excepção actuais na Ásia, têm de enfrentar uma oposição que vai de uma burguesia nacional aos comunistas, passando pelas minorias étnicas e grupos religiosos (crístãos, muçulmanos).

Assim, as antigas elites tradicionais, muitas vezes representando interesses rurais, reagem contra medidas tais como, as reformas agrárias ou a repressão dos laços de relações feudais entre os operários agrícolas e o grandes proprietários rurais (Filipinas). Elas estão descontentes com o monopólio dos militares, que aproveitam os seus poderes para se tornarem também eles, grandes proprietários rurais (Indonésia). São representados por partidos políticos (Jang Sang, na Índia); ou ligados com movimentos religiosos, seja no seio do induismo, do islão (Indonésia) ou do catolicismo (Filipinas). Esta oposição relativamente irrelevante, permite à classe social no poder, afirmar que as medidas tomadas são de tipo progressista e que se destinam a abolir os antigos poderes.

Há também uma oposição saída de uma nova "intelligentzia" saída do meio rural e da pequena burguesia das cidades, educados no país, que propõem um programa de justiça social baseado no ensinamento do Islão, no caso dos países onde o islamismo é dominante, exploram o descontentamento dos camponeses e dos pequenos comerciantes para poder alcançar o poder político, económico, até aí monopolizado pela nova elite (o ABIM na Malásia, certos grupos islâmicos na Indonésia).



Simon Malley

«pilhagem sistemática dos nossos países»

A ONU nas suas últimas estatísticas vem confirmar que houve um rápido desenvolvimento da agricultura para fins comerciais, em certos casos, mas uma esmagadora parte da produção foi constituída por colheitas destinadas essencialmente à exportação. A parte primordial de produtos agrícolas em África, e em geral no Terceiro Mundo, é destinado à procura dos países capitalistas industrializados. E a acção do imperialismo consiste em desenvolver ao máximo as produções de que tem necessidade, definindo muitas vezes as produções que os nossos povos têm de produzir.

Lembremos que a África, em particular, e o Terceiro Mundo em geral, produz a totalidade da produção mundial, ou a quase totalidade de café, cacau, bananas, óleo de palma, mais de 60 por cento da produção mundial de chá, de amendoim, de frutos exóticos.

Em matérias-primas essenciais, a esmagadora parte da produção de borracha e juta vai para os países industrializados, 50 por cento do algodão fibra, dois terços da produção de madeira vai igualmente para os países industrializados ocidentais.

Países como o Ghana, a Nigéria, o Brasil, a Costa do Marfim e os Camarões produzem três quartos da colheita de cacau.

Em 1920, a produção de café era desconhecida, por exemplo em Madagascar. O colonialismo francês fez, no entanto, com que a produção de café se torne hoje a primeira matéria de exportação de Madagascar. Em 1930, a produção de algodão em Angola e Moçambique era insignificante. Antes da independência destes dois países, já ela ultrapassava as 70 mil toneladas.

Por conseguinte, no domínio da produção, vê-se, portanto, que o imperialismo desenvolveu os nossos países unicamente para a satisfação das suas necessidades primordiais.

Falemos em minérios. O Terceiro Mundo, que podia extrair em 1956, 13 por cento do minério de ferro produzido no mundo inteiro, atingia em 1968, 27 por cento, em 1973, 40 por cento. Hoje, 85 por cento desse minério de ferro é exportado para os países industrializados. O Terceiro Mundo, e particularmente a África, exporta para os países industrializados 35 por cento das suas extracções de ferro, 64 por cento da sua bauxite, 85 por cento de cromo e magnésio, 70 por cento do cobalto, 82 por cento do estanho, 40 por cento do cobre. A dependência dos países industrializados em borracha natural e em cacau é total, noutros produtos quase



total.

Isto significa para nós, que a própria sobrevivência do sistema industrial do imperialismo repousa sobre a função enorme e crescente das matérias-primas e energéticas do Terceiro Mundo, e particularmente da África. Daí a pilhagem sistemática de que os nossos países têm sido submetidos há séculos (...)

A França na África é a mais importante potência imperialista. Ela domina os nossos mercados, as nossas necessidades e as nossas produções. Depois da independência das antigas colônias francesas na África Negra, quatro países constituíram a base da estratégia política, económica e militar da França: a Costa do Marfim, o Senegal, os Camarões e o Gabão (...). A estes países, dois outros se juntaram recentemente: o Zaire de Mobutu e o Império Centro Africano de Bokassa (...)

Há mais de 15 mil soldados franceses espalhados por diversas bases militares na África negra. Muitos mais se encontram em França, na Córsega ou noutros lugares, a quem chamam de "Forças de Intervenção", prontos a intervir em qualquer lugar onde os interesses vitais da França sejam ameaçados (...)

A "Força de Intervenção" francesa interveio nos Camarões entre 59 e 64, esmagando o movimento revolucionário; no Senegal em 59 e 60; na Costa do Marfim em 63; no Gabão entre 64 e 66. E nos últimos anos vimos as suas intervenções militares no Tchade, na Mauritânia, no Zaire. Os aviões "Jaguar" sobrevoam Marrocos e circulavam até muito recentemente na Mauritânia (...)

Mas o interesse económico da França em África foi desvendado por um relatório até há pouco secreto, elaborado por um antigo senador no parlamento francês. Ele fornece dois ou três detalhes que podemos recolher. Revela que os investimentos franceses na África negra atingiram em meados de 1975, 8 bilhões de dólares. Diz também estar provado que os capitais exportados pelas empresas capitalistas francesas na África negra ultrapassaram por vezes até 50 por cento os investimentos públicos e privados da França (...)

Simon Malley. Director da revista "AFrique-Asie", profundo conhecedor dos problemas dos países do Terceiro Mundo, divulgando nos seus artigos as opiniões de dirigentes e quadros dos países progressistas e não-alinhados, com os quais contacta assiduamente.



Há também uma oposição no próprio interior da elite no poder por parte de certos sectores menos beneficiados pelos regimes de excepção, e que reagem em favor da protecção das liberdades cívicas. É particularmente o caso de intelectuais e de grupos de cristãos na Coreia do Sul, nas Filipinas, na Indonésia e na Tailândia. Conta-se também entre estes opositores, a burguesia nacional descontente com a crescente influência das empresas estrangeiras, provindas do modelo económico imposto pela nova burguesia.

Mas é no plano das massas populares que a oposição é mais perigosa. Em certos países, a classe dominante tem de enfrentar uma verdadeira oposição armada, muitas vezes dirigida por partidos comunistas de inspiração maoísta. É o caso de todos os países do Sudeste asiático: Tailândia, Filipinas, Malásia, Singapura, Indonésia, Birmânia.

Nguyen Tran-Ho. Economista vietnamita desenvolvendo actualmente trabalhos de pesquisa e análise sobre o continente no "Centro Tricontinental" da Universidade belga de Lovaina. Colaborou na elaboração do Anuário dos Movimentos de Libertação.

CÓRSEGA um povo colonizado



«Forças de Intervenção» francesas em «acção» no Shaba, Zaire

Fala um dirigente do movimento independentista corso: «recuperaremos os nossos bens colonizados, a nossa identidade e dignidade. A Europa mercantil é hipócrita no diálogo com os países do Terceiro Mundo»

Leonor Santos

MÉDICO especializado em aparelho digestivo, Edmond Simeoni, de 45 anos de idade, é um dos dirigentes do movimento União do Povo Corso. Segundo a sua própria autodefinição, é um apaixonado pela leitura, as relações humanas, o desporto e a sua família. Outro dos seus amores "excessivos" é a Córsega, por cujos interesses luta, e por quem teve que sofrer já a prisão. Em diálogo com os *Cadernos do Terceiro Mundo*, falou-nos das aspirações do povo corso.

Existe incontestavelmente um processo social, económico e político do povo corso. Pensa que existem pontos em comum com o que se desenvolve na América Latina e no Terceiro Mundo em geral?

Pensamos que os proble-

LIBERTA PER I PATROTTI

O colonialismo francês empenhou-se num prova de força na Córsega. O povo corso não pode sequer exprimir-se na Democracia. As forças da repressão multiplicam-se, desfilam e provocam.

No entanto um poder desqualificado pretende falar em nome da liberdade. A sua liberdade é o desemprego organizado, o abafamento dos nossos direitos, a expoliação das nossas terras, o exílio da nossa juventude, o aniquilamento da nossa cultura, a destruição das nossas aldeias.

O povo corso não tem direito nem ao pão, nem à dignidade, nem à palavra. Perante a ascensão do fascismo de Estado, um colectivo de organizações patrióticas e democráticas constituiu-se.

Ele pretende denunciar esta política sinistra ao serviço dos colonialistas e dos interesses do grande capital apátrida.

Este mesmo poder aprisionou os nossos irmãos. Devemos ter a coragem de exigir a sua libertação mesmo se nós não partilhemos a mesma estratégia na luta.

Na unidade e na determinação é necessário reunir o conjunto das forças do nosso povo e exigir:

— A dissolução do Tribunal de Segurança de Estado.

— A libertação imediata dos presos políticos corsos.

Só uma mobilização de massa, unitária e pacífica pode conduzir à vitória das forças do progresso do nosso povo vítima hoje da exploração capitalista e da opressão colonialista.

Juntos denunciemos a política nefasta do Poder, organizemos campanhas de esclarecimento, preparemos a grande manifestação popular de Novembro, para fazer recuar o Poder e obter a libertação dos jovens corsos que são antes de mais culpados de não admitir que o seu país, a ilha de Córsega, seja uma terra de miséria e de intolerância.

**LIBERTA PER A CORSICA!
UNITA DI U NOSTRU POPULU!
I CULUNIALISTI FORA!**

mas traduzem uma diversidade inerente à extensão do seu próprio território, à densidade da sua população e às áreas geográficas onde esses territórios se encontram. É por isso que a América Latina conhece numerosos problemas políticos, problemas de subdesenvolvimento, ao mesmo tempo que se encontra extremamente próxima dos Estados Unidos, essencialmente imperialistas e economicamente muitos desenvolvidos.

O povo corso conhece uma situação de tipo colonial: fomos vítimas de uma conquista militar e depois, de uma forma camuflada, privaram-nos da nossa identidade, do nosso património, da nossa cultura. As actuais lutas são combatidas por uma repressão, que se não atinge o nível trágico, infeliz e lamentável de certos países latino-americanos dominados pelo fascismo, não é menos severa, submetendo hoje trinta jovens corsos a uma espera de julgamento pelo Tribunal de Segurança do Estado. Um tribunal de excepção, antidemocrático, que é a negação da democracia em si própria.

Existe, pois, do nosso ponto de vista, um fio condutor importante entre todos os povos, sejam da América Latina, do hemisfério Norte ou em particular da Europa, do Médio Oriente, da África ou da Ásia. Todos esses povos estão na busca da sua identidade, do seu destino político e económico. O combate pela liberdade — na nossa opinião — é indivisível da procura da identidade e da dignidade.

O que queremos é defender o direito do povo de

Córsega



dispor por si mesmo. E de o fazer por vias pacíficas — se isso for possível.

Lograr a nossa identidade nacional de modo a participar, em particular a nível de Mediterrâneo, em frutíferos intercâmbios entre todos os países irmãos. Não temos nenhuma pretensão de nacionalismo fechado, sectário, que vire as costas à fraternidade, mas pelo contrário, irradiar, aprender, comunicar, conversar com todos os povos do mundo. É dentro desta razão essencial que do nosso ponto de vista, existe um denominador comum a todas essas lutas: a conquista da liberdade e da identidade.

De particular interesse para o Terceiro Mundo foi a recente eleição do Parlamento Europeu. Como interpreta essa unificação europeia? De que modo isso afecta a reivindicação nacional e social do povo corso?

Penso que é muito importante sublinhar que até ao presente a Europa tem sido uma zona de acordos aduaneiros para favorecer os intercâmbios comuns. Mas que em nenhum momento se criou uma dinâmica ou uma esperança de dignidade: os egoísmos na-

cionais de todos os países participantes impediram a Europa — pólo de civilização — de jogar um papel de emancipação, fraternidade. Em particular quando se vê a hipocrisia que a Europa testemunha no diálogo com os países subdesenvolvidos, não tendo absolutamente em conta os legítimos interesses dos países possuidores de matérias-primas. Sujeitando-os através da tecnologia. A Europa afastou-se da sua vocação.

Pensamos que isso é devido, essencialmente, ao facto da Europa ser mercantil, sob o controlo do grande capital francês, alemão e por extensão norte-americano, com tratados de defesa que vocês bem conhecem. Esta Europa, evidentemente, não satisfaz porque somos partidários da Europa dos povos, da fraternidade.

É certo que a Córsega, encravada no Mediterrâneo, tem uma vocação a discutir, a oferecer os seus produtos, a trocar experiências a nível da tecnologia e da cultura com todos os países do mundo, e em particular com os povos europeus. Mas, neste momento, constatamos no processo europeu uma vontade de

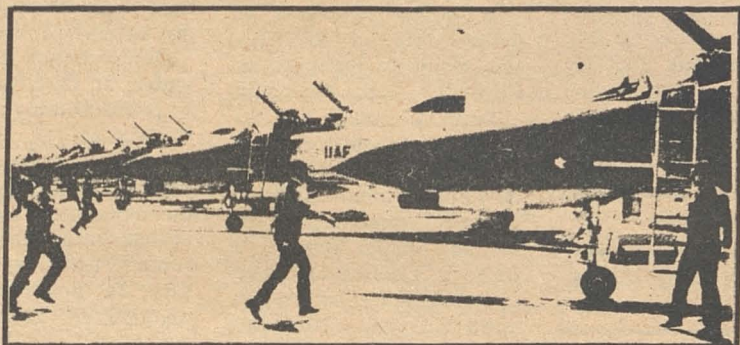
construir uma potência económica poderosa em confronto com os países produtores e explorados. Estamos decididamente contra essa Europa: a Europa de Giscard e de Schmidt. Pensamos sim que invariavelmente há que caminhar em direcção a uma Europa respeitadora dos partidarismos de todas as nacionalidades e amplamente aberta aos povos do Terceiro Mundo, com a vocação essencial da fraternidade e não a Europa dos negócios. *x Qual o estado de espírito do povo corso face a estes problemas económicos, políticos e culturais?*

O povo corso tem-nos dado apoio durante a repressão, e em particular quando estive condenado a cinco anos de prisão. Esse apoio popular é devido ao facto do povo corso ter consciência que lutamos em seu exclusivo proveito: recuperar os bens colonizados, recuperar a sua identidade e dignidade.

Também é verdade que o povo se move muito lentamente para forjar o seu sentimento profundo e o seu comportamento político. Por vezes ele é versátil, mas sabemos que, de ora em diante, em particular com a juventude, que é a voz da emancipação, esse objectivo político será levado até ao fim.

Tenho a intenção, antes do fim do ano ou começo do próximo, de me deslocar à Venezuela e a Porto Rico, para me encontrar com a comunidade corsa nesses países que é extremamente activa. Depois irei aos Estados Unidos, ao Quebec e à Europa do Norte.

Pactos militares em extinção



*depois do desmoronar da SEATO e da CENTO,
o que virá? «neutralismo» ou novos pactos
em gestação?*

As alterações revolucionárias produzidas em diferentes pontos da Ásia durante a presente década, traduziram-se na dissolução de dois dos três grandes pactos militares promovidos pelas potências ocidentais para cercar a União Soviética.

Os golpes mortais contra a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO) e a Organização do Tratado Central (CENTO) não provieram de intervenções soviéticas, mas de alterações nas estruturas políticas e sociais dos países membros de ambos os pactos.

Houve, de facto, um factor catalizador que precipitou a decisão final dos países membros em abandonar antes do previsto ambos os

blocos militares. No caso da SEATO, este factor foi proporcionado pelo triunfo das forças socialistas e a entrada do Exército de Libertação do Vietnam em Saigão, em Abril de 1975. Quanto ao CENTO, o seu desmoronamento seguiu-se ao colapso do regime imperial do Xá Mohammed Reza Pahlevi, em Janeiro e Fevereiro deste ano.

O PAPEL DO PAQUISTÃO

Apesar de tudo, estes dados não teriam bastado para romper as alianças militares se as restantes nações participantes tivessem mantido a sua identificação com os objectivos originais de ambos os pactos. O Paquistão, por exemplo, dis-

tanciou-se nitidamente da adesão que lhes fornecia no tempo em que o governante indiscutido era o marechal Ayub Khan, na década de cinquenta e sessenta. Apesar de continuar sob um governo militar — o do general Zia ul-Haq — a sua política externa alterou-se significativamente de orientação, em grande parte devido ao trabalho do seu predecessor, Zulfikar Ali-Bhutto (morto por sentença de um duvidoso tribunal).

Mesmo antes que se tivesse produzido a revolução islâmica, já o Paquistão atribuía uma grande importância aos fundamentos islâmicos, o que lhe permitiu absorver as pressões ocidentais.

O papel do Paquistão em

matéria de blocos sempre foi considerável — na sua qualidade de membro da SEATO e da CENTO, ainda que a sua retirada efectiva da SEATO se explique como um passo preliminar para abandonar a segunda organização. Mas, em parte, o papel do Paquistão foi negativo. A sua inclusão entre os Estados membros da SEATO converteu esta organização num anátema para a Índia, a segunda nação mais populosa do mundo e com uma longa história de estreitas relações com os povos e nações do Sudeste Asiático.

UM NOVO NEUTRALISMO

Acrescente-se ainda que o neutralismo patrocinado pelo presidente Sukarno da Indonésia havia mantido o seu país, o mais populoso do Sudeste Asiático, à margem do bloco.

Mas o que na realidade destruiu a SEATO foi o facto de as próprias nações do Sudeste Asiático mais pró-ocidentais terem rejeitado a ideia dos blocos militares. Singapura e Malásia, por exemplo, tinham velhas relações com o Ocidente e em particular com a Grã-Bretanha, antigo poder colonial de ambos os países. Mas, juntamente com a Indonésia, Tailândia e Filipinas criaram, no início da década de setenta a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), grupo cultural e económico que, em declarações políticas cada vez mais frequentes, tem adoptado uma posição crescentemente neutralista.

A ASEAN — tal é a sigla da organização — solicitou que o Oceano Índico seja

declarado zona neutral e ainda que individualmente alguns dos seus membros continuem a manter relações amistosas com os países industrializados do Ocidente; os seus laços com os países socialistas e com outras nações do Terceiro Mundo têm progredido consideravelmente.

A mesma tendência se desenvolveu no seio dos três membros regionais da CENTO — Irão, Paquistão e Turquia — ainda que em sentido mais relativo. A decisão do Irão em se retirar da CENTO, anunciada pelo último primeiro-ministro do Xá, Shapur Bakhtiar, e depois confirmada pelo ayatollah Khomeini, representou uma alteração abrupta. O líder religioso chiita evidenciou dramaticamente as transformações processadas desde os dias em que o Xá era o favorito dos Estados Unidos entre os governantes do Médio Oriente e, com Israel, o maior beneficiário da ajuda militar norte-americana.

Mas para o Paquistão o resultado foi o culminar de um longo processo. Sob Bhutto, cuja personalidade dominou a cena política do país, primeiro como presidente e depois como primeiro-ministro, entre 1971 e 1977, o Paquistão adoptou um rumo independente na sua política internacional.

Porém, quando o governo do general Zia anunciou nos começos de Março a sua decisão de se retirar da CENTO, o Paquistão ainda não tinha tornado claro o seu ingresso no Movimento dos Países Não Alinhados.

Mas o que determinou, em última instância, a liquidação final da CENTO

foi, sem dúvida, a retirada da Turquia. Os problemas deste país são numerosos e complexos, oscilando entre uma virtual bancarrota e um equilíbrio interno muito precário.

A população turca é maioritariamente islâmica e, por isso, não deixa de perturbar o governo de Ankara o *boom* muçulmano nos países vizinhos.

Desde o seu acesso ao poder, em Janeiro de 1978, o primeiro-ministro turco Bülent Ecevit, apesar da sua frágil maioria parlamentar, tem impulsionado uma orientação mais equilibrada da política externa turca. Durante várias décadas os governos turcos mantiveram distância em

A RETIRADA DA TURQUIA

relação à União Soviética, o que explica a sua filiação aos blocos militares ocidentais como a NATO e a CENTO. Mas durante o governo de Ecevit, a Turquia tem-se mostrado hospitaleira com as delegações militares e políticas da União Soviética.

A decisão de Ecevit em retirar o seu país da CENTO, cuja sede central se encontra precisamente na capital turca, Ankara, poderia antecipar, logicamente, a saída turca da NATO.

Mas a preocupação turca em manter decisões políticas equilibradas leva a que a sua retirada da NATO não seja provável. É possível, antes, que adopte um curso similar ao da Roménia de Nicolau Ceausescu, que limitou ao mínimo o papel do seu país no Pacto de Varsóvia, ainda que não tenha formalizado a retirada daquele pacto militar.

SÍRIA—IRAQUE

a construção da unidade

PANORAMA
TRICONTINENTAL

A cimeira entre os governos do Iraque e da Síria, encerrada em Bagdad a 19 de Junho, obteve grandes avanços na unificação dos dois países. Tal é o objectivo a que se propuseram, desde a reconciliação de Outubro do ano passado, os líderes de ambos os Estados árabes, pertencentes às duas alas do partido Baas, o qual também será unificado.

A cimeira permitiu delinear este desígnio das duas partes, firmemente comprometidas em atingir a fusão nacional e não apenas uma federação dos dois Estados.

O ministro da Informação do Iraque, Saad Kassem Hammoudi, precisou que a nova entidade estabelecer-se-á em torno de um presidente único, um parlamento, umas forças armadas. Sobre os alcances do acordo, o Presidente iraquiano Ahmad el Bakr declarou: "Todos tínhamos tido a esperança de que os nossos passos rumo à unificação seriam mais consideráveis do que os que demos". Estas palavras fazem supor que a posição iraquiana era ainda mais ambiciosa, mas El Bakr acrescentou que se tratou de um passo importante e positivo na marcha conjunta para a unificação.

Por seu lado, o presidente da Síria, Hafez Assad, expressou: "o que esperamos é uma unidade completa entre a Síria e o Iraque, como uma base sólida para a unidade árabe integral". O que transcendeu deste encontro para a imprensa não oferece detalhes sobre as medidas práticas que levarão ao objectivo. Por se tratar de um processo de enorme complexidade, é provável que o acordo tenha tocado apenas as metas gerais, deixando os detalhes concretos para futuros encontros a nível de comissões.

Com efeito, Hammoudi anunciou que "até que se estabeleça uma unidade constitucional com as suas respectivas instituições, a liderança política será exercida pelos presidentes El Bakr e Assad".

Entretanto, estabeleceram-se duas comissões, uma terá a seu cargo a redacção do projecto de Constituição e a outra da fusão partidária.

A união das duas alas do Baas, o partido nacionalista revolucionário fundado por Michel Aflak, aparece como a base deste edifício cujo peso no Médio Oriente será determinante. A nova nação — cujo nome ainda não se conhece — terá as

Forças Armadas mais poderosas do mundo árabe e será também a de maior potencial económico.

A unificação das duas nações foi uma das grandes respostas que o Mundo Árabe deu aos acordos de Camp David, onde Israel e Egipto concordaram, sob o patrocínio dos Estados Unidos, em assinar um tratado de Paz separado, e com um estatuto que nega ao povo palestiniano os seus direitos nacionais.

A outra resposta consistiu na reunião dos chefes de Estado árabes, celebrada também em Bagdad, onde foram adoptadas severas sanções contra o regime egípcio. O governo do general Anwar Sadate ficou consequentemente isolado dentro da região árabe.

Naquela cimeira, demonstrou-se que, não obstante as contradições entre governos árabes conservadores e progressistas, a solidariedade dos povos árabes com a causa palestiniana é um valor que se impõe mesmo a regimes estreitamente aliados aos Estados Unidos, como a monarquia saudita.

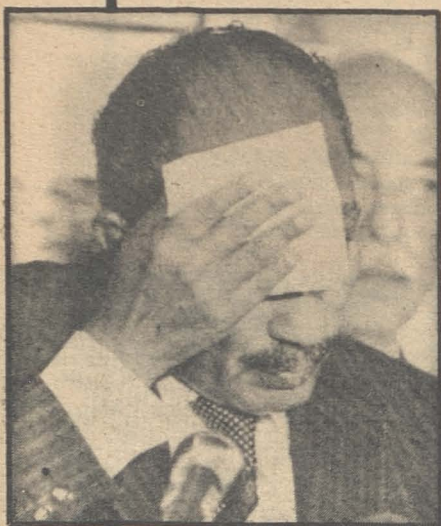
Isto não foi previsto por Washington nem pelo Cairo ou Telavive. Tão pouco imaginaram uma nova e poderosa nação árabe que cresce frente a Israel.



A solidão de Sadat

O primeiro ministro de Israel ofereceu os seus serviços ao Presidente Sadate para tentar salvá-lo do isolamento em que se encontra. Embora seja verdade que o mandatário egípcio enfrenta um crescente bloqueio por parte dos árabes, dos países islâmicos e do conjunto das nações progressistas do mundo, certamente não é o Sr. Beguin a pessoa mais indicada para tirá-lo desses apuros.

O Egipto sempre representou para o mundo árabe um país de vanguarda e uma liderança respeitada. Por isso não foi fácil para os demais membros dessa comunidade suspender as relações com o seu governo, após uma aproximação que os desafios comuns haviam consolidado e ampliado. Porém, a aliança do governo de Sadate com Israel e com os Estados Unidos, em detrimento da Nação Árabe e, em particular, da causa palestina, obrigou-os a isolar a administração do Cairo, em bloco com a precária excepção do Oman e do Sudão.



É possível que Sadate, assim como os seus aliados norte-americanos e israelitas, não acreditasse que nações com tantos problemas internos e controvérsias tão agudas, se unificassem frente a esta questão. Mas é isto o que está a suceder.

O facto da Arábia Saudita, do Kuwait e outras nações do Golfo Árabe interromperem as suas volumosas ajudas ao governo de Sadate e retirarem mais de dois milhões de dólares dos bancos egípcios, é uma amostra da decisão árabe de

afastar-se da linha assumida pelo Cairo.

Outro passo importante nessa direcção foi a decisão dos países islâmicos reunidos no Marrocos, de congelar a representação egípcia em resposta aos acordos de Camp David e Washington.

A comunidade islâmica, com mais de seiscentos milhões de habitantes, tomou naquela reunião a histórica decisão de considerar Jerusalém como a capital da Palestina e de rejeitar qualquer acordo que ratifique a presença de Israel nos territórios árabes.

O presidente Sadate disse que convocaria uma outra reunião islâmica para tentar encontrar uma solução ao problema de Jerusalém. Tal iniciativa foi recebida como uma piada propagandística sem maior peso, já que ele mesmo assinou acordos que fortalecem a ocupação israelita de territórios árabes, incluindo Jerusalém.

A única importância deste gesto de Sadate é que ele começa a se inquietar pela constatação do significado da política árabe de isolar o seu governo, agora fortalecida pela solidariedade de toda a comunidade islâmica. Sobretudo pela grande repercussão que isso está a ter sobre o próprio povo egípcio.

SKYLAB: mais uma ameaça do imperialismo

Umas das críticas, talvez um pouco primária mas com alguma justiça, que se pode fazer aos voos espaciais, é que eles procuram lá cima conquistar algo que nos falta cá em baixo.

Na verdade, o empreendimento espacial utiliza muitas energias e meios que bem poderiam ser despendidos para acabar de vez com a miséria que continua a atingir grande parte do nosso planeta.

Mas se essa crítica nos parece frágil, já que a ciência deve prosseguir também ela a sua própria evolução, que dizer quando o resultado prático dessa mesma ciência e desse extraordinário empreendimento se arrisca a nos cair sobre as cabeças?

A nave espacial Skylab que em meados de Julho deverá tombar algures na terra, por deficiência, poderá por sorte não atingir ninguém ou causar poucos danos, mas a verdade é que a partir de agora os povos deste mundo (porque as naves quando caem, caem para todos) devem exigir que as aventuras espaciais e de concorrência, não ponham mais em risco a sua própria vida, tal como, por exemplo, as centrais nucleares já o fazem.

angola

a capital da cooperação africana

De 9 a 16 de Junho, Luanda viu-se transformada na capital da cooperação entre países africanos.

Nos dias 9 e 10, aí estiveram reunidos os chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique a São Tomé e Príncipe, para aprofundarem os laços de amizade e cooperação que a história de luta comum já haviam estabelecido desde longa data. Nesta Cimeira, a que se deverá seguir uma segunda em Moçambique, os cinco chefes de Estado proclamaram no comunicado final "a vontade comum do desenvolvimento da cooperação entre os cinco Estados que, partindo dos laços de camaradagem de armas forjados na luta de libertação, desejam agir concretamente e para pôr em prática uma estratégia conducente à libertação e desenvolvimento económico e social dos seus países."

Da mesma forma, os cinco Presidentes manifestaram "a vontade de alargar a cooperação a todos os outros Estados igualmente interessados nos objectivos anti-imperialistas desta acção".

Agostinho Neto, anfitrião e presidente desta cimeira, é dos líderes que mais insistem na necessidade de alcançar a independência económica para se chegar à real libertação dos povos. E desde a Cimeira da OUA, em Kartum, no ano passado, vem defendendo uma maior cooperação e integração económica africana para se caminhar nesse sentido.

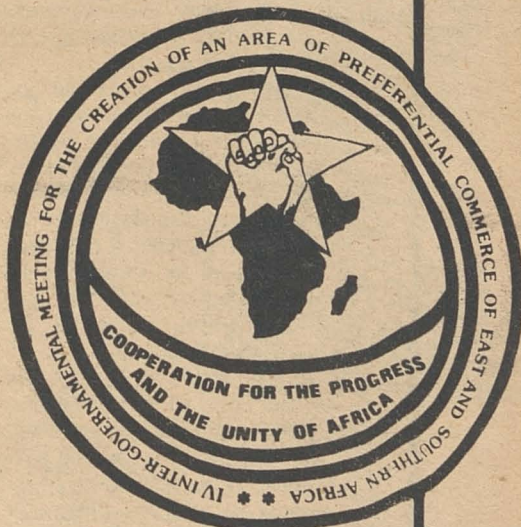
Dois dias após encerrada a "Cimeira da Unidade", que reuniu em Luanda os Presidentes, Neto, Samora Machel, Luis Cabral, Aristides Pereira e Manuel Pinto da Costa, teve lugar nessa mesma capital a quarta Reunião do Grupo Inter-governamental para a criação de uma Zona de Comércio Preferencial (ZEP) que englobe 17 países da África Austral e Oriental.

A reunião decorreu sob os auspícios da Comissão Económica para a África (CEA), órgão das Nações Unidas de que é Secretário-Geral adjunto Lopo do Nascimento, ex-Primeiro Ministro de Angola.

Os dezasseis países participantes são: Angola, Botswana, Comores, Djibuti, Etiópia, Seychelles, Somália, Swazilândia, Uganda, Tanzânia e Zâmbia. Durante a reunião foram examinadas as seguintes

questões: projecto de protocolo sobre a reexportação no interior da ZEP dos produtos importados de terceiros países; listas dos produtos destinados à troca no interior da ZEP; e protocolo sobre cooperação aduaneira.

"O nosso objectivo é a reestruturação das nossas economias e a redução da nossa dependência exterior, graças ao mecanismo de cooperação económica sub-regional. A condição prévia e fundamental



para a cooperação económica é a vontade política. Por isso, é essencial que todos os países da zona se engajem na constituição da Zona de Comércio Preferencial, como primeira etapa para uma cooperação económica mais sólida e mais profunda". Essas foram as palavras de Lopo do Nascimento, ao falar na abertura da reunião, em nome da CEA.

Essa vontade de libertar-se economicamente está na raiz da abertura do governo angolano à cooperação com outros países, especialmente da África, o que se traduz no esforço que vem realizando em todos os sentidos. E não é por acaso que, durante alguns dias, Luanda se tornou a capital da cooperação africana no último mês de Junho.

PANORAMA
TRICONTINENTAL

Portugal

exigida aproximação com os países árabes

No seguimento da solicitação intrepuesta pelos principais partidos políticos portugueses ao governo do primeiro-ministro Mota Pinto, recentemente demitido e provisoriamente em exercício de funções, no sentido de serem desbloqueadas as relações luso-árabes — facto que levou a Liga Árabe a manifestar a sua "satisfação" —, o deputado socialista João Lima, ex-secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, requereu ao governo português, ao abrigo das normas parlamentares, resposta a diversas perguntas que se prendem com essa questão.

Entre as perguntas postas ao governo, aquele deputado requiere informações sobre a "posição portuguesa em relação ao problema dos colonatos judeus em territórios árabes"; bem como "quais as instruções dadas pelo governo à representação portuguesa na Comissão do Conselho de Segurança — de que Portugal é membro —, que se irá debruçar sobre esse tema.

Em relação ao estado actual das relações de Portugal com a Líbia, aquele deputado socialista interroga sobre que diligências o governo português praticou, no sentido do restabelecimento de relações dinâmicas com aquele país árabe. Recorde-se que, recentemente, a colónia portuguesa a trabalhar na Jamairhíia Líbia, exigiu às autoridades portuguesas a pronta instalação de um consulado português naquele país.

Todas estas iniciativas, no sentido do desbloqueamento das relações entre Portugal e os países árabes, antecederam em alguns meses esse acontecimento de extraordinário significado para os povos árabes e em geral para todos os povos — e que é a Conferência Mundial de Solidariedade com os Povos Árabes e a Causa Palestiniana, que decorrerá precisamente em Lisboa, capital portuguesa, no próximo mês de Novembro.

Acontecimento que será precedido pela abertura oficial nesta cidade duma delegação da Organização de Libertação da Palestina (OLP).

Tan-Tan

Polisário leva a guerra ao interior de Marrocos

Integrada na ofensiva "Houari Boumedienne", desencadeada a partir do início do corrente ano, o Exército de Libertação Saharauí atacou uma vez mais a cidade de Tan-Tan, situada no sul marroquino.

Trata-se da terceira acção armada de grande envergadura contra aquela cidade, importante ponto estratégico, verdadeira "testa-de-ponte" para as forças monárquicas de Hassan II.

Segundo fontes próximas do Ministério da Defesa da República Árabe Saharauí Democrática, a cidade de Tan-Tan — incrustada numa zona onde vive ainda importante colónia de origem saharauí, cuja população se encontra sujeita a todo o tipo de maus tratos e retaliações por parte das forças repressivas marroquinas, situação que tem sido já denunciada por diversas organizações humanitárias internacionais e pela própria Polisário — foi atacada mais uma vez, no passado dia 27 de Junho: Segundo as mesmas fontes, o ataque teria provocado inúmeras baixas entre as forças de Rabat, tendo as forças de libertação do povo saharauí feito inúmeros prisioneiros e recuperado do inimigo grande quantidade de material pesado: veículos, rádio-transmissores, bem como armas ligeiras e munições.

Esta espectacular operação segue-se a outras não menos importantes operações, nomeadamente contra El-Ayoun, capital do Sahara Ocidental, e contra a mesma cidade de Tan-Tan.

ghana

um tenente no poder

O Ghana conheceu um mês de Junho bastante agitado.

No dia 4, um violento e confuso golpe de Estado, comandado por um tenente da Força Aérea de apenas 32 anos de idade, Jerry Rawlings, derrubou o governo do Conselho Militar Supremo chefiado pelo general Fred Akuffo.

Vinte dias antes, o tenente Rawlings falhara uma primeira tentativa. Preso desde então, foi libertado (não se sabe se pelas tropas já revoltadas ou pouco antes por pressões dos soldados e jovens oficiais) e encabeçou o golpe, desta vez com sucesso. Nos combates foi morto o major-general Odartey-Wellington, comandante das Forças Armadas, que se recusara a render-se aos rebeldes.

Foi o quarto golpe militar no país, desde a sua independência em 1960, sob a direcção de Kwame Nkrumah, que foi deposto pelos militares em 1966. O general Ignatius Acheampong assumira o poder em 1972, por meio de um golpe, e foi por sua vez destituído pelos seus colegas do Conselho Militar para ceder o lugar ao general Fred Akuffo.

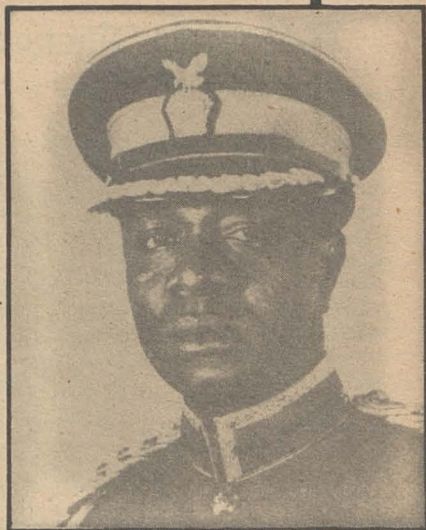
Este último, havia prometido entregar o poder aos civis e abriu o processo de transferência com a autorização ao funcionamento dos partidos políticos desde Janeiro deste ano. Estabeleceu-se então um calendário que culminaria a 1 de Julho com a tomada de posse de um governo civil, após eleições gerais a serem realizadas a 18 de Junho.

Com a vitória do golpe chefiado por Rawlings, formou-se o Conselho Revolucionário das Forças Armadas (CRFA) constituído por oficiais, de patente até Major, e por soldados, cabos e sargentos. O CRFA iniciou uma purga dentro das Forças Armadas e permitiu a realização das eleições para Presidente e para o Parlamento na data prevista.

Dois dias antes das eleições, a 16 de Junho, o general Acheampong, julgado sumariamente por malversação de fundos públicos, foi fuzilado juntamente com o tenente-general Utuka, ex-comandante da Guarda de Fronteira.

Nas eleições saiu vitorioso o Partido Nacional Popular, dos seguidores de Nkrumah, que obteve 70 dos 140 do Parlamento e cujo líder, Hilla Limann foi o candidato à presidência mais votado, seguido de perto por Victor Owusu, do Partido da Frente Popular.

O CRFA, que manteve no governo vários ministros do regime deposto, estabeleceu com os partidos um adiamento na posse das novas autoridades civis, em princípio marcado para 1 de Outubro, prazo que foi justificado pela necessidade de fazer "uma operação limpeza" nas Forças Armadas e nos quadros burocráticos ligados aos governos anteriores.



Uma longa lista de personalidades e oficiais superiores devem passar por tribunais militares, acusados de corrupção, nepotismo, abuso de poder e delapidação dos bens públicos. No dia 26 de Junho, dez dias após o general Acheampong, foi fuzilado o general Fred Akuffo, por sabotagem económica, abuso do poder para enriquecer-se e má utilização dos fundos do Estado. No mesmo dia foram executados o general Akwasi Afrifa e outros quatro altos oficiais: o ex-chefe do Estado Maior da Defesa, general Robert Kotey; o ex-comandante da Marinha, Joy Amedume; o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, coronel Roger Felli; e o ex-vice-marechal do Ar, George Boakye.

Após essa sangrenta depuração, com que os jovens oficiais pretendem resgatar a sua instituição, desmoralizada por esses anos de corrupção e descabro económico, no regime militar, se o governo civil tomar posse, terá por diante a imensa tarefa de recuperar a economia do país e encaminhar o Ghana ao destino sonhado pelo líder africano Kwame Nkrumah.

CIENCIA E TECNOLOGIA

CENTRAIS NUCLEARES: mau negócio

Maurice Jacques

O governo revolucionário do Irão cancelou a construção de todas as centrais nucleares previstas no país; inclusive anulou dois contratos para centrais já em construção. O director da Organização Iraniana para a Energia Nuclear, Fereidun Sahabi, justificou o cancelamento dos contratos com a França e a Alemanha Ocidental por razões "políticas, económicas, sociais, humanas e técnicas".

Apesar do Irão ser obviamente auto-suficiente em energia com os seus recursos petrolíferos, o antigo regime do Xá subvencionava as companhias de equipamento nuclear da Europa Ocidental, assinando contratos da ordem de 5 bilhões de dólares para cada central. Estes enormes negócios entravam directamente nos circuitos da corrupção geral do sistema social do Irão.

Quando o Xá tentou acalmar os protestos populares do ano passado, com a prisão de alguns funcionários super-enriquecidos, o então director da Organização para a Energia Nuclear estava entre os primeiros atingidos. O regime hoje derrubado tinha adoptado a filosofia do tecnocratismo internacional, da "modernização máxima" e da submissão total aos ditados da busca de lucros pelos monopólios energéticos ocidentais; fazia aceitar o critério de "quanto mais cara a tecnologia adoptada, tanto melhor", escudado no mito da necessidade de tecnologia avançada para "estar no

século 20". A imagem externa de modernização convivía com a pobreza geral do povo iraniano.

Nos últimos cinco anos as encomendas de centrais nucleares por parte dos países industrializados baixaram até praticamente se anular em 1977. Isto resultou da subida dos custos de construção e de protecção contra a irradiação e acidentes. Por isso as companhias construtoras procuraram mercados para as suas centrais no Terceiro Mundo. Os regimes mais domesticados ideológica e economicamente responderam com uma média de 8 encomendas para o período que vai até meados dos anos oitenta; eles foram a Coreia do Sul, o Irão e o Brasil.

Agora o Irão anula até à finalização da central de Bushehr, de construção alemã, e que se considerava 80 por cento acabada. Mas o custo já tinha ultrapassado o previsto numa quantia de 3 milhões de dólares. O custo final previsto seria então mais que o dobro do normal da construção num país industrializado. "Ainda que seja verdade que as condições de trabalho são diferentes entre o Irão e a Alemanha, não podem ser tão diferentes", declarou Fereidun Sahabi.

Mas o elefante branco nuclear pode ser despedaçado; um antigo engenheiro do Programa nuclear iraniano já fez um estudo que mostra que as enormes torres de arrefecimento da cen-

tral podem ser utilizadas como silos de armazenamento de cereais. O cancelamento de todos os contratos nucleares do Irão reflectem o começo de uma profunda reorganização da economia nacional.

O jornal do capitalismo internacional *Financial Times* de Londres, fez uma estimativa das perdas das multinacionais no Irão. Para o sector civil corresponde a 37 bilhões de dólares e uma quantia similar para o sector militar. Pargas deste nível "não têm precedentes na história dos negócios mundiais, senão em casos de calamidade natural ou de guerra global" disse o jornal. No sector militar, são os Estados Unidos e a Inglaterra que sofrem as perdas maiores pela anulação de fornecimentos de armas destinadas ao exército-gendarme do Xá. Os vários comités operários que estão a emergir nas fábricas do Irão, têm exercido pressões para o cancelamento de vários contratos.

O programa nuclear brasileiro também encontra uma grande oposição interna por parte dos próprios físicos. O ano passado a Sociedade Brasileira de Física publicou um documento denunciando o programa nuclear do governo militar como uma monstruosidade tecnológica e uma continuação da dependência do país frente aos países industrializados. O custo da primeira central, Angra I, com a sua construção já muito adiantada, subiu de 218 milhões de dólares previstos inicialmente para quase 1 bilhão hoje. O custo total do famigerado acordo de 1975, entre a Alemanha Ocidental e o Brasil, subiu de 10 milhões de dólares para 13 bilhões. Os industriais brasileiros estão já a protestar contra os aumentos das tarifas de electricidade que resultarão disso.

Só nos países bem domesticados não aparecem problemas: na Coreia do Sul que pensa produzir um terço da sua electricidade a partir de centrais nucleares em alguns anos mais, e em Taiwan que já tem uma central e espera outras duas no começo dos anos oitenta.

HISTORIA



O Congo de Lumumba



Há precisamente 19 anos, Patrice Lumumba declarava unilateralmente a independência do Congo, então sob domínio colonial belga. Mas o imperialismo, disposto a não ceder as riquezas do coração da África, desembainhava já uma nova espécie de arma branca: a intriga política e o assassinato camuflado.

Adérito Lopes (*)

*Autor do livro "O Congo de Lumumba", ed. Assírio & Alvim.

TRINTA de Junho de 1960: Patrice Lumumba proclama a independência do Congo, território africano então sob dominação colonial belga. Três meses depois, o Exército sob a direcção do coronel Mobutu toma o poder. Lumumba desaparece a seguir, para ser preso e levado para a província do Catanga. No dia 17 de Janeiro de 1961, Patrice Lumumba, Chefe do Governo, Joseph Okito, presidente do Senado, e Maurice M'Pollo, ministro da Juventude e da Defesa, são assassinados, no Catanga, onde reinava Tshombé, mas para lá enviados pelo próprio Mobutu, e tudo sob o olhar cúmplice das forças da ONU estacionadas no Congo. Lumumba era um perigo para o imperialismo. Aquela não era a independência desejada pelas potências capitalistas e sobretudo pelos EUA, para o país que, situado no coração da África, era ainda e sobretudo um dos territórios mais ricos de todo o continente. Lumumba foi executado pelo braço armado dos homens de mão de Mobutu, mas as ordens vieram da CIA.

O QUE SE PASSOU

A transformação do continente africano nos últimos vinte anos tem sido bastante controverso. Mas do balanço geral pode dizer-se que muitos dos países que se tornaram independentes não conseguiram ser livres. A história do Congo fornece-nos o exemplo pelo menos mais antigo e de grande longevidade para suportar este conceito. Mas não se pode falar da



Quem é Mobutu?

Nascido em Lisala, a 14 de Outubro de 1930, filho de Albéric Memany (cozinheiro dos padres capuchinhos de Molegbe) e de Marie-Madeleine Yemo (fugida do harem de um grande chefe da região, de quem tinha sido a sexagésima mulher e a quem dera quatro filhos). Foi baptizado com o nome de Joseph-Désiré, e o apelido de um tio — Mobutu, que fora guerreiro-feiticeiro, Mobutu-Seko-Kuku. Depois de ter estudado com os padres de Scheut, em Leopoldville, alistou-se na força pública. Em Abril de 1954 é nomeado sargento. Colabora em revistas e faz um estágio de jornalismo em Bruxelas. Jornalista do "L'Avenir", em Leopoldville, desempenha também o papel de informador da Polícia Secreta belga. As suas informações assentavam nas actividades da juventude congoleza que dava entrada nas Universidades e noutras estabelecimentos de ensino.

Escritores e jornalistas que publicaram obras sobre o Congo falavam de Mobutu como "antigo agente da Polícia Secreta belga", o que dá ao facto uma característica de oficialidade. Com a importância que Mobutu foi assumindo no processo congolês, é perfeitamente normal a sua passagem para os serviços secretos norte-americanos, a CIA. Não seria preciso uma citação, tão fértil é a história em dar exemplos a seu respeito, mas para os mais cépticos, diremos que no livro "CIA — Inside Story", o autor gaba-se da "descoberta de Mobutu pela CIA". O autor, Andrew Tully, é historiógrafo oficial da Casa Branca e da CIA para o período de 1948-1961.

ditadura congolese de Mobutu, sem nos lembrarmos de Lumumba, da efêmera independência do Congo, das manobras imperialistas e dos golpes da CIA'

A história da independência do Congo não é muito honrosa para os belgas, nem muito clara para a História. Vamos ver rapidamente o que se passou.

Perante a justa reivindicação do povo congolês pela sua independência, o rei Balduino realizou em Bruxelas, em Fevereiro de 1960, uma mesa-redonda, na qual se acordou a independência daquela colónia belga para Junho desse ano. Este era o espírito da declaração final que fez sentar à mesma mesa belgas, representantes do Partido Nacional do Progresso (financiado pelos belgas) e pouco mais. Lumumba, preso na ocasião, consegue por imposição dos congolese chegar a tempo. E a sua presença altera os dados do jogo. De uma reunião fantoche para marcar uma independência fictícia, para ganhar tempo, Lumumba consegue uma palavra de ordem: independência imediata. Data: 30 de Junho.

E a independência foi proclamada na data fixada. Lumumba aproveitou a ocasião para dirigir ao país uma mensagem de paz: "Faremos com que reine não a paz das espingardas, das baionetas, mas a paz dos corações e da boa vontade". Como em todos os sistemas coloniais, também no Congo havia belgas interessados numa verdadeira independência, tendo sido eles próprios vítimas do capitalismo da Metrópole, e Lumumba fez, por isso, um apelo: "Peço finalmente a



Duas expressões de Lumumba. A última delas dramática: Lumumba cai nas mãos dos seus algozes, que o espancaram até à morte. Por detrás, a CIA «puxava os cordelinhos»...

todos que respeitem incondicionalmente a vida e os bens dos vossos concidadãos e dos estrangeiros estabelecidos no nosso país. Se a conduta desses estrangeiros deixa a desejar, a nossa justiça estará pronta a expulsá-los do território da República; se, pelo contrário, a sua conduta é boa, é preciso deixá-los em paz, porque também eles trabalham para a prosperidade do nosso país".

Claro que esta independência marcava um grande passo para o caminho da libertação dos povos colonizados do continente africano. Isso fez com que os países vizinhos comessem a limpar as armas agressoras. Os ingleses de-

fendendo as fronteiras da Rodésia, Portugal tapando a fronteira Angola-Congo com grandes forças expedicionárias. A América sobressaltou-se. O imperialismo pousava melancolicamente os seus olhos ávidos sobre as riquezas do coração da África. A agressão imperialista ia ser desencadeada, mas não convinha a guerra aberta. Uma nova espécie de arma branca ia ser lançada: a intriga política e o assassinato camuflado.

A FITA DO TEMPO

Na manhã seguinte ao dia da independência, os colonialistas belgas resolveram restabelecer a "or-

dem" no Congo. O general Jansens dirigiu a carnificina, da qual saíu regozijado: "Só empregámos uma centésima parte das nossas forças. Estes poucos mortos devem servir de lição aos que tiveram a sorte de escapar das balas". Mesmo assim, Jansens foi afastado para dar lugar a Lundula. Mobutu foi nomeado chefe do Estado-Maior. x Os belgas não renunciavam às riquezas do Congo; e para desestabilizar o país, 13 mil deles regressaram à Europa, privando o país de técnicos.

Tshombé, e os seus conselheiros belgas, depois de pedir auxílio aos ingleses e aos belgas, proclama a independência do Catanga. Por seu lado, os americanos participaram na evacuação dos "refugiados", porque estavam muito interessados no urânio. Logo a seguir vieram os pára-quedistas belgas, que estacionaram naquela província, onde reinava Tshombé.

No dia seguinte, 12 de Julho, Lumumba e Kasavubu dirigem-se ao Catanga, para impedir a divisão do país, mas o seu avião não pôde aterrar. Lumumba não pode visitar uma parte do país que governa, e regressa. Decide então pedir ajuda à ONU, que, no dia 14 de Julho, vota uma resolução em que se compromete a fornecer ao governo congolês toda a assistência militar para a defesa da integridade do país.

Hammarström, secretário-geral da ONU pede aos belgas para retirar as tropas do Congo. Mas a Bélgica não está interessada em largar o Catanga. E deste território vai começar a manobra: iniciam-se as lutas tribais por um lado e o

Testamento

(Carta escrita na prisão de Thysville a sua mulher Pauline Opangou)

"Minha querida companheira, escrevo-te estas palavras, sem saber se as receberás e se ainda estarei vivo quando as receberes.

Durante toda a minha vida, pela independência do nosso país, nunca duvidámos um instante do triunfo final da causa sagrada a que os meus companheiros e eu consagramos a nossa vida. Mas o que queríamos para o nosso país, o direito a uma vida honrada, a uma dignidade sem compromissos, a uma independência sem restrições, o colonialismo belga e os seus aliados ocidentais, que encontraram apoio directo nas Nações Unidas — esse organismo em que depositámos toda a nossa confiança uma vez que tínhamos apelado para a sua assistência —, nunca o quiseram.

Corromperam alguns dos nossos compatriotas, compraram outros, contribuíram para a deformação da verdade e para sabotar a nossa independência. Que mais posso dizer? Que eu esteja morto ou vivo, livre ou prisioneiro por ordem dos colonialistas, não é a minha pessoa que conta, mas o Congo, o nosso pobre país, cuja independência transformaram numa triste farsa. Mas a minha fé permanecerá inabalável.

Sei e sinto do fundo do meu ser que cedo ou tarde o meu povo se desembaraçará de todos os seus inimigos internos e externos, que se levantará como um só homem para dizer "NÃO" ao colonialismo degradante e humilhante e para instaurar a sua dignidade sob um sol brilhante.

Nós não estamos sós. A África, a Ásia e os povos livres e libertados de todos os cantos do Mundo estarão sempre ao lado dos milhões de congoleses que não terminarão a sua luta enquanto os colonialistas e os seus mercenários se mantiverem no nosso país.

Aos meus filhos, que deixei, para talvez não os tornar a ver, quero que digam que o futuro do Congo é belo e que espera deles e de todos os congoleses a realização do seu dever sagrado de reconstruir a nossa independência e a sua soberania, porque sem dignidade não há liberdade: sem justiça não há dignidade e sem independência não há homens livres.

A brutalidade, as sevícias, as torturas nunca me levaram a implorar a vida, porque prefiro morrer de cabeça levantada, com a fé indestrutível e a confiança profunda no destino do nosso país, a morrer na submissão, tendo renegado os princípios que me são sagrados.

A história pronunciará um dia o seu julgamento, mas não será a história que se ensinará em Bruxelas, em Paris, em Washington ou nas Nações Unidas; será a que se ensinará nos países humilhados pelo colonialismo e pelos seus fantoches. A África escreverá a sua própria história e esta será do Norte ao Sul do Sahará, uma história de glória e de dignidade.

Não chores, companheira. Eu sei que o meu país que tanto sofre saberá defender a sua independência e liberdade.

VIVA O CONGO/ VIVA A ÁFRICA/

Prisão de Thysville

Patrice Lumumba"

êxodo dos técnicos europeus por outro. A situação económica começa a ser preocupante. Milhares de panfletos de propaganda são distribuídos no Congo, mas eram impressos em Anderlecht (Bélgica) pelos belgas de extrema direita do *Europe Magazine*, e enviados para a África com o apoio das autoridades belgas.

O mês de Agosto passa-se numa bizantina troca de correspondência entre Lumumba e Hammarström, pelo facto de estarem as tropas da ONU estacionadas no Congo desde 16 de Julho, e os belgas não terem ainda retirado os seus pára-quedistas do território.

Como era de esperar, no mês de Setembro agravaram-se as contradições entre o presidente Kasavubu e o primeiro-ministro Patrice Lumumba, e desencadeia-se a crise, iniciando-se um conluio entre Kasavubu e Mobutu para afastar Lumumba.

OS ÚLTIMOS DIAS DE LUMUMBA

Na manhã de 5 de Setembro de 1960, Kasavubu vai à rádio dizer que Lumumba tinha renunciado às suas funções de primeiro-ministro. Este golpe foi feito astutamente, mas sem quaisquer precauções, pois deixou Lumumba em liberdade, permitindo que este controlasse a rádio Leopoldville e imediatamente desmentisse aquela declaração.

No dia 13 de Setembro, o Parlamento, por grande maioria (88 votos a favor, 5 contra e 3 abstenções), vota plenos poderes a Lumumba. Na manhã seguin-

te, Kasavubu suspende o Parlamento e na tarde desse mesmo dia a crise explode da forma mais surpreendente: o coronel Mobutu, chefe do Estado-Maior, anuncia que o Exército toma o poder até 31 de Dezembro, acrescentando que as instituições políticas centrais eram neutralizadas e que o Governo seria assumido por um Colégio de Comissários, como na realidade sucedeu no dia 20 de Setembro.

No dia 11 de Outubro, Kasavubu assinava, a pedido de Mobutu, um decreto-lei que transmitia ao Colégio de Comissários todos os poderes normalmente exercidos pelo Parlamento e pelo Governo. Deste modo, o Colégio de Comissários ficou incumbido de dirigir os assuntos do país até 9 de Fevereiro de 1961, data em que o chefe de Estado findava as suas funções por decreto.

No dia 15 de Setembro, o dia seguinte ao golpe de Mobutu, Lumumba refugiou-se na messe de oficiais do Gana, em Leopoldville, porque a sua vida corria grande perigo.

Sabe-se, por testemunhos diversos, que Lumumba passou a ter uma protecção muito dúbia por parte das tropas da ONU, até que fugiu da messe dos oficiais do Gana, mais tarde foi preso e levado com dois companheiros para o Catanga.

Maltratado na prisão de Thysville (campo militar congolês), foi levado para o Catanga, como uma espécie de presente para Tshombé.

Lumumba foi assassinado a 17 de Janeiro de 1961, mas só a 9 de Fevereiro se começou a falar da sua morte. Tshombé inventara uma fuga dos três pri-



sioneiros, para ganhar tempo e fazer calar a opinião pública mundial. E realmente o assunto ficou em silêncio, porque o assassinato teve muitos e poderosos cúmplices. Munongo, em representação do Governo catangues, respondia com um desafio: "Acusar-nos-ão de os ter assassinado. Eu respondo: provem-no!"

Nem as autoridades da ONU estiveram interessadas.

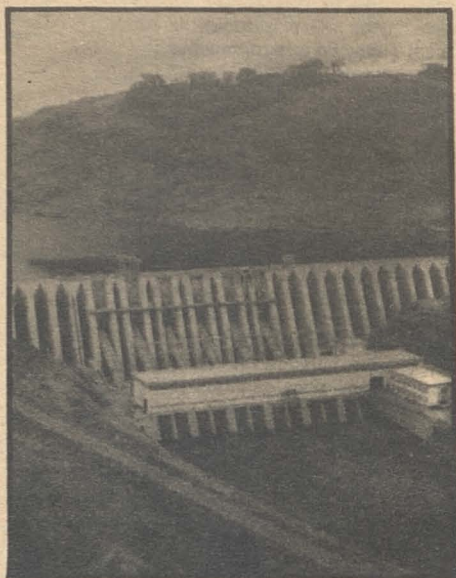
Para a ONU, o caso encerrava-se com uma declaração, salientando que "teriam sido mortos a 17 de Janeiro de 1961, após a sua chegada, numa vivenda de Elisabethville e muito provavelmente sob os olhos de certos membros do governo da província do Catanga, nomeadamente Tshombé, Munongo e Kibwe pensando que foram montadas todas as cenas de evasão".

Lembra também aquela organização internacional no seu relatório, que o Governo do Congo a impediu de dirigir-se aos locais do crime, ficando, assim, incompleta a sua missão.

E de facto ficou.

ECONOMIA

o Banco Africano de Desenvolvimento



A criação do Banco Africano de Desenvolvimento abriu, a partir de 1967, novas perspectivas na política de investimentos posta em prática em África. Mas a participação de capitais não-regionais pode trazer problemas

Ladislau Dowbor

REUNIDOS em Abidjan entre 12 e 18 de Maio, ministros de Finanças e Governadores dos Bancos Centrais dos quarenta e oito países africanos membros tomaram uma decisão fundamental

para o futuro do BAD, uma das instituições mais importantes de financiamento do desenvolvimento africano: abrir o capital e os votos no Conselho de Administração a países "não-regionais", ou seja,

dominantemente, às grandes potências ocidentais.

Há dezasseis anos, os "pais fundadores" da instituição, representando os doze países membros na época da fundação, comprometeram-se a restringir

por estatuto a participação no capital aos países africanos. A opção tomada constitui portanto, conforme declarou o presidente do Grupo BAD, Sr. Fordwor, na abertura da reunião, uma "decisão vital".

Entre manter o carácter africano da instituição e assegurar o recurso aos capitais das potências ocidentais preferiu-se a segunda opção, atenuando-a simultaneamente com medidas destinadas a resguardar o

poder de decisão maioritário dos países regionais.

CONSTITUIÇÃO

O Grupo BAD é constituído pelo próprio Banco Africano de Desenvolvimento, alimentado por fundos regionais, pelo FAD (Fundo Africano de Desenvolvimento), alimentado por fundos de países não-regionais, e pelo NTF (Nigerian Trust Fund) alimen-

tado pela Nigéria. Trata-se do principal instrumento especificamente africano de financiamento público, de que a região dispõe para lançar os seus projectos de desenvolvimento.

ACTIVIDADES

A importância que a instituição tomou nos últimos anos aparece no seu volume de empréstimos, conforme o Quadro I.

Quadro I

Ano	Número de empréstimos concedidos	Montantes (milhões de US\$)
1967	1	2.3
1968	2	3.0
1969	5	7.9
1970	7	11.1
1971	15	24.7
1972	17	27.4
1973	13	43.1
1974	42	135.3
1975	51	196.6
1976	44	179.4
1977	60	325.6
1978	70	423.5

Fonte: Anual Report, ADB, 1978.

Assim, o Grupo fornece actualmente créditos de cerca de meio milhão de dólares por ano, em condições particularmente favoráveis, e destinados a projectos de desenvolvimento da região. O montante acumulado de empréstimos atinja 958 milhões de dólares em 1977, e 1380 milhões de dólares em 1978, o que

representa um aumento de 44 por centos num ano.

O facto do Grupo ser controlado até agora exclusivamente por representantes regionais, teve, certamente, um impacto importante sobre a orientação do crédito atribuído. Em particular, menos vinculado com os países exportadores de tecnologia avançada e

de produtos industrializados, o Banco pode financiar infra-estruturas económicas, que tem efeitos estruturais determinantes para o futuro desenvolvimento da África, mas trazem poucos efeitos imediatos em termos de lucro.

A orientação sectorial do grupo pode ser constatada no Quadro II.

Quadro II

Actividades operacionais do Grupo do Banco por sector (milhares de dólares)

	Percentagem	Número de empréstimos	Total 1967-1978 mil dólares
Agricultura	21.8	71	301 006
Transportes	27.7	88	383 016
Serviços Públicos	30.0	99	414 123
Bancos e Indústria	12.2	48	168 576
Sector Social	8.2	22	113 660
Total	100.0	328	1 380 381



O desenvolvimento do sector agrícola, onde se concentra a maior parte da população, e o desenvolvimento das infra-estruturas de transportes e de serviços públicos, cujas deficiências travam o próprio desenvolvimento industrial, foram particularmente favorecidos na política de atribuição de créditos.

Com projectos em todos os seus quarenta e oito países membros, salvo a Líbia e o Djibouti, o BAD tornou-se assim rapidamente uma instituição de peso na orientação do desenvolvimento económico da África.

Não espanta portanto que a instituição tenha sido alvo de uma firme investida

por parte dos países exportadores de capital, ora materializada na abertura do seu capital aos "não-regionais".

Na participação não-regional, nota-se em particular:

EUA	17.2%
Japão	14.2%
Alemanha	10.9%
Canadá	9.7%
França	9.4%
Grã-Bretanha ...	6.4%
Suécia	4.0%
Suíça	3.8%

DINHEIRO "EXTERNO"

O aspecto positivo da abertura da capital ora considerada é evidentemente o empréstimo de 2100 milhões de dólares por parte dos países não-regionais. Como o Grupo se compromete a manter os 2/3 do capital nas mãos dos países africanos, o capital do grupo aumentará para atingir 6300 milhões de dólares, o que multiplicará pratica-

mente por quatro os seus recursos.

Outro elemento chave, é o facto dos países não-regionais que agora tomam participação no capital do BAD, comprometerem-se a manter as suas contribuições ao FAD ao nível de pelo menos dois terços das subscrições ao BAD. Isto significa que haverá um aumento importante dos empréstimos para projectos de desenvolvimento pagáveis em cinquenta anos e praticamente sem juros.

Frente à expansão dos investimentos financeiros pelo Grupo, é difícil ver outro caminho. "Não temos outra alternativa", — comenta um dos administradores do grupo — pois os Estados africanos estão na sua quase totalidade incapazes de mobilizar recursos suficientes."

Se o presidente do Grupo, D. Fordwor, conclui que "a abertura do capital do Banco aos Estados não regionais é um excelente meio de resolver o problema", outros administradores colocam a questão mais importante, que é o de saber se a abertura "compen-

sa os riscos políticos evidentes de tal aventura”.

Em particular, os Estados não-regionais pedem uma representação de peso no Conselho de Administração do BAD: segundo o representante dos Estados não-regionais, “deve haver uma relação bem determinada entre as contribuições no capital e a participação no Conselho. Se os Estados não-regionais trazem contribuições que se elevam a um terço do capital do BAD, seria lógico que tenham um terço dos assentos no Conselho”. Assim os países não-regionais pedem que seja constituído um conselho de dezoito membros, dos quais seis seriam nomeados por eles.

Isto posto, os Estados não-regionais “aceitam que a sua admissão no Banco não deve de maneira alguma prejudicar a manutenção do carácter africano do Banco”.

CRESCIMENTO

Outra preocupação que aflora, é a da própria máquina do BAD. De quarenta e cinco funcionários em 1966, o BAD passou a uma máquina de mais de quinhentos, dos quais cerca de trezentos são funcionários internacionais. Os gastos internos de funcionamento orçam assim em 15 milhões de dólares por ano. O Grupo, ao satisfazer as suas aspirações de constituir uma grande máquina de financiamento de projectos de desenvolvimento, é forçado a buscar os meios apropriados: os técnicos, e o financiamento. E estes devem ser buscados, a partir de certa escala, onde existem: na área internacional.

Assim, ao mesmo tempo que o presidente do Grupo se felicita de que “os fundos regionais tenham um papel de catalizador que atraia capital não-regional”, outros lamentam que com a abertura o Grupo se oriente para uma política não-regional.

Estas preocupações levaram o Banco a apresentar uma série de medidas destinadas a contrabalançar a abertura e a participação de 1/3 no Conselho por um reforço de controlos: assim, a direcção do Banco será sempre assegurada por membros regionais e o Presidente do Banco, que deve beneficiar do apoio maioritário dos seus membros, será sempre um cidadão de um Estado regional. O banco limitará as suas operações de empréstimos ao Continente Africano, e a sua sede será sempre em África. Nas reuniões do Conselho de Governadores, o *quorum* será constituído pela participação dos membros que controlam pelo menos 66 2/3 segundo a qual apenas critérios económicos servirão para formular as políticas em matéria de empréstimos destinados a projectos. x Estas são medidas e princípios com os quais os Estados não-regionais concordam, conquanto se lhes assegure participação no capital e um terço dos votos no conselho. São seguramente úteis, mas serão suficientes?

Entre as aspirações para a independência e as realidades económicas, os Governadores em Abidjan acabaram por optar pelas segundas, esperando que o mecanismo dos votos, que lhes reserva os 2/3 no Con-



selho, preserve as orientações originais.

A CRÍTICA

Para boa parte de observadores a participantes, o facto de disporem de 1/3 dos votos no conselho e de poderem jogar com as divisões entre Estados regionais, assegura aos Estados não-regionais uma capacidade de intervenção indiscutível na política de investimentos do Grupo.

É esta a conclusão de M'Hamed Hadj Yala, ministro das Finanças e Governador representante da Argélia: “Serão outros e não os africanos que poderão orientar as políticas do desenvolvimento dos nossos países, influndo de maneira determinante na escolha dos nossos investimentos.”

O representante argelino, que fez a única crítica coerente da iniciativa, pôs ainda em dúvida a necessidade deste aumento dos países africanos e as próprias dificuldades de gestão ao nível do BAD.

Situando correctamente a abertura do capital no plano político, Yala deplorou que uma tal instituição, emanção da Organização de Unidade Africana, perca o seu carácter original.

INFORMAÇÃO



Realidade e perspectivas da Nova Ordem Internacional da Informação

*A transferência incontrolada de tecnologia dentro de um
esquema de penetração. O documento da Comissão
Mc Bride, da UNESCO, promove a aproximação aos países
capitalistas*

Enrique González Manet

*** Editor do Boletim da Comissão da UNESCO em Cuba**

AINDA que a Nova Ordem Internacional da Informação não seja uma realidade concreta, e que a sua implementação exija ainda um esforço prolongado, o seu conceito e os seus princípios — confirmados na reunião de ministros dos Negócios Estrangeiros de Belgrado em 1978 —, foram universalmente reconhecidos pela ONU e pela UNESCO, e estão relacionados com a Declaração de Princípios Fundamentais sobre os Mass Media, aprovados por ambos os organismos internacionais.

Esta aceitação mundial, representa um triunfo de grande magnitude para o Movimento dos Países Não-Alinhados. Fala do seu prestígio e da sua força crescentes; da identificação de interesses comuns no campo socialista, no chamado Terceiro Mundo e algumas nações progressistas; da união, enfim, contra situações de desigualdade e dependência, as quais é necessário erradicar.

Esta justa aspiração — a de informar e a de ser informado de maneira equilibrada e objetiva —, suscitou as mais inflamadas e violentas campanhas de repúdio por parte dos grupos de poder imperialistas, a partir da sua proclamação pela Quarta Reunião Cimeira de Chefes de Estado dos Países Não-Alinhados, em Argel, em 1973. E acentuou-se depois da sua correlação com os postulados da Nova Ordem Económica Internacional, surgidos na Sexta Cimeira de Colombo, em 1976.

A sua mera formulação provocou o que poderia ser chamado de “declaração de guerra” por parte dos grandes consórcios transnacionais, interessados em manter o *status quo* e o “livre fluxo de informação”, elementos imprescindíveis da “livre empresa” e da política mercantilista.

Apareceram mesmo porta-vozes oficiais dos Estados Unidos, como Henry Kissinger, Daniel

Moyinham e Nelson Rockefeller, que falaram em foros internacionais da necessidade de destruir o Movimento dos Países Não-Alinhados e, com isso, eliminar a possibilidade da instauração da Nova Ordem Internacional da Informação.

Um grande avanço foi conseguido nos últimos três anos, não só no que se refere à definição da Nova Ordem, que de um conjunto de princípios defensivos e de formulações descritivas, passou a configurar-se já num sistema de positiva validade internacional, orientado para a acção e para a mudança.

Neste curto prazo ficaram organizados o Pool de Agências de Notícias, o Gabinete de Coordenação da Rádio e Televisão, e as associações regionais de jornalistas, e também foram incrementados os centros de formação técnica e investigação.

Mais recentemente, por ocasião da III Reunião do Conselho Intergovernamental sobre a

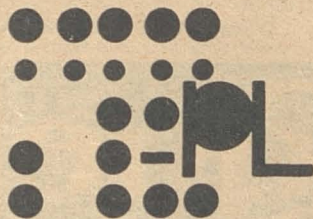
cuadernos del tercer mundo 29

ANGOLA:
El enemigo ataca

Informação, celebrada em Lomé, Togo, nos dias 25 e 26 de Abril deste ano, foram precisadas as medidas para unidade de acção na Conferência Mundial Administrativa de Rádio e também para outros acontecimentos internacionais; foi constituído um Gabinete de Coordenação das Associações de Jornalistas; foi aprovada a criação de um centro de documentação computadorizado via satélite no Sri Lanka; e defendida a necessidade urgente da adopção de medidas nacionais de comunicação, capazes de contribuir para com o desenvolvimento das infra-estruturas da Informação e de prevenir os efeitos nocivos de uma transferência sem controlo de tecnologia barata das telecomunicações.

A ESTRATÉGIA DAS TRANSNACIONAIS

O reconhecimento actual dos Países Não-Alinhados, e a aceitação da Nova Ordem Internacional da Informação pelos países capitalistas industrializados, constituem, sem dúvida, um passo em frente imposto pela unidade do Movimento, heterogéneo na sua composição, mas coerente na sua identidade de princípios.



Mas esta concepção dos países capitalistas industrializados também representa — devemos analisá-lo detidamente —, uma

brusca mudança táctica, dirigida à neutralização de avanços posteriores, e à criação de condições convenientes para subverter a Nova Ordem e debilitar o Movimento dos Países Não-Alinhados. A nova táctica inscreve-se sob a ideia da “conciliação”.

Pretende-se atingir este objectivo através de um processo de “informatização” global da sociedade, apoiado no monopólio dos sistemas de telecomunicações e na transferência operacional de tecnologia barata.

Neste minuto de triunfo dos Países Não-Alinhados, um grande perigo — maior do que nunca —, paira sobre os dois terços da Humanidade.

Trata-se, se não se previne a tempo, de uma maior dimensão da dependência e de uma mais aguda aprofundização da desigualdade, capaz de conduzir à homogeneização das culturas, ao predomínio universal de certos idiomas, à aplicação de novos modelos de divisão internacional do trabalho e, mesmo, à subordinação da soberania nacional.

Não evocamos o apocalipse. Esta possibilidade está próxima: faz parte da estratégia de domínio dos centros de poder imperialistas. Sua chave é a Informática, que levou a função de transmitir notícias a ser aplicada em todo o tipo de actividade social, baseada no saber e no processamento de dados.

As inovações mais recentes no campo da micro-electrónica, deslocaram a energia para converter a Informação na matéria-prima essencial do futuro imediato.

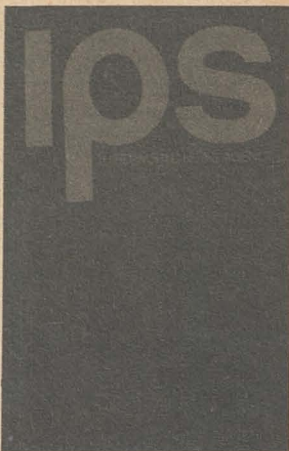
Este sector, por nível de facturação de vendas, já ocupa o terceiro lugar nas finanças internacionais, e passará para o

primeiro lugar no decénio de 1980.

De acordo com as investigações feitas pela Universidade de Stanford (Informe Parker-Porat), 50 por cento dos operários norte-americanos estão vinculados a essa área de trabalho.

Enquanto se discute sobre a desproporção, do fluxo informativo ou a manipulação do seu conteúdo, sobre a selectividade negativa, ou a descontextualização das mensagens provenientes e/ou dirigidas aos países subdesenvolvidos, gigantescas empresas transnacionais monopolizam a nível mundial a tecnologia dos microprocessadores, a transmissão por satélites e fibras ópticas, banco de dados, fabricação de computadores e instrumental logístico.

Podem dar-se ao luxo de aprovar conceitualmente uma Nova Ordem Informativa Internacional que ainda não existe na prática; podem, inclusive, oferecer equipamento obsoleto, porque controlam a fabricação dos meios técnicos e os canais de circulação das mensagens impressas e audiovisuais.



O que esta situação — apenas notada pela sua própria novidade —, arrasta de perigos para o Terceiro Mundo, pode ser deduzido do facto de que os mais importantes países industrializados da Europa ocidental, declararam-se oficialmente dependentes dos Estados Unidos neste campo, e mesmo de uma só



notícias

DIREÇÃO, REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO e OFICINAS: Rua Joaquim Lapa, 55, Maputo ♦ C. Postal 527
Tels: 24081/2/3; Tel. da reportagem: 23418 ♦ End. Tel.: «NOTÍCIAS» ♦ Tlx.: 6 453 (Mpt) e 7 457 (Br)
DIRECTOR: JOSE CATORZE ★ MAPUTO, 5.ª FEIRA, 18 DE JANEIRO DE 1979 ★ N.º 17 819 ★ PREÇO: 5400

empresa privada, a IBM, como é expresso num editorial da prestigiosa revista inglesa *Wireless World*, de Novembro de 1978.

Já não se trata simplesmente da assimetria na troca de notícias, mas de um salto qualitativo nos mecanismos da dependência: o do imperialismo cultural, baseado no monopólio do saber e das técnicas da transmissão instantânea.

A nova estratégia de penetração e controlo está estreitamente relacionada com as últimas inovações no campo da Informática, que desde 1978 reduziram limites de contabilidade industrial que impediam, até então, a expansão, massiva do mercado da electrónica.

Isto explica, de certo modo, a mudança súbita dos países capitalistas desenvolvidos que, depois de vários anos de intransigente hostilidade, aprovaram por consenso, na XX Conferência Geral da UNESCO, a Declaração de Princípios Fundamentais sobre os *Mass Media*, e acordaram não se opor à resolução sobre a Nova Ordem Internacional da Informação.

A Nova Ordem foi apoiada pelo Movimento dos Países Não-Alinhados e pelo Grupo dos 77, com o apoio do campo socialista e de alguns países progressistas, com o resultado de 89 votos a favor e 12 abstenções. A declaração dos votos, em qualquer um dos casos, demonstrou uma convergência de posições entre esses países, assim como uma aguda divisão interna no campo ocidental.

Podemos acrescentar que essa votação, a da Nova Ordem da Informação, constituiu um triunfo sem precedentes, pois conseguiu-se bloquear no curso das negociações, a tentativa de

conciliar as necessidades dos países subdesenvolvidos com os interesses transnacionais monopolistas.

Isso foi conseguido ao ser rechaçado o conceito de "livre fluxo informativo", que teria distorcido a fundamentação anti-imperialista e antimonopolista da Nova Ordem Internacional da Informação.

Apesar disso, não se conseguiu uma reacção positiva de parte dos países capitalistas desenvolvidos. A explicação lógica é que a não-oposição a esses documentos fundamentais, é imprescindível para pôr em prática um vasto esquema de transferência tecnológica barata. Tal atitude, tende a facilitar a aceitação por parte dos países do Terceiro Mundo daquilo que poderia ser qualificado como o novo "Plano Marshall de Telecomunicações", oferecido pelo chefe da delegação norte-americana à XX Conferência da UNESCO, e director da Agência Internacional de Comunicações (ICA), John Rheinhardt.

CONFLUÊNCIA PARA A TRANSFERÊNCIA TECNOLOGICA

O perigo que enfrenta o Movimento dos Países Não-Alinhados e a Nova Ordem da Informação, é que a transferência controlada da tecnologia cons-

titui um novo esquema de penetração que só pode actuar como factor condicionante nas actuais circunstâncias do Terceiro Mundo, incapaz de opor um contexto racional à exportação de técnicas sofisticadas.

Existe uma confluência de posições em diversas instâncias nacionais, regionais e internacionais, que possibilita a aproximação aos países capitalistas desenvolvidos, e a concepção da transferência operacional de tecnologia como a única via possível para solucionar a desigualdade informativa dos países subdesenvolvidos.

Essa tendência aparece reflectida com nitidez no Informe Preliminar da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação (Comissão Mc Bride), instituída por acordo da XIX Conferência Geral da UNESCO, em Nairobi, Kenya, em 1976.

As suas linhas gerais foram criticadas por vários países — e entre eles, Cuba —, durante a reunião plenária da XX Conferência Geral da UNESCO (Paris, 1978), no sentido de que peca por omissões fundamentais, tergiversa conceitos, e desinforma sobre a realidade objectiva dos meios de difusão de massas, ao mesmo tempo que promove a transferência tecnológica.

O ênfase do dito documento



nos aspectos tecnológicos, tende a desconhecer que outras causas mais peremptórias que as de uma débil infra-estrutura de comunicações, são as que provocaram a necessidade de uma Nova Ordem Internacional da Informação, proclamada como imprescindível para o Movimento dos Países Não-Alinhados, para a consecução da Nova Ordem Económica Internacional.

O documento desconhece, mesmo assim, as realizações, as soluções e a importância dos **mass media** do campo socialista, que constituem uma modalidade alternativa e que representa 20 por cento do total instalado a nível global.

Tanto o documento primário da Comissão McBride, como os seus dois anexos, promovem a aproximação dos países capitalistas desenvolvidos para incre-

quência que constituem um recurso natural limitado, e de cujo espectro total, os países do Terceiro Mundo somente têm acesso a uns escassos 10 por cento.

ALÓGICA DO SISTEMA

Evidentemente, aqueles que aceitem a transferência incontida de tecnologia, não contarão com uma posição sólida para reclamar os seus direitos de frequência.

Este processo de coincidências, acontece no mesmo instante em que passa a primeiríssimo plano económico a teledecação à distância de recursos naturais, e a viabilidade de prognósticos mundiais de produção agrícola, assim como a transmissão e a venda de informações por computadores, via satélite, que já enlaça as grandes transnacionais e as suas filiais em todo o Mundo, como evidenciam os sistemas "Swift" e "Globecom" do Citybank de Nova Iorque.

Esta via, a da transferência tecnológica, abre o caminho para o consenso com os geradores da dependência, e conduz a um beco sem saída, se não houver políticas adequadas de comunicação.

O Informe Preliminar da Comissão McBride, que constitui a base dessa ideia, não explica devidamente esse caminho equivocado, porque não menciona os seus perigos nem a forma de preveni-los.

Acreditamos que, se não são modificadas algumas das suas formulações, o Documento McBride será, na melhor das hipóteses, obsoleto, e, na pior delas, uma agressão política e ideológica ao campo socialista e ao Movimento dos Países Não-

Tempo

mentar as infra-estruturas das telecomunicações e resolver, desse modo, os problemas quantitativos do fluxo de mensagens.

Este enfoque geral coincide com surpreendente coerência com os esquemas sugeridos por especialistas e assessores do Ocidente, entre eles George Kroloff e Scott Cohen, no seu informe sobre a Nova Ordem Mundial da Informação à Sub-comissão de Operações Internacionais do Comité de Relações Exteriores do Senado norte-americano (Novembro de 1977), e o de Edwin Parker e Mark Porat, da Universidade de Stanford, sobre a "informatização" da sociedade (Novembro de 1977), e ainda com o do American Educational Development (AED), elaborado três meses antes da XX Conferência Geral da UNESCO, e financiado pela Fundação Ford a pedido da Agência Internacional de Comunicações (ICA) e destinado à tomada de decisões a nível de Estado para a adopção da es-

tratégia a ser seguida nos debates da UNESCO sobre a Declaração de Princípios e a Nova Ordem Internacional da Informação.

Semelhante homogeneidade pode ser melhor apreciada no oferecimento de ajuda massiva pelos Estados Unidos na área das telecomunicações, que enuncia uma nova estratégia, a da transferência operativa em grande escala, baseada em estações receptoras do sistema de satélites Intelsat.

Para garantir esse plano, foi necessário que os países capitalistas desenvolvidos, encabeçados pelos Estados Unidos, não se opusessem à Declaração de Princípios sobre os **Mass Media** nem à resolução sobre a Nova Ordem Internacional da Informação.

Tal oferta tem lugar uns meses antes da celebração da Conferência Mundial Administrativa de Rádio (Setembro de 1979), onde serão redistribuídas pela primeira vez nos últimos vinte anos, bandas de fre-



cadernos do

NÔ PINTCHA

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ

CEP 20.031 - Tel. 242-1557

ORGAO DO COMISSARIADO DO ESTADO NOVO

ANGOLA

JORNAL DE



-Alinhados.

Crítérios nesse sentido foram dados a conhecer por Cuba, na XX Conferência Geral da UNESCO.

A lógica do sistema mercantilista obriga-nos a rejeitar toda a ideia aparente de generosidade ou dádiva proveniente dos consórcios transnacionais, estimulados pela mudança estrutural do mercado da Informática. Não esqueçamos que os construtores da tecnologia das telecomunicações são os mesmos que fabricaram as armas sofisticadas com as quais se tentou, inutilmente, destruir o Vietnam. As duas tecnologias procedem dos mesmos laboratórios, e pertencem aos mesmos donos.

Fique esclarecido que a solução não é tão pouco a adopção de absurdas autarquias, impossível num Mundo múltiplo e interrelacionado. Nem será também a renúncia a um instrumental tecnológico necessário, que já é património universal, e sem o qual não é possível conceber o desenvolvimento.

O que resulta imprescindível, é voltar a atenção e o interesse dos povos para o contexto e para as circunstâncias que devem ser tidas em conta para que a cooperação no campo das telecomunicações e da Informação seja na verdade um factor de libertação, e não de servidão.

Para evitar que a transferência tecnológica se converta num cavalo de Tróia, gerador de novas formas de alienação, não existe outro caminho que o de rechazar o critério defendido pelas transnacionais, do mesmo modo que é preciso impugnar a tese de que não há outra alternativa para o progresso nesse campo do que a de ser recepto-

res passivos no marco de uma colaboração condicionada pela necessidade.

UNIR OS NÃO-ALINHADOS

Os países Não-alinhados — se têm que procurar cooperação com países desenvolvidos, — não podem perder de vista a origem anti-imperialista do Movimento, nem deixar de reafirmar os princípios fundamentais que os unem. O respeito que inspira essa força — e não a aceitação impensada de dádivas paternalistas, — tornará muito mais efectivos os termos de um possível acordo.

Esta atitude, cada vez mais pronunciada, tem como contrapartida, aquela que foi confirmada na III Reunião Intergovernamental de Lomé, Togo, e que será reconsiderada na VI Cimeira de Havana: a adopção urgente de políticas equilibradas de comunicação, vinculadas a uma estratégia adequada de desenvolvimento.

Segundo os termos defendidos em Lomé, isso permitirá assumir posições autónomas, e ajudará a discernir com seriedade, qual o tipo de tecnologia, e quando será aplicada, para que resulte mais conveniente para o avanço dos povos.

Se não é possível impedir o desequilíbrio e a desigualdade no Mundo, uma opção básica para enfrentar assimetria, é unir estreitamente o Movimento dos Países Não-Alinhados contra a vontade de domínio e os subtils esquemas de sedução (a estratégia de "low profile"), postos em prática pelas forças neocolonialistas.

A colaboração mútua dentro do Movimento é uma experiên-

cia viva, como o é a ciondência objectiva com o campo socialista nos grandes debates internacionais.

O Informe Preliminar da Comissão Internacional não prevê essas possibilidades. Antes pelo contrário, insiste na aceleração da transferência da tecnologia e na expansão do sistema Intel-sat.

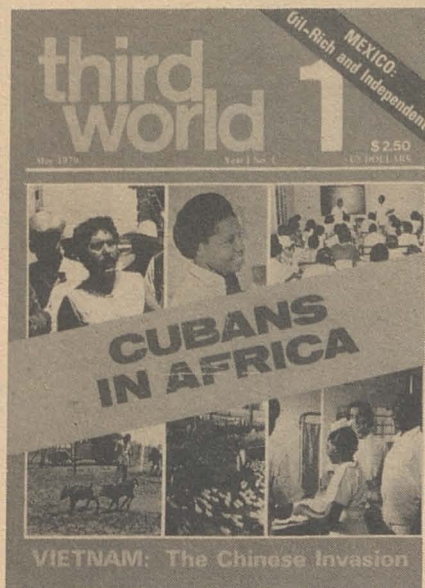
Na sua quinta sessão, ocorrida em Março passado em Nova Delhi, onde se tratou da "Evolução Tecnológica dos Mass Media e Suas Consequências", falou-se sobre a necessidade de "redução das tarifas de telecomunicações, em facilitar o acesso aos serviços de satélites de comunicação e acelerar o processo de transferência de tecnologia dos países ricos para os países pobres, assim como da que a selecção dos equipamentos não seja efectuada somente por especialistas, sem ter em conta as directivas dos governos".

Se não são adoptadas com urgência as medidas políticas coerentes, o que estará em jogo será a subordinação da Cultura, da Educação e da Informação, de grande número de países.

Uma situação de tal índole, aumentaria o controle exercido por um país que monopoliza a nível internacional 65 por cento do fluxo de notícias, 89 por cento das informações por computadores, 75 por cento dos programas de televisão, 50 por cento do cinema, e 82 por cento da fabricação de componentes electrónicos, além de 90 por cento dos noticiários da televisão, juntamente com a Visnews inglesa. Trata-se, obviamente, dos Estados Unidos da América do Norte.

third world

O lançamento da edição em inglês dos «Cadernos do Terceiro Mundo» converteu-se numa grande reunião de amigos e colaboradores, caracterizada pela reivindicação de uma informação alternativa.



No dia 21 de Maio passado, foi apresentado na sede da nossa revista, no México, o primeiro número de "Third World", a edição em inglês dos "Cadernos do Terceiro Mundo". Foi essa uma boa oportunidade para re-

ceber na nossa casa a amigos e colegas, diplomatas, dirigentes políticos e sindicais, além de leitores que nos têm estimulado e apoiado.

Em nome da Federação Latino-Americana de Jornalistas

(FELAP), o seu Secretário Executivo, Hernán Uribe – na ausência do Secretário Geral Carnero Checa – abriu o acto. Recordou alguns aspectos significativos da trajetória da nossa revista e a estreita colaboração

que sempre existiu entre a FELAP e a nossa equipa. Pelos "Cadernos" falaram Neiva Moreira, editor internacional, Roberto Remo, chefe de redacção e Fernando Molina, editor de "Third World", os quais falaram dos objectivos que guiaram a sua actividade profissional e, concretamente, a publicação dessa revista.

Roberto Remo referiu-se especificamente à história do *Guia do Terceiro Mundo*, lembrou que se começou a trabalhar neste livro de consulta há quatro anos, quando da reunião do Movimento dos Não-Alinhados em Lima, Peru, em 1975. Monografias de cada país membro do Movimento foram publicadas pelo jornal "Expresso", na altura em mãos do sector educativo, segundo o esquema proposto pelo governo do general Velasco Alvarado, de jornais controlados por sectores de actividade pública.

Fernando Molina, por seu lado, qualificou de salto qualitativo o surgimento da edição em inglês, que permite chegar a muitos sectores antes afastados pela barreira da língua.

Na mesma reunião foi apresentada também o primeiro número da revista "América Latina: Estudos e Perspectivas", editada pela Unidade de Investigação Latino-Americana (UI-LA). Em nome da sua equipa editorial, o jornalista chileno Luis Maira disse que entre os objectivos da equipa de UI-LA está o de fazer "uma leitura da história de ontem e mesmo de hoje, para ajudar a fazer melhor o amanhã". Realçou o desejo de oferecer um material de leitura leve e acessível, para chegar aos leitores sem dificuldades.

Centenas de companheiros e amigos acompanharam-nos numa demonstração de apoio ao nosso projecto editorial e ao esforço de criar uma informação alternativa para o Terceiro Mundo.

Intervenção de Juan Somavia, director do Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (ILET):

"...a revista *Cadernos do Ter-*

ceiro Mundo representa muitas coisas para nós. Essas coisas estão para além do facto concreto de uma revista que se produz materialmente. Representa primeiro uma esperança.

"TODOS NOS SENTIMOS REPRESENTADOS"

Porque o facto de que a revista exista, se produza e esteja a ser distribuída em muitíssimos países — e eu pessoalmente a tenho visto em sítios inusitados — é uma indicação de que estas coisas podem ser feitas, que algumas derrotas das que nos falava Luis Maira não são definitivas nem permanentes, e sim, que há milhares de maneiras de responder. E esta é uma maneira (...) que não está só.

...revistas como esta e outros esforços de comunicação alternativa estão a ser criados em muitos dos nossos países. (...)

Eu creio que o segundo motivo, talvez implícito, para estar aqui é que de alguma maneira esta revista nos representa. Representa um pensamento progressista e revolucionário da América Latina. Representa algo que queríamos ver maior e mais importante no futuro do que o é agora. (...)

O terceiro elemento importante é que poder fazer estas coisas tem um impacto internacional. Às vezes não nos damos conta, mas esta, pela natureza das minhas funções, é uma área que me toca percorrer e conhecer. Constantemente falamos da necessidade de quebrar as estruturas transnacionais de informação, sustentamos que é necessário gerar outra informação, que é necessário mudar os padrões e os valores com que nos vemos descritos a nós mesmos na imprensa internacional. E frequentemente nos dizem: "sim, mas isto é o único que há, é o único de qualidade. Vocês não têm possibilidade de fazer com a mesma qualidade que nós, uma comunicação alternativa".

Creio que os "Cadernos" são uma resposta a essa visão unila-

teral, etnocêntrica, de como está organizado o mundo. Aqui há muita qualidade profissional. E creio que é uma resposta política, porque com capacidade e conhecimento se responde politicamente àqueles que nos impugnaram. É uma resposta política de que é possível fazer jornalismo com qualidade internacional."

O RECONHECIMENTO DOS JORNALISTAS

Na recente reunião do Comité Executivo da FELAP no México, foi levada à assembleia de membros uma proposta de reconhecimento ao trabalho dos "Cadernos do Terceiro Mundo". Eis o texto dessa moção, que foi aprovada por unanimidade:

"Propomos que o Comité Executivo da FELAP faça constar nas actas desta reunião no México, uma manifestação de aplauso ao trabalho que está a fazer a revista "Cadernos do Terceiro Mundo", que, além de ter desde dois anos atrás uma edição em espanhol e outra em português, acaba de lançar uma edição em inglês e o livro de consultas "Guia do Terceiro Mundo".

"Estas publicações constituem instrumentos de muita importância, ao relacionar América Latina, Ásia e África, de forma que os povos de língua inglesa tenham uma imagem verdadeira das respectivas realidades.

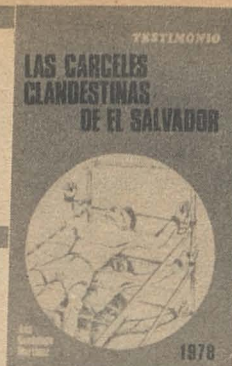
"Além disso, a equipa de companheiros que participa das publicações de "Cadernos do Terceiro Mundo" realiza permanentemente, através das suas páginas, um valioso trabalho de defesa da liberdade de imprensa, das liberdades e dos direitos dos homens, e das causas progressistas dos povos.

"Na equipa editorial está o jornalista Neiva Moreira, ex-parlamentar brasileiro e figura destacada na defesa da unidade dos povos do Terceiro Mundo, que tem prestigiado as realizações da FELAP.

México, 7 de junho de 1979."

CULTURA

EL SALVADOR



do cárcere e da tortura à liberdade e ao combate

«Cadernos do Terceiro Mundo» entrevista uma jovem combatente salvadorenha, autora de um livro-testemunho que circula clandestinamente na América Central e denuncia as prisões secretas do seu país.



Ana Guadalupe Martínez

ANA Guadalupe Martínez (nomes de guerra "Paula Caridad", "Tiburcia", Josefina), de 24 anos de idade, ex-estudante de medicina, membro do Comité Central do Partido da Revolução Salvadorenha e chefe das forças militares do Exército

Roberto Bardini

Revolucionário do Povo na zona oriental de El Salvador, foi sequestrada em plena rua por membros da polícia política numa tarde de Julho de 1976. Sentiu-se impotente por não tra-

zer naquele momento a sua arma, e imaginou o que a esperava: o cárcere, os interrogatórios, a tortura e, quase com certeza, a morte.

O que provavelmente não imaginou foi que, após sete meses de prisão, interrogatórios e tortura, seria

solicitada numa permuta de reféns e libertada graças a uma espectacular operação executada pelos seus camaradas do ERP: o sequestro de Roberto Poma, presidente do Instituto Salvadorenho de Turismo, assessor do Conselho Nacional de Planeamento e Coordenação Económico, e principal colaborador do então presidente de El Salvador, general Arturo Armandi Molina.

Mas o que nunca passou pela cabeça de Ana Guadalupe Martínez foi a eventualidade de, um ano após a sua libertação, tornar-se a autora de uma espécie de "best-seller", que actualmente circula em todo o seu País: "**Os cárceres clandestinos de El Salvador (Liberdade pelo sequestro de um oligarca)**", um testemunho de 496 páginas, que começou por ser um breve folheto que continha um relatório para o Comité Central da sua organização.

O livro relata a vida na prisão, os diferentes métodos utilizados para interrogar, torturar e destruir psicologicamente os militantes; narra as diversas atitudes dos polícias e militares que, durante sete meses, foram os seus carcereiros, e explica os diferentes comportamentos dos presos. Ao mesmo tempo, descreve o funcionamento dos vários tipos de corpos de segurança que existem em El Salvador e analisa a situação política do seu país. Finalmente, reconstrói, com base em depoimentos directos daqueles que participaram no sequestro de Roberto Poma, a operação que culminou na libertação da militante e na sua saída para a Argélia.

Na actualidade, "Os cár-

ceres clandestinos de El Salvador", escrito numa linguagem simples e destinado a ser lido por operários e camponeses, transformou-se num texto dos cursos de formação dos futuros quadros político-militares do ERP e, sem dúvida, de outras forças revolucionárias salvadorenhas. Não obstante, Ana Guadalupe Martínez recusa méritos e afirma: "O livro é um esforço colectivo, uma satisfação militante partilhada".

Uma tarde, num ponto próximo da fronteira entre a Guatemala e Belize, dialogámos com a jovem combatente do Exército Revolucionário do Povo — que se integrava novamente na luta — a respeito das alternativas que rodearam a sua obra. O que se segue é o texto dessa entrevista.

Quando, como e onde nasceu a ideia de escrever o teu testemunho sobre os cárceres de El Salvador?

A ideia nasceu na Europa, pouco tempo depois de eu chegar da Argélia, país para onde fui enviada pelo governo de El Salvador, graças à acção armada que os meus companheiros realizaram para me tirar da prisão. Já na Argélia, conversando com alguns companheiros chilenos do MIR, eles nos comentaram que era necessário escrever sobre a nossa experiência porque era quase incrível. Mas, naquele momento, não passou disso, de uma simples conversa.

Em seguida, a iniciativa correspondeu a René Cruz, secretário geral da nossa organização, que tinha lido um livro escrito por Diego Salazar com o título "**Depois do túnel**", onde se conta a fuga de 23 militan-

tes do Partido Revolucionário da Venezuela da Penitenciária Modelo. Pensou-se, então, num relato simples, sem grandes pretensões literárias, um modesto folheto.

Paralelamente, a ideia complementou-se com uma conversa que mantivemos com um jornalista francês que ficou assombrado ao conhecer os detalhes da operação militar que concluiu com a minha libertação: o planeamento do sequestro de um representante da oligarquia salvadorenha para trocá-lo como refém, os estudos sobre o terreno, os ensaios da operação, a emboscada, o meu cativo, a negociação e a liberdade final. O jornalista impressionou-se muitíssimo e disse: "Deveria escrever-se o guião de um filme sobre isso".

Foi então que o companheiro René Cruz me deu as indicações para que descrevesse as minhas experiências nas prisões de El Salvador. Mas, como já disse, ao princípio pensámos redigir um folheto!

UMA TAREFA MILITANTE

Como te sentiste diante da possibilidade de ter que descrever para um certo número de leitores a tua detenção, o cativo, a tortura?

Quando o secretário geral me propôs encarar esse trabalho, eu não me sentia muito bem animicamente: equivalia a recordar e voltar a viver situações que eram muito pouco agradáveis e demasiado recentes. Mas tomei-o como uma tarefa militante. Era a única maneira. Naquele época

tínhamos pensado em redigir algo que servisse como texto para a escola de integrantes da nossa organização. Ou seja, colocar a questão de qual deve ser o comportamento de um revolucionário que cai preso nas mãos do inimigo.

E então?

Em vez de regressar a El Salvador, fiquei na Europa, e pouco a pouco comecei a escrever à mão enquanto outros companheiros o iam passando à máquina, porque eu não sei fazê-lo. Depois de muito trabalho, finalizámos com cerca de oitenta páginas, que era a extensão que tínhamos pensado dever ter o folheto.

Que aconteceu depois?

Pois bem, esse folheto tinha de ser revisto pela direcção do Partido. Cinco meses depois, chegou o nosso secretário geral, leu-o e disse: "Isto é simplesmente um relatório. É demasiado frio e impessoal. Tem de ser mais completo, incluir o que pensavas e sentias. E, além disso, há que utilizar os diálogos, como nas novelas, para dar-lhe mais força. Deve fazer-se de novo".

Qual foi a tua reacção?

Fiquei muitíssimo deprimida. Mas começámos a trabalhar novamente, desde o princípio. Com grande esforço, reelaborámos todo o material e demos-lhe mais conteúdo e qualidade humana. Aí é que já nasceu a ideia do livro.

Numa ocasião, estava tão caída, a recordar e reviver cada facto do cárcere, que me neguei retundantemente a continuar a escrever. Sentia que não podia fazê-lo, que era impossível. Então chamaram-se à disciplina: "Estás a cumprir uma tarefa para o Partido e nin-



Alguns dos torturadores da polícia política salvadorenha identificados pelas suas vítimas

guém além de ti pode escrever sobre o que viveste", disseram-me os responsáveis da minha organização. Compreendi que assim era, mas mesmo assim custou-me muito continuar a trabalhar".

Mas apesar de tudo conseguiste cumprir a tua tarefa. Que aconteceu quando concluíste a nova versão?

Os originais foram introduzidos clandestinamente em El Salvador para que a Comissão Política do Partido os lesse e desse o visto. Disseram que ainda lhe faltavam algumas questões, mas esse material devia servir para a escola de futuras gerações de revolucionários diante do adversário.

"MORRER EM COMBATE OU SUICIDAR-SE"

Além disso, nesse momento, na organização, es-

tava-se dando um processo de discussão e autocritica em redor do tema "Nosso comportamento diante do inimigo". Devíamos superar o foquismo que nos tinha caracterizado, da mesma maneira que muitas das forças revolucionárias latinoamericanas. Apercebemo-nos de que, no seguir da palavra de ordem Não render-se jamais, somente nos preparávamos para morrer em combate ou suicidar-nos, nunca para cair prisioneiros. Dessa forma, a captura era entendida como debilidade.

Chegámos à conclusão de que havia de incorporar ao futuro livro esta autocritica e acrescentámos dos novos capítulos: "Se chegasses a cair preso, camarada e Polícia política. Creio que ambos preenchem o vazio do problema da captura e o

novo terreno de luta que se apresenta no cárcere, terreno em que estamos em desvantagem, mas não vencidos.

Sabíamos que no futuro, ao abandonar a concepção foquista e fazer trabalho de frentes abertas, de massas, as capturas iam ser mais constantes, quase diárias, o pão de cada dia. Então era preciso estarmos preparados. E assim, com este novo esquema, começamos a trabalhar com vista à sua edição.

"SE ALGUÉM MODIFICAR ESSE TESTEMUNHO, DESTRÓIO..."

Quero comentar um detalhe que evidencia a nossa pouca experiência inicial: ao princípio, em vez de um testemunho, queríamos escrever uma novela. Como nenhum de nós sabia trabalhar nesse sentido, pensamos recorrer a alguém com conhecimento literário. Com esta ideia viajamos à Venezuela e ali uns camaradas ofereceram-nos a ajuda de um escritor com ampla experiência. Demos a este companheiro os originais para que os lesse e visse o que se podia fazer, e pouco tempo depois ele nos disse: "Se alguém modificar este testemunho, destróio-o completamente. Mais de um escritor desejaria conseguir uma narração assim, simples, directa e de grande efeito. Eu só vou ajudá-los a colocar bem os pontos e as vírgulas e os verbos nos seus tempos correspondentes".

Ao escutar estas opiniões, saltávamos de alegria. E então a Comissão Política do nosso Partido deu o visto. Finalmente,

tínhamos luz verde: o livro podia ser editado.

A SOLIDARIEDADE CENTRO-AMERICANA

Como solucionaram os problemas de como e onde editá-lo?

Foi uma busca muito di-

fícil. Em El Salvador, por razões de segurança, era demasiado problemático, directamente impossível. E em toda a América Central a situação era igual: as ditaduras da região estão demasiado ligadas e entrelaçadas e o livro, embora se refira especificamente à realidade salvadorenha, era um refle-

APROVEITAR AS CONTRADIÇÕES INTERNAS

"Um dos elementos que o inimigo mais utiliza para desmoralizar, criar desconfiança, obter a colaboração e delações dos prisioneiros, são os problemas internos e a luta ideológica entre as organizações revolucionárias.

(...) O inimigo vale-se do predomínio da ideologia burguesa na nossa sociedade. Como parte da formação individualista desta sociedade, encontram-se opiniões como as de que não existem causas para tanto sacrifício, senão as que proporcionam benefício pessoal; que não devemos confiar nunca em ninguém; que todo o movimento de tipo político e social traz em si mesmo um interesse criado, do qual sairão beneficiadas as pessoas aproveitadoras; que as pessoas que respeitam ou se ajustam a princípios não existem, ou são quase deuses e muito escassas; que não se pode confiar se não estamos totalmente informados; que há sempre quem se aproveite dos mais ingênuos (...).

Neste quadro, baseia-se o famoso estribilho de que os militantes são uns inocentes úteis manipulados por dirigentes aproveitadores que não se metem em nada, mas enviam outros (...). Esta forma de pensar existe na militância que tem desvios e à que falta formação, e é aí que o inimigo se aproveita destas debilidades para fazer colaborar, com estas propostas: "não vale a pena que sofras tanto por outros", "vamos ajudar-te se colaborares", "tu aqui tramado e os dirigentes oportunistas bem tranquilos, sem se importarem com o que te acontece" etc.

Toda a manobra do torturador consiste em retirar o capturado da base de princípios e da concepção política que sustenta, e fazê-lo desconfiar e colaborar (...). Este tipo aliciante funciona quando não há uma sólida convicção revolucionária alicerçada numa visão política da luta ou quando não há um firme compromisso revolucionário.

O inimigo combina assim o terror e a tortura com as debilidades ideológicas dos militantes".

(in "cárceres clandestinos de El Salvador", págs. 158-159)

xo da realidade contro-
-americana. Alguns camara-
das solidários propuseram-
nos editá-lo na Venezuela,
mas isto colocava-nos ou-
tro problema muito difícil:
o do transporte. Não era
fácil tirar dois ou três mil
exemplares desse país e
metê-los clandestinamente
em El Salvador.

Decidimos, então, man-
dar os originais ao Concur-
so "Casa das Américas"
1979. Pusemo-los no cor-
reio uma semana antes de
terminar o prazo estabele-
cido para a recepção de tra-
balhos. Não sabemos o que
aconteceu. Tínhamos gran-
des expectativas, quase a
certeza de que iam-nos dar

o primeiro prémio no géne-
ro Testemunho.

E o que aconteceu quan-
do viram que não se tinha
passado nada? Que nos po-
des dizer — desde que não
afecte as regras de seguran-
ça da tua organização —
sobre a impressão, o trans-
porte e a distribuição?

Quando vimos que no
concurso nada aconteceu,
conseguimos editá-lo graças
à enorme solidariedade que
existe na região, num país
centroamericano que por
razões óbvias, não vou di-
zer qual é. Neste sentido,
queremos manifestar o nos-
so agradecimento a todas
as pessoas, grupos e organi-
zações que colaboraram
connosco. Foi uma tarefa
colectiva impressionante,
desde a discussão sobre o
conteúdo até à sua distri-
buição final, já impresso.

Para dar-te um exemplo:
eu escrevi à mão e um com-
panheiro teve que rever os
originais e decifrar a minha
letra. Alguém o macanogra-
fou em outro país. Depois
compôs-se o texto em IBM
num outro país e as correc-
ções finais também se fize-
ram num outro lugar. Fi-
nalmente, editou-se numa
gráfica de outro país. De-
mos grandes voltas, houve
muitas complicações e atra-
sos, mas tudo saiu bem.

Como solucionaram o
problema do transporte e
da distribuição em El Sal-
vador?

Aqui, por razões de segu-
rança, é pouco o que posso
dizer. Os exemplares foram
introduzidos em El Salva-
dor com um grande esfor-
ço, através de uma opera-
ção cuidadosamente pla-
neada nos seus mínimos
detalhes. Foi, realmente,
uma odisseia, outra grande
empresa colectiva. Mas va-

OPERAÇÃO "ROMA" (SEQUESTRO DE ROBERTO ROMA) UMA SIMULAÇÃO ENSAIO

"Como parte de preparação da equipa encarrega-
da da retenção encontram-se as simulações de cerco à
casa por forças inimigas. A equipa encarregada da
retenção conta para isso com um plano de defesa e
retirada que deve pôr em marcha a qualquer momen-
to.

Os objectivos simulação são preparar a força em
velocidade e a manter a psicologia de combate para
que resolva rapidamente qualquer eventualidade. Pa-
ra tornar mais efectivo isto, a simulação é decidida
pela chefia da casa ou pela chefia das operações. Isto
significa que, para toda a força, trata-se de um cerco
real. Nos dias próximos da realização da operação, o
companheiro Chon (René Cruz), Chefe Nacional da
Operações, dirigiu um cerco simulado.

Um elemento essencial para medir a efectividade
da força é a manutenção do segredo de que se trata
de uma simulação. Nesse sentido, tem-se que imagi-
nar toda uma história que permita que todos os com-
batentes se disponham a um combate real.

No dia da simulação, somente Chon sabia de que
se tratava. Chegou à casa a dar mostras de agitação e
deu o sinal de emergência, explicando que postos
armados de civis estavam muito próximos e que for-
ças uniformizadas vinham a caminho da zona e que
havia piquetes de prevenção muito perto.

Todos os companheiros acataram rapidamente as
suas ordens e em aproximadamente um minuto e
meio a força da casa estava preparada. Quatro minu-
tos mais tarde, estávamos em condições de evacuar a
casa numa manobra. É nesse momento que se comu-
nica à força que se tratava de uma simulação. (...) A
que se realizou nesse dia foi uma das melhores, que
já se acreditou que era um problema real, tanto que
Margarida esteve a ponto de queimar os documen-
tos".

(in "Cárceres clandestinos de El Salvador", págs.
403-404)

leu a pena: o livro começou a ser conhecido por todas as forças populares de El Salvador e de outros países centro-americanos. E consta-nos que teve uma boa acolhida entre os operários, os camponeses, estudantes e sectores progressistas da Igreja salvadoreña.

Recebeste comentários ou críticas acerca do livro?

Sim, muitas. O que mais impressionou é o aspecto de denúncia das condições do cárcere, relatado por alguém que lá esteve. Nós tínhamos medo de que não tivesse valor intelectual ou literário, mas vários escritores — entre os quais se contam alguns de renome latino-americano — que tiveram oportunidade de lê-lo, segundo as suas próprias palavras, sentiram um impacto.

Que sente uma militante revolucionária cuja especialidade não é, precisamente, a literatura, depois de grande trabalho de escrever quase 500 páginas, ao tomar nas suas mãos o primeiro exemplar impresso, isto é, a culminação de tanto trabalho, tempo e esforço?

Eu tinha lido, corrigido, relido e voltado a ler os originais e — como me explicaram depois algumas pessoas que sabem desse ofício — sucede que o autor perde a perspectiva de leitor. Quando vi o livro impresso, impressionou-me o aspecto gráfico, as fotografias, as ilustrações: tudo isso dava-lhe muita vida. Mas perguntava-me: chegará ao público? As pessoas irão aceitá-lo? Só me tranquilizei quando escutei os comentários. E então convenci-me, definitivamente, de que foi uma empresa extraordinária, que valeu a

pena.

Para finalizar, quero dizer algo: o livro não é resultado do meu trabalho individual; desde o princípio foi um esforço colectivo. Na segunda parte, onde se narra o planeamento do sequestro de um representante da oligarquia salvadoreña para trocá-lo, acrescenta-se um balanço político e militar e também se transcrevem os depoimentos dos companheiros que participaram na operação. Eles, que não são escritores nem têm experiência literária, relatam todas as peripécias

da operação. E falam de medo. Junto à excelente pontaria, à velocidade e à eficiência militar, está sempre o medo.

Neste sentido, o livro representa uma satisfação militante compartilhada. E, fundamentalmente, creio que tem um grande mérito: põe fim ao mito do "super-herói". A questão é ideológica e política. Além disso é preciso dizer isto: todos, de alguma maneira, em determinado momento, sentimos medo. Porque no final das contas... somos humanos, não?

MENINOS DE RECADOS

"Para conhecer melhor as tramas e manobras dos corpos repressivos é preciso mencionar os meninos de recados (...) de treze a dezassete anos, que trabalham em todos os postos do interior do país, assim como nas secções dos quartéis centrais dos corpos de segurança.

São meninos de origem camponesa, que desde tenra idade se vêem obrigados a trabalhar para ajudar ou sustentarem-se a si próprios, para não constituírem outra carga para os seus pais, e que, recomendados por alguma gente, chegam e entram nos serviços dos aparelhos especiais.

Alí na Secção II havia o Califa e o Cancasque, sobrenomes com que eram conhecidos estes dois meninos de recados. As suas tarefas consistiam em fazer a limpeza do escritório e dos compartimentos dos agentes, fazer recados, recolher a comida nas lojas vizinhas e levá-la à Secção, lavar os pratos, manter arrumado o quarto do oficial e servi-lo de maneira especial; enfim, pequenas tarefas: engraxar os sapatos dos agentes, levar-lhes a roupa a lavar etc.

Estes dois meninos, que tinham vindo do interior do país a pensar em puder estudar e melhorar um pouco as suas condições de vida, submergem num mundo de violência, crueldade e corrupção, que contrasta com a sua pequena idade e deforma totalmente o desenvolvimento da sua personalidade (...) Convertem-se nos homens-meninos, que falam de mulheres, de álcool, brigas, prostíbulos etc. (...). O prazer pelo sofrimento alheio impugna-se neles como consequência do exemplo, da formação e do trato que recebem dos assassinos com quem convivem. Não conhecem a ternura, o carinho, os bons tratos".

(in "Cárceres clandestinos de El Salvador", pág. 215)

malásia

A península malaca, ocupada pelos ingleses em 1975, foi uma das jóias mais preciosas da coroa britânica no Oriente. Ao seu valor estratégico (a partir dela controla-se a passagem do Oceano Índico ao Oceano Pacífico) juntou-se a sua importância económica.

Foi na Malásia que os ingleses plantaram as primeiras sementes de hevea vindas em contrabando do Brasil. Com o sucesso do cultivo artificial da árvore da borracha, os ingleses não só terminaram com a "era da borracha" na Amazônia (convertendo Manaus e Iquitos em cidades fantasmas) como também mudaram radicalmente a economia das suas colónias no Sudoeste Asiático.

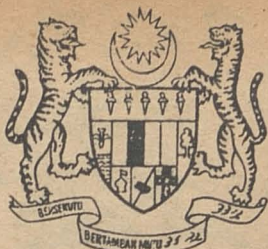
Ainda hoje a Malásia é o primeiro produtor mundial de borracha natural. Foi essa riqueza o objectivo básico da expansão japonesa durante a Segunda Guerra Mundial. Contrariamente ao que aconteceu nas colónias francesas da Indochina, onde a resistência antinipónica foi conduzida por forças revolucionárias e anticolonialistas, na Malásia, foram os membros das antigas dinastias (conhecidos como os "Homens de Londres" devido aos seus sentimentos pró-britânicos) quem dirigiram a luta contra o invasor.

Ao derrotarem o Império do Sol Nascente em 1945, os ingleses não vacilaram em preparar esta elite como seus interlocutores, facilitando assim uma transição para a independência formal em 1957. Para garantir a

sua presença económica e militar, a administração colonial sugeriu uma federação entre a península malaia, Borneo Setentrional, Saravak, Singapura e Brunei. A Indonésia e as Filipinas opuseram-se firmemente ao projecto, mas a federação entrou em funções em 1963 com a exclusão do Brunei (cujo sultão preferiu conservar os seus privilégios sob o estatuto de protectorado Britânico que conserva ainda hoje) e Singapura (que se separou em 1965 tornando-se um Estado independente).

Abdul Rahaman e Abdul Razak, dois aristocratas educados em Londres e que ostentam o título nobiliário de "tun", foram os arquitectos desta união multi-étnica, baseada no islamismo (a religião oficial) como elemento aglutinador. A UNMO (Organização Nacional dos Malaio Unidos), fundada em 1951, é a chave da política local, pois agrupa a maioria malásia. A Associação Chino-Malaia e o Congresso Indo-Malaio apresentam as outras duas etnias importantes e Rahman conseguiu solidificar a sua associação numa "tripla aliança", que dirigiu o governo federal nos seus primeiros anos, depois de reprimir duramente as forças de esauerdia.

Foi atingido então um dos melhores níveis de vida da Ásia (baseado na borracha e no estanho, do qual a Malásia também é o primeiro produtor mundial). No entanto, existem grandes diferenças sociais e étnicas: os chineses, (35 por cen-



almanaque

to da população) controlam o comércio, a indústria e as finanças, enquanto que os malaio ou brumiputras (52 por cento) têm um nível de receita bastante inferior. A crise étnica desgastou rapidamente a imagem de Rahman que foi substituído em 1970 por Razak.

Com uma política de "malajização" das empresas em mãos chinesas, o aparecimento do petróleo descoberto nas costas e a afluência massiva de capitais multinacionais durante a guerra do Vietnam, Razak conseguiu reconciliar as duas comunidades e levar a tripla aliança a uma indiscutível vitória nas eleições de 1974. Razak morreu em Janeiro de 1976 no auge do seu prestígio. No entanto, o seu modelo carecia de bases sólidas, e o seu sucessor Hussein Onn, teve de enfrentar um recrudescimento da actividade de guerrilha conduzida pelo Partido Comunista da Malaia (nome que engloba o país e Singapura, cuja separação a esquerda sempre considerou artificial) e a formação de um partido da oposição (Acção Democrática), que canaliza o inconformismo face à persistência das desigualdades étnicas e sociais.

Apesar da política externa de neutralização, não-alinhamento e oposição às bases estrangeiras na região, a economia da Malásia continua nas mãos de empresas estrangeiras, o comércio externo depende dos altos e baixos dos preços das matérias-primas no mercado mundial e a repressão contra as guerrilhas é alargada também às restantes forças progressistas. Tudo isto alimenta uma oposição de esquerda que começa a superar as barreiras étnicas para realizar em conjunto mudanças radicais.

PERSEKUTUAN TANAH MALAYSIA

Governo: Sultão Abd al-Halim Muazan, rei; Run Hussein Onn, primeiro-ministro. **Capital:** Kuala Lumpur (500 000 Hab.). **Superfície:** 332 633 km². **População:** 13 milhões (80 por cento rural). **Moeda:** ringgit. **Idiomas oficiais:** malaio e inglês. **Festa Nacional:** 31-8 (independência 1957). **Religião:** islâmica. **PNB per capita:** 700 dólares anuais. **Educação:** 2 500 000 estudantes em todos os níveis em 1975, analfabetismo de 30 por cento. **Saúde:** um médico para 6 mil habitantes.

A Malásia é membro pleno da ONU, Comunidade Britânica e Movimento dos Países Não-Alinhados.



O reino do Malawi, que floresceu às margens do Lago Niassa no século XV, foi cobido pelos colonizadores europeus por razões estratégicas. Os portugueses penetraram no seu território no século XVII na tentativa de estabelecer uma comunicação por terra entre as suas colónias de Angola e Moçambique.

O império britânico orientava-se na África por um eixo geopolítico norte-sul que ia da Cidade do Cabo ao Cairo. Foram os ingleses que trouxeram as suas tropas da Índia e derrotaram em 1895 a resistência local, para estabelecer no início deste século o protectorado chamado Niassalândia.

O projecto britânico era constituir uma federação centro-africana que incluía os actuais territórios da Rodésia, do Malawi e da Zâmbia, com base na semelhança climática (planaltos, savanas e selvas secas) e étnica (origem bantu comum). Politicamente isso poderia ter significado a extensão do domínio racista branco da Rodésia a toda a federação.

O Malawi Congress Party (MCP) defendeu a alternativa da independência, e os seus jovens organizadores sentiram a necessidade de serem representados por um dirigente respeitável, o que os levou a proporem a liderança ao doutor Hastings Kamuzi Banda, um médico for-

mado nos Estados Unidos, que foi apresentado como o "salvador nacional". As exigências feitas por Banda de uma maior autoridade dentro do partido foram aceites, no intuito de evitar divisões internas.

O resultado foi que, com a independência da colónia em 1964, Banda passou a exercer um poder autocrático sobre o MCP e sobre o país. "Farei um pacto até com o diabo se isso ajudar ao meu povo", comentava Banda depois de assumir a presidência. E assim o fez: estabeleceu estreitos vínculos económicos e diplomáticos com os governos racistas da África do Sul e da Rodésia, e também com a administração colonial portuguesa em Moçambique.

Seis dos oito ministros do primeiro gabinete demitiram-se em menos de três meses, por oporem-se a tal orientação. A direcção tradicional do MCP passou à oposição e à organização de conspirações contra Banda que tiveram lugar em 1965, 1967, 1973, 1974 e 1977. Banda reagiu com uma repressão feroz e estimulou a Liga Juvenil do Malawi a converter-se num corpo parapolicial.

O "Pacto com o Diabo" começou com bons resultados. A África do Sul tornou-se o principal comprador do chá e do tabaco malawiano, e os seus investimentos produziram estradas, caminhos de ferro e a nova capital, com sul-africanos na administração da linha aérea, dos serviços de informação e de grande parte do aparelho estatal.

Mas os camponeses (90 por cento da população) em nada beneficiaram. A maioria continua a cultivar as mesmas porções de terra dos seus antepassados, com os mesmos métodos rudimentares. O sistema colonial de plantações em vez de desaparecer, ampliou-se, mudando apenas a cor da pele dos patrões: os novos são na maioria políticos ligados a Banda. O desemprego tem como "solução" o envio de milhares de trabalhadores para as minas de ouro sul-africanas.

Essa emigração interrompeu-se em 1974, após um acidente que matou 75 operários malawianos. A independência de Moçambique, no ano seguinte, mudou radicalmente a situação para Banda, que havia colaborado activamente com os portugueses na repressão à FRELIMO. O encerramento da fronteira entre Moçambique e Rodésia obrigou a uma drástica redução do comércio malawiano com a Rodésia, eliminando um dos mecanismos que Smith utilizava para burlar o bloqueio internacional.

Ao mesmo tempo, o novo clima criado pela independência moçambicana e a luta no Zimbábue, favorece o crescimento da Liga Socialista do Malawi (LESOMA), partido opositor fundado por Attati Mpakati, em 1974, que trava uma activa luta clandestina e propõe não só a substituição de Banda, como também transformações na estrutura económica neocolonial que possibilita o surgimento de ditaduras como a de Banda.



Governo: Hastings K. Banda, presidente. **Capital:** Zomba (25 mil hab.). **Superfície:** 119 311 km². **População:** 5 000 000 habitantes (90 por cento rural). **Moeda:** kwacha. **Idioma oficial:** inglês. **Festa Nacional:** 6-7 (Independência, 1964). **Religião:** animista e cristã. **PNB per capita:** 130 dólares anuais. **Educação:** 627 000 estudantes em todos os níveis em 1975. **Saúde:** um médico para cada 45 mil habitantes.

O MALAWI é membro pleno da ONU, da OUA e do Movimento dos Países Não-Alinhados.

maldivas

A República de Maldivas abrange um arquipélago de mais de duas mil ilhas, coralíferas — das quais só 192 são permanentemente habitadas, — no Oceano Índico, a sudoeste da Índia e do Sri Lanka. Os maldívios, excelentes pescadores e navegantes, mantiveram sempre estreitos contactos com o continente asiático, de onde receberam, no século XII, a influência árabe e muçulmana. Adoptaram o islamismo como religião e o sultanato como forma de governo.

Os colonizadores europeus chegaram cedo às Maldivas, escala obrigatória na rota para o Extremo Oriente. Mas a tenaz resistência dos nativos à dominação estrangeira obrigou os portugueses a buscar outros portos alternativos, como Goa na costa ocidental da Índia.

Com o tempo do sultão das Maldivas sucumbiu ao "canto das sereias" dos agentes do império britânico e aceitou em 1887 o seu "protectorado". Com uma economia precária, baseada na produção de óleo de coco, pesca e cultivo de frutas tropicais, as ilhas ofereciam poucos atractivos económicos aos ingleses. Tinham, em troca, uma grande importância estratégica, que aumentou com a abertura do Canal de Suez.

A base naval instalada na ilha de Gan, sob a linha equatorial, integrou-se assim na cadeia de segurança que controlava a navegação desde Gibraltar até Hong Kong, passando por Aden e Singapura.

Como a população local não interessava nem mesmo como mão-de-obra, pouco se fez pela

sua educação, saúde e bem-estar. Até hoje o país só conta com um professor para cada dois mil habitantes e um médico para cada 25 mil. O rendimento *per capita* é dos mais baixos do Mundo.

Esta situação de abandono estimulou os sentimentos de rebeldia contra o sultão, único beneficiário local do colonialismo, na sua condição de intermediário entre a metrópole e o povo maldívio. Em 1952, uma insurreição popular depôs o monarca e proclamou a república. As tropas britânicas intervieram para "restaurar a ordem" e repuseram o sultão no trono dois anos depois.

Em 1959, a rebelião voltou a explodir nas ilhas do sul, que resolveram emancipar-se com o nome de República de Suvadiva. A experiência de liberdade foi novamente efémera e em 1960 os vinte mil republicanos de Suvadiva foram reincorporados ao sultanato. Os colonialistas aproveitaram para assinar com o monarca um novo acordo de prorrogação do protectorado, para manter e ampliar as bases.



Governo: Amir Ibrahim Nasir, Presidente. **Capital:** Malé (15 000 habitantes). **Superfície:** 298 km² distribuídos por duas mil ilhas. **População:** 125 000 habitantes. **Moeda:** rúpia. **Idioma oficial:** maldívio. **Festa Nacional:** 26/7 (Independência, 1965) **Religião:** islâmica. **PNB per capita:** 80 dólares anuais. **Educação:** 2 000 alunos em todos os níveis em 1975. **Saúde:** um médico para cada 25 mil habitantes.

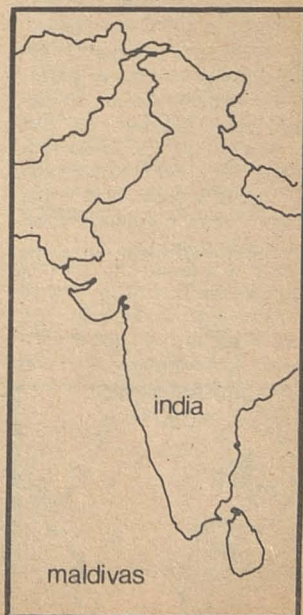
As Maldivas são membro pleno das Nações Unidas.



Mas o império britânico já entrava em declínio. Na década de 60 resolveu retirar-se das suas posições estratégicas "a leste de Suez" — nessa altura já não ficavam colónias britânicas no Oriente de importância económica, — já que os seus interesses continuariam a ser assegurados pela "segurança estratégica" da nova potência hegemónica, os Estados Unidos da América.

Em 1965, as Ilhas Maldivas tornam-se independentes e são imediatamente reconhecidas pelas Nações Unidas.

O sultão não pode sobreviver à carência de apoio externo e em 1968, um plebiscito instituiu a República. Assumiu a presidência Amir Ibrahim Nasir, até então Primeiro-Ministro. A base de Gan continuou em mãos dos britânicos até 1975, quando a construção de modernas instalações bélicas norte-americanas na vizinha Ilha de Diego Garcia tornou-se desnecessária e inútil.





mali

Em princípios do século XI, Keita, Senhor de Nani, cidade que ficava perto da fronteira entre as actuais Guiné e Mali, estava em dificuldades devido à seca que trouxe fome aos seus súbditos. A conselho dos almorávidas, poderosa tribo na altura, Keita converte-se ao Islão. Imediatamente vem a chuva. A sua autoridade tornou-se incontestável e ele inaugurou assim uma dinastia de quase quatro séculos que funda o Império do Mali, um dos mais poderosos da África Negra, e que chegou a estender-se do deserto à selva e do Atlântico à curva do rio Níger.

As suas riquezas eram tantas que o Imperador do Mali provocou uma desvalorização monetária no Cairo em 1324, tal era a quantidade de ouro que ali gastou durante a sua peregrinação à Meca. Nessa altura, doze mil camelos faziam anualmente o percurso de ida e volta entre o Mali e o Egipto.

Já na sua fase de decadência, no século XV, o Império chegou a comerciar com os portugueses e foi finalmente colonizado pelos franceses, em fins do século XIX. A África Ocidental Francesa compreendia os actuais Senegal, Alto Volta, Benin e Mali, e chamava-se então Sudão francês.

Sob a pressão da derrota francesa em Dien Bien Phu, na Indochina, da insurreição argelina e da luta do *Rassemblement Democratique Africain*,

Paris resolve, nos anos 50, iniciar um processo de autonomia gradual das suas colónias africanas, que culminará com a independência em 1960. Conscientes das suas debilidades, os jovens Estados agrupam-se na Federação do Mali, mas a disparidade de interesses torna inviável o processo integrador e a federação fracassa. O Sudão francês corta então os seus últimos laços com a metrópole e proclama a República do Mali, para cujo presidente foi eleito Modibo Keita.

Junto com Senghor (Senegal) e Houphouët Boigny (Costa do Marfim), Keita pertence a uma geração de líderes africanos educados em França e inspirados na social-democracia. Mas o presidente do Mali não se limitou, como o fizeram os seus vizinhos, a aceitar o neocolonialismo sob uma máscara de "negritude" e impulsionou um processo de reformas e desenvolvimento económico orientado pela ideologia do "socialismo africano", aproximando-se assim das posições de Sekou Touré, da Guiné, e Nkrumah, do Ghana.

O tribalismo foi combatido, a economia nacionalizada, a industrialização incentivada, e a taxa de escolaridade subiu de 4 para 20 por cento. A sua luta pela unidade do Continente, pelo não-alinhamento e por uma política externa independente trouxeram-lhe o respeito das forças progressistas de todo o Continente. Mas Keita não conseguiu estruturar um forte partido de massas para canalizar a participação popular. Os interesses colonialistas impuseram-se por meio de um golpe

militar que o derrubou em Novembro de 1968.

O "Comité Militar de Liberdade Nacional", presidido pelo coronel Moussa Traore prometeu sanear a economia e combater a corrupção. Os resultados foram exactamente o inverso. Os cereais, que o país exportava em 1967, são agora racionados. Os credores estrangeiros temem que o Mali não possa pagar a sua grande dívida externa e a corrupção institucionalizou-se até aos níveis mais altos da hierarquia do regime.

Em 1974, na busca de espaço político, o CMLN submeteu a plebiscito uma nova Constituição que prevê o retorno a um governo civil em 1979. Com toda a oposição proibida e os seguidores de Keita presos, o governo conseguiu 99,8 por cento de apoio eleitoral, o que é demasiado para merecer crédito.

A 16 de Maio de 1977, Modibo Keita morre numa localidade do deserto onde estava confinado desde 1968. A "intoxicação alimentar" dada oficialmente como causa da morte foi interpretada por muitos como envenenamento. Numa manifestação popular de magnitude nunca vista em Bamako, o povo acompanhou os restos de Keita à sua tumba e demonstrou a sua rejeição ao regime militar.

No Comité Militar, a tendência que propõe uma abertura política gradual, liderada por Traore e pelo vice-presidente Baba Diarra, conseguiu impor-se aos sectores mais repressivos. Os ministros do Interior e Defesa, Kissima e Tiékoro, foram encarcerados em Março de 1978 sob a acusação de conspiração.



Governo: Moussa Traore, presidente. **Capital:** Bamako (250 mil habitantes) **Superfície:** 1 240 142 km² **População:** 5 600 000 habitantes (85 por cento rural, 10 por cento nómada). **Moeda:** franco maliano. **Idioma:** oficial: francês. **Festa Nacional:** 22/9 (Independência, 1960). **Religião:** islâmica e animista. **PNB per capita:** 80 dólares anuais. **Educação:** 625 mil estudantes em todos os níveis, em 1975. **Saúde:** um médico para cada 40 mil habitantes.

O Mali é membro das Nações Unidas, da Organização da Unidade Africana e do Movimento dos Países Não-Alinhados.

malta

De Malta pode-se afirmar que, como no Panamá, a sua posição geográfica é o principal recurso natural. Uma pequena formação rochosa, de pedra calcária, com excelentes portos naturais, a ilha de Malta (e as vizinhas Gozo e Comino, que junto com as ilhotas despovoadas de Cominotto e Filfa constituem a República de Malta) foi historicamente uma peça chave em todos os conflitos pelo domínio do Mediterrâneo. A sua localização entre Tunísia e Sicília converte-a numa verdadeira ponte entre o Oriente e Ocidente. Fenícios, gregos, cartagineses, romanos e sarracenos ocuparam sucessivamente a ilha na antiguidade.

Os normandos puseram-na, em 1090, sob o domínio do que mais tarde seria o Império Britânico. Durante as cruzadas medievais, as ilhas foram defendidas pela ordem de cavalaria dos Hospitalários de São João de Jerusalém, posteriormente rebaptizada como Ordem de Malta, que subsiste até hoje com funções pseudo-filantrópicas. Conserva, no entanto, o seu carácter soberano e, assim, as suas missões internacionais têm a categoria de embaixadas.

Os Cavaleiros de Malta repeliram os ataques do Império Otomano, mas tiveram de render-se a Napoleão, em 1798. Dois anos mais tarde, os malteses expulsaram-no com a ajuda da Inglaterra, que aproveitou a ocasião para estabelecer-se oficialmente na ilha. Juntamente com Gibraltar, Adén, Singapura e Hong Kong, Malta passou a constituir a cadeia estratégica

que assegurou aos britânicos um século de domínio sobre os mares do mundo.

Desde princípios do século XX, os malteses lutaram pela sua independência. Em 1921, após uma rebelião popular, Londres aceitou certo grau de autonomia interna para as ilhas, que foi revogada ao começar a Segunda Guerra Mundial.

Em 1942, a ilha encontrava-se isolada. O aeroporto britânico mais próximo, no Egipto, ficava a 800 milhas. Malta sofria bombardeios tão intensos que a ilha teve de ser aprovisionada por submarinos. A invasão parecia iminente, mas os nazis deslocaram as suas tropas para a frente oriental, onde encontraram uma inesperada resistência dos soviéticos. As tropas de Mussolini, por si sós, não puderam vencer a "Batalha de Malta", e a ilha, convertida num verdadeiro porta-aviões de rochas, serviu de base à contra-ofensiva aliada sobre a Itália.

A heróica luta dos malteses elevou a sua consciência nacional e, em 1947, Londres restituiu-lhe a autonomia. Em Setembro de 1964, Malta obteve a sua independência e, em Dezembro de 1974, o Primeiro-Ministro Dominic Mintoff proclamou a República, com o rompimento dos últimos vínculos com a coroa de Isabel II.

Este último acto teve a oposição das forças conservadoras do Partido Nacional e do Progressista Constitucional, que o viam como "caminho directo para a anarquia". Contudo, os trabalhistas de Mintoff, em aliança com os sindicatos, os estudan-



tes e os partidos Socialista e Comunista conseguiram impor-se.

As forças da NATO tinham sido expulsas de Malta em 1971 e dois anos depois Malta incorporou-se ao Movimento dos Países Não Alinhados, como a segunda nação europeia a fazê-lo, após a Jugoslávia.

As bases britânicas permaneceram, mas Mintoff conseguiu renegociar o montante da quota compensatória que os ingleses pagam por elas (70 milhões de dólares anuais), que actualmente representa 40 por cento do orçamento nacional. Com um comércio externo muito deficitário, esta receita é vital para a economia de Malta que, como o Panamá, transforma dessa maneira a sua posição em "recurso natural".

Apesar disso, consciente de que a presença de tropas estrangeiras é sempre uma ameaça latente à sua soberania, Mintoff prometeu providenciar a sua retirada definitiva em 1979. Já estão em construção gigantescas instalações portuárias — com financiamento líbio — destinadas a facilitar o comércio mundial, com o que se espera substituir a importância económica actual das bases. Assim, segundo a expressão de Mintoff, "Malta deixará de ser a fortaleza do Mediterrâneo para converter-se numa ponte entre a Europa e o Terceiro Mundo".



Governo: Anton Buttigieg, presidente, e Dominic Mintoff, Primeiro-Ministro. **Capital:** La Valleta (15 000 hab.) **Superfície:** 316 km². **População:** 300 mil habitantes (6 por cento rural). **Moeda:** libra maltesa. **Idiomas oficiais:** maltês e inglês. **Festa Nacional:** 8-9 (Independência, 1964). **Religião:** maioria católica. **PNB per capita:** 1450 dólares anuais. **Educação:** 84 000 estudantes em todos os níveis, 1660 universitários, 13 por cento de analfabetismo. **Saúde:** um médico para cada 787 habitantes.

MALTA é membro pleno das Nações Unidas e do Movimento dos Países Não-Alinhados.



Marrocos é um dos poucos países do Terceiro Mundo que pode gabar-se de já ter colonizado uma potência europeia. Com efeito, foi do seu território que, no ano de 711, os árabes invadiram a península ibérica (Espanha e Portugal), onde permaneceram quase 800 anos, até à sua expulsão, em 1492. A civilização árabe deixou uma profunda marca na cultura ibérica e, por conseguinte, na latino-americana.

Mas com o correr dos séculos, a situação inverteu-se, de conquistador Marrocos passou a colónia. A França e a Espanha repartiram-no como protectorado no século XIX. Em 1923, (Espanha, França e Grã-Bretanha criaram uma zona internacional em Tânger. Ceuta, Melilla e Ifni ficaram como enclaves espanhóis e o resto do país tornou-se protectorado francês, após submetido o valente guerrilheiro Abdelkrim.

O Istiqlal (Partido da Independência, fundado em 1943, liderou a luta nacionalista. O sultão Mohamed Ben Youssef, que os colonialistas tinham obrigado a exilar-se, assumiu o trono com o nome de Mohamed V. O povo marroquino tinha feito do monarca um sím-

bolo de unidade e luta anticolonialista. Em 1956, a França teve de reconhecer a independência do país. Um mês depois, a 7 de Abril de 1956, Marrocos reintegra Tânger no seu território, como também a "zona especial" de Ceuta e Melilla, mas os portos destas duas cidades continuaram até hoje como praças fortes sob soberania espanhola. O enclave de Ifni só foi devolvido a Marrocos em 1969.

A intenção de Mohamed V era "avançar suavemente" com a modernização das instituições económicas e políticas do país. Mas o seu filho Hassan III — que lhe sucedeu após a sua morte em 1961 — tem ideias mais conservadoras. O seu regime neo-feudal baseia-se num sistema de favores e obrigações, que impede a formação de um autêntico empresariado nacional. Ao mesmo tempo, o rei estimula os investimentos estrangeiros, particularmente franceses, na exploração das principais riquezas do país.

Para tranquilizar estes interesses, Hassan II não vacilou em mandar matar, em 1965, o líder do poderoso partido opositor, a União Nacional das Forças Populares (UNFP), Ben Barka, que propunha a aplicação de um programa económico e social em favor das maiorias operárias e camponesas.

O desaparecimento de Ben Barka, em Paris, foi seguido de cruel repressão às forças populares. A UNFP divide-se, e o sector leal aos ideais de Ben Barka é obrigado a actuar na

clandestinidade, enquanto grupo liderado por Abderrah, Buabid passa a chamar-se União Socialista, mas trai abertamente os princípios originais, para poder ser aceite como partido minoritário no parlamento.

O órgão legislativo, com reduzidos poderes, é dominado pelos "independentes" (afectos ao monarca). O Istiqlal, por seu lado, converteu o seu anticolonialismo inicial num nacionalismo expansionista de direita, ao apoiar o projecto de Hassan II de recriar o "Grande Marrocos" com a anexação do Sahara Ocidental e, se possível, da Mauritânia.

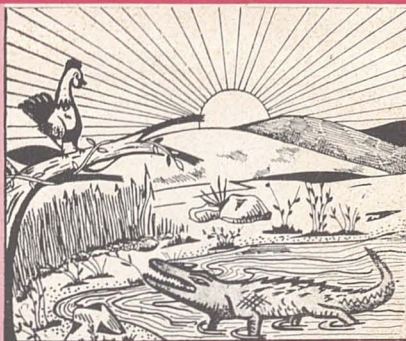
Resta o exército como possível factor de transformações. Do seu seio surgiram não poucas tentativas de golpes e de revoluções que Hassan evitou até ao momento, com astúcia e sorte. Para contentar os militares, o rei modernizou as Forças Armadas e encarregou-os de diversas missões externas, como as do ano passado no Zaire.

A batalha decisiva está a dar-se agora nas areias do Sahara, antigo território Espanhol que o Marrocos ocupou com o beneplácito de Madrid e Paris. A resistência das forças da Frente POLISÁRIO superou todos os cálculos. O desgaste de uma guerra impopular e sem perspectivas de vitória já provocou o derrube dos regimes mauritanos de Uld Daddah e Uld Satek e pode levar os militares marroquinos a procurarem modificar o seu próprio regime para impedir a sua derrota e o desprestígio perante os olhos do povo.



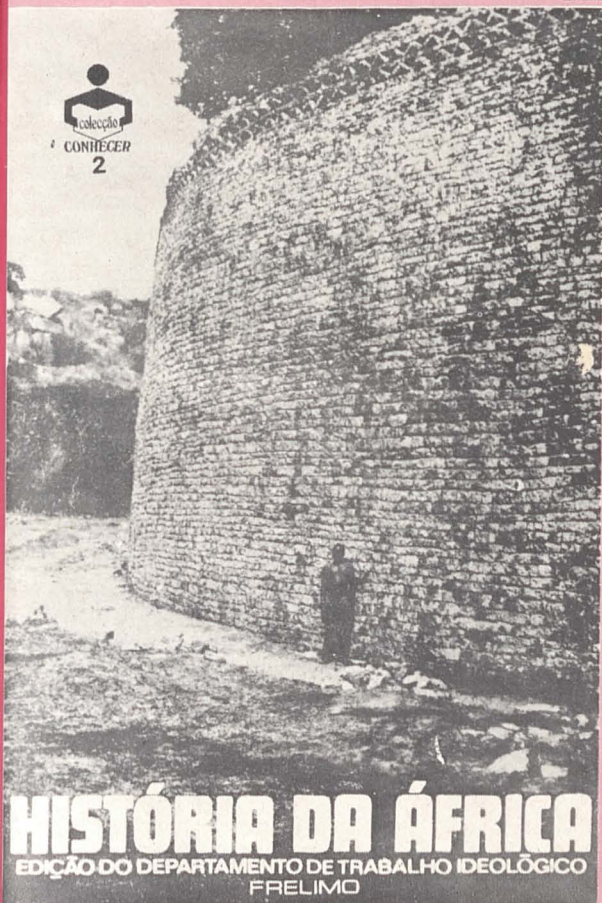
Governo: Hassan II, rei, Maati Bouabid, Primeiro-Ministro. **Capital:** Rabat (500 mil hab.). **Superfície:** 446 550 km². **População:** 18 900 000 habitantes (1977, 62 por cento rural). **Moeda:** dirham. **Idioma oficial:** árabe. **Festa Nacional:** 3-3 (Independência, 1956). **Religião:** islâmica. **PNB per capita:** 426 dólares anuais em 1975. **Educação:** 2 milhões de estudantes em todos os níveis, 78 por cento de analfabetismo. **Saúde:** um médico para 14 mil habitantes.

MARROCOS é membro pleno das Nações Unidas, da OUA, da Liga Árabe e do Movimento dos Países Não-Alinhados.



Contos moçambicanos

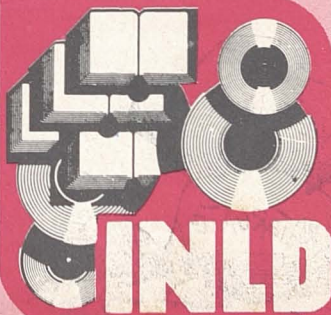
Poesia de combate



HISTÓRIA DA ÁFRICA
EDIÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRABALHO IDEOLÓGICO
FRELIMO

distribuição
do
instituto
nacional
do livro
e do disco

MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO



SEGUNDO UMA DECLARAÇÃO DE
ZBIGNIEW BRZEZINSKI
ASSESSOR DA CASA BRANCA PARA
OS ASSUNTOS DE SEGURANÇA
NACIONAL. ABRIL 1979

